



UNICAMP

LUCIANA RAMIREZ DA CRUZ

**AS PORTAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: VOZES
DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE
SANTO ANTONIO DO PINHAL/SP**

CAMPINAS

2013



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

LUCIANA RAMIREZ DA CRUZ

**AS PORTAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: VOZES
DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE
SANTO ANTONIO DO PINHAL/SP**

Orientadora: Profa. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa

**Dissertação de mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do Título de
Mestra em Sociologia.**

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação
de Mestrado defendida pela aluna Luciana Ramirez da
Cruz, e orientada pela Profa. Dra. Gilda Figueiredo
Portugal Gouvêa.

Assinatura da Orientadora

**CAMPINAS
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

C889p Cruz, Luciana Ramirez da , 1984-
As portas do Programa Bolsa Família: vozes das
mulheres beneficiárias do município de Santo Antonio do
Pinhal/SP / Luciana Ramirez da Cruz. - - Campinas, SP :
[s. n.], 2013.

Orientador: Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Gênero.
3. Família. 4. Política social. 5. Mulheres – Condições
sociais. I. Gouvêa, Gilda Figueiredo Portugal, 1944-
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The doors of the Family Grant Program: voices of
beneficiary women of Santo Antonio do Pinhal/SP

Palavras-chave em inglês:

Bolsa Familia Program

Genger

Family

Social policy

Women – Social conditions

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestra em Sociologia

Banca examinadora:

Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa [Orientador]

Lilia Terezinha Montali

Arlete Moysés Rodrigues

Data da defesa: 19-03-2013

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

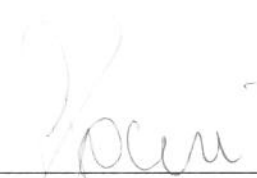
Luciana Ramirez da Cruz

As portas do Programa Bolsa Família: vozes das mulheres beneficiárias de Santo Antonio do Pinhal/SP

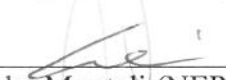
Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação de Mestrado em Sociologia
defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

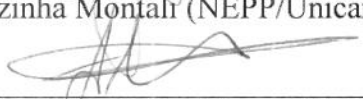
TITULARES:



Profa. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa – orientadora (IFCH/Unicamp)



Dra. Lilia Terezinha Montali (NEPP/Unicamp)



Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues (IFCH/Unicamp)

SUPLENTE:

Profa. Dra. Eugenia Troncoso Leone (IE/Unicamp)

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger (IFCH/Unicamp)

Março/2013

*Para minha mãe,
e seu amor incondicional;*

Para meu pai e seu carinho;

*Para Carol,
minha sorte de um amor tranquilo;*

Para as mulheres pobres.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer representa reconhecer a participação, direta e indireta, daqueles que me apoiaram no percurso desta dissertação.

Primeiramente agradeço ao apoio que recebi da CAPES, sem o qual não seria possível realizar esta pesquisa e contribuir para o pensamento científico do país.

Agradeço também ao Santander Universidades por proporcionar minha participação no Programa de Mobilidade Internacional na Pós-graduação, onde tive a oportunidade de realizar um estágio na cidade de Guadalajara no México junto ao CIESAS – Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social, sob a supervisão da Dra. Mercedes González de la Rocha. Aproveito para agradecer a doutora por compartilhar seu conhecimento e instigar meu interesse pelos estudos sobre os programas de enfrentamento à pobreza e os olhares antropológicos.

À Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa, obrigada por aceitar me orientar nesse processo nada fácil de realizar o mestrado em sociologia e pela firmeza nos momentos necessários.

À Dra. Arlete Moysés Rodrigues agradeço pelas pontuais recomendações na banca de qualificação, auxiliando para que eu fizesse às pazes com um marxismo adormecido. Agradeço também por aceitar fazer parte da banca de defesa, etapa final deste trabalho.

Muitos agradecimentos à Dra. Lilia Montali. Este trabalho é fruto do caminho que comecei sendo sua bolsista de iniciação científica. Agradeço por me ensinar o olhar objetivo e comprometido com a pesquisa e com o trabalho científico. Obrigada pelos ouvidos atentos, pelos conselhos prudentes e por toda dedicação e paciência com minhas angústias como iniciante nessa carreira acadêmica. Agradeço igualmente pelos

apontamentos na banca de qualificação, os quais contribuíram para centrar a hipótese deste trabalho e por participar da banca de defesa, acompanhando o final do processo investigativo que começamos juntas.

Aproveito para agradecer aos funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, principalmente a Christina Faccioni, secretária da Pós-Graduação em Sociologia, com as respostas na ponta da língua. Agradeço também à equipe do NEPP, em especial aos amigos Marcelo Tavares e Fabiana Andrade, companheiros de trabalho e de muitos cafés e planos compartilhados. Os cafés e amizade me mostraram as riquezas da solidariedade humana.

Àqueles que me colocaram nesse mundo Sandra e Jorge, obrigada pelo apoio incondicional, por lutarem por mim e por meus irmãos diariamente, por me ensinarem a ser uma mulher de bem, de amor, de compreensão, mas não menos ativa no mundo. Agradeço por torcerem por mim, por me proporcionarem liberdade de ação, de pensamento e de autonomia. Por me amarem como sou.

À Caroline, obrigada por estar ao meu lado em todos os momentos. Em você tive o colo para o choro desesperado, o incentivo quando pensei em desistir, a fé quando acreditei que este trabalho não terminaria nunca, a força para reencontrar o caminho, respirar fundo e prosseguir. Pude contar com seus olhos críticos e realistas, com seu apoio me enchendo de coragem em arriscar ideias próprias, com as sugestões, com os conhecimentos compartilhados, com a leitura e releitura atenta das minhas linhas antes tortas. Aos poucos vamos construindo nossa família, nossos planos e conquistando nossos sonhos. Ao seu lado aprendo que o amor pode ser correspondido, construído e libertador. Obrigada pela confiança, parceria e por retornar em minha vida e me fazer feliz.

Às minhas filhas felinas, Nina e Pinda, mesmo elas não conseguindo ler merecem minha menção. Acompanharam-me pelas madrugadas, permaneceram ao meu lado no isolamento necessário para o término deste trabalho, me avisaram nas horas que eu tinha que descansar e me acordavam quando o despertador não conseguia. Aos seus modos, demonstraram todo carinho e apoio que pude sentir.

Aos meus irmãos Priscila e Fernando, obrigada pelos telefonemas, pelas palavras de incentivo e pelas conversas leves, risos constantes e companheirismo de irmãos. Ao Arthur, meu sobrinho, tão pequeno e tão sábio das verdades que só as crianças podem nos proporcionar. Obrigada por me encher de alegrias e esperança de um futuro diferente.

Às companheiras de luta e projetos de vida, um muito obrigada! A todas que fizeram e fazem parte do Coletivo Feminista da Unicamp: Carol Rodrigues, Jane Barros, Cris Miyasaka, Fábila Nogueira, Fabiana de Andrade, Maira Abreu, Alessandra Lopes, Gabrielle Adabo, Adriana, Daniela Alvares, Glaucia Destro, Mariana Machitte, Fernanda Antonioli, Fernanda Sciessere, Larissa Lisboa, Mariana Santos, Dani Tega, Yssyssay Rodrigues, Maria Angélica Fontão, Camila Firmino, Débora Gonzalez, Giulia Lévai, Jaqueline Araújo, Pilar Guimarães, Érica Melo, Andressa Passetti e Caroline Gorski. São oito anos lutando por um mundo menos injusto às mulheres. Com vocês aprendi no convívio, nas ações e nas conversas que lutar é imprescindível para mulheres inconformadas. Que política e subversão podem andar juntas. Que o respeito às diversas opiniões constrói um espaço onde mulheres podem se expressar livremente, podem desenvolver os sentidos humanos, com muito humor, sinceridade, solidariedade, festas e arte.

Agradeço também àquelas que compartilharam seus feminismos e lutaram junto com o Coletivo Feminista: Adriana Piscitelli e Mariza Corrêa, com as quais impulsionamos

o grupo de trabalho na Unicamp designado para elaborar proposta de política e programa da Universidade para questões de discriminação, assédio e violência sexual e preconceito em 2007; e Bel Baltar *in memoriam*, sempre ativa e disposta a compartilhar suas experiências feministas e nunca negou um convite para debatermos a saúde da mulher e a questão do aborto.

Desde que me mudei para Campinas algumas pessoas se tornaram minha nova família. Construímos laços tão fraternos que se tornaram capazes de superar as cidades, os estados e países que nos separam. Agradeço a todos com um forte abraço que só companheiros que se conhecem demais podem dar.

Aos amigos Larissa Lilla, Marcelo Fay e George Mofarej, agradeço pela construção de uma amizade que rompe décadas e pelo prazer em compartilhar a simplicidade dos momentos entre amigos, onde só basta estar juntos para estar feliz.

Agradeço à querida Gabriela Rocha pelas horas ao telefone, pelas alegrias e tristezas trocadas, pelos sonhos compartilhados, pelo carinho e pela cumplicidade. À Aliandra Mello, Milena Mello e Ana Paula Mello Correia agradeço pela torcida, palavras amigas e momentos de conforto.

Obrigada Debora Biana, Carolina Machado, Vivian Alves e Luciana Nogueira, companheiras da M11, irmandade que criamos e enchemos de cumplicidade eterna! À Debora e Vivian, agradeço por ainda nos fazermos presentes, pela distância ser mero detalhe e pelo amor no brilho dos olhos.

À Andressa Passetti e Érica Melo, agradeço pela amizade, momentos feministas, pelos debates horas a fio, pela subversão nas ações e pela luta conjunta. Andressa, obrigada pelas tardes ensolaradas, pelas noites de experiências trocadas e pelos braços sempre abertos a me receber.

Agradeço também aos para sempre irmãos: André Tosta, Débora Gonzalez, Lucas Baptista, Priscila Altivo, William Kenji Belleste, Yssysay Rodrigues, Shirlliney Virgínio e Pilar Guimarães. Juntos, ultrapassamos os limites, superamos as dificuldades, enfrentamos as diferenças e nos tornamos pessoas melhores. Experimentamos os excessos, debatemos o mundo, nos apoiamos e abalamos as estruturas construídas em nossos corpos sociais. Juntos, criamos um mito de origem, refizemos as redes de parentesco e nos fizemos especiais.

Por fim, mas não menos importante, agradeço às pessoas que conheci em Santo Antonio do Pinhal e que de diferentes formas auxiliaram para a realização deste trabalho. Fábio Ortiz, Luciane, Gabriel e dona Nair meu muito obrigada pela confiança em compartilhar a chave de casa e pela solidariedade em me receberem como hóspede nos dias que realizei a pesquisa de campo. O ato de me receber em sua casa sem qualquer recompensa me encheu de emoção, afinal éramos desconhecidos e mesmo assim vocês abriram as portas de sua família para mim.

Agradeço toda equipe do CRAS e da Secretaria de Desenvolvimento Social de Santo Antonio do Pinhal, em especial à Adriana, coordenadora do CRAS e gestora do Programa Bolsa Família, à Alessandra, secretária de desenvolvimento social e responsável por todos os programas sociais do município e à Arlene, psicóloga do CRAS e do centro de saúde. Obrigada por todas as conversas, disponibilidade, carinho e atenção com que me receberam. Espero que este trabalho ajude a divulgar o trabalho que realizam e as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia de seus afazeres profissionais.

Um agradecimento todo especial às mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e Renda Cidadã que entrevistei. Vocês são as flores plantadas numa dura realidade

e espero que, através deste trabalho, suas vozes rompam as montanhas de Santo Antonio do Pinhal.

Lista de Siglas

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGD - Índice de Gestão Descentralizada

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

NEPP – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas

ODM – Objetivos do Milênio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PAIF – Programa de Atenção Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAP – Santo Antonio do Pinhal

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Lista de Tabelas

p. 70	Tabela 1: Composição do benefício do PBF para famílias extremamente pobres
p. 70	Tabela 2: Composição do benefício do PBF para famílias pobres
p.108	Tabela 3: População residente segundo zona urbana e rural – Santo Antonio do Pinhal – 2010
p.108	Tabela 4: População residente em Santo Antonio do Pinhal segundo local de domicílio e sexo – 2010
p.108	Tabela 5: Renda nominal mensal de pessoas de 10 anos ou mais de idade - Santo Antonio do Pinhal/SP
p.113	Tabela 6: Lista de Beneficiárias do Bolsa Família por Bairro/Santo Antonio do Pinhal
p.129	Tabela 7: Perfil etário das entrevistadas
p.129	Tabela 8: Escolaridade das entrevistadas
p.130	Tabela 9: Situação civil das entrevistadas
p.130	Tabela 10: Quantidade de filhos por número de beneficiárias
p.130	Tabela 11: Idade dos filhos das beneficiárias
p.136	Tabela 12: Tempo em que participa do PBF

Lista de Gráficos

p.110	Gráfico 1: Evolução do Programa Bolsa Família em Santo Antonio do Pinhal
p.111	Gráfico 2: Evolução de recursos, em reais, investidos no Programa Bolsa Família em Santo Antonio do Pinhal

Resumo

A presente dissertação de mestrado tem como hipótese inferir sobre as possibilidades do Programa Bolsa Família em relação às permanências e mudanças dos arranjos e das reproduções sociais ancoradas na dicotomia público/privado das mulheres beneficiárias do programa no município paulista de Santo Antonio do Pinhal.

Este estudo tem como base empírica a pesquisa de campo desenvolvida em 2012 no município em questão, através da realização de entrevistas semi-estruturadas com beneficiárias do programa de transferência de renda, utilizando assim metodologia qualitativa. Foram entrevistadas também as agentes estatais que executam o Programa no município.

Como ponto de partida, este trabalho perpassa as transformações históricas ocorridas na sociedade brasileira a partir da década de 1980, refletindo sobre os atores e processos sociais que contribuíram para o atual campo das políticas sociais. Assim, reconstruo as portas institucionais que levaram ao atual Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família, através da transferência direta de renda condicionada, tem como objetivo principal erradicar a pobreza e a extrema pobreza das famílias que se encontram nesta condição social. Por meio das condicionalidades tenta aproximar a população pobre aos serviços públicos de saúde e educação, no intuito de romper com o ciclo intergeracional da pobreza nessas famílias. Atualmente o Programa é parte do Plano Brasil Sem Miséria, plano este que tem como foco proporcionar garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos aos ainda 16 milhões de brasileiros que se encontram na extrema pobreza.

A escolha por entrevistar mulheres beneficiárias não é aleatória. Estas são as principais responsáveis e potenciais aliadas para um bom desenvolvimento do Programa

Bolsa Família; para o cumprimento das condicionalidades obrigatórias para o recebimento do benefício e, principalmente, por serem elas as principais titulares do cartão que dá acesso ao Programa, as situando como centrais para o êxito do programa.

Situá-las nessa posição é parte de uma escolha política dos formuladores do Programa Bolsa Família e possivelmente parte de uma constatação do seu lugar social, o que sugere algumas tensões existentes nessa escolha: responsabilizar essas mulheres pode significar uma sobrecarga em suas funções sociais, sugerindo uma possível reprodução dos papéis sociais historicamente atrelados a elas e aprofundando as desigualdades entre os gêneros. Outra tensão que cabe enunciar é o outro lado da moeda, ou seja, o acesso à renda, aos serviços públicos, a outros espaços de sociabilidade que podem realocar as hierarquias de poder internalizadas nas famílias, podem alcançar potencialidades de transformar as negociações cotidianas dessas mulheres, o que localiza minha hipótese de trabalho numa questão paradoxal sobre os alcances e impactos de uma política social como o Programa Bolsa Família.

Abstract

This dissertation has hypothesized infer about the possibilities of the Family Grant Program in relation to permanencies and changes in social arrangements and reproductions anchored in the dichotomy public / private of the women beneficiaries of the program in the city of Santo Antonio do Pinhal.

This empirical study is based on field research conducted in 2012 in the city on question, by conducting semi-structured interviews with beneficiaries of the cash transfer program, thus using qualitative methodology. We also interviewed state officials running the program in the city.

As a starting point, this paper goes through the historic transformation in Brazilian society from the 1980s, reflecting on the actors and social processes that contributed to the current field of social policies. Thus, institutional reconstruction doors that led to the current Family Grant Program.

The Family Grant Program, through direct income transfer conditioned, has as main objective to eradicate poverty and extreme poverty of families who are in this status. Through conditionality tries to bring the poor to public health services and education in order to break the intergenerational cycle of poverty in these families. Currently the Program is part of the Brazil Without Misery Plan, this plan that focuses on providing guaranteed income, productive inclusion and access to public services to an additional 16 million people who are in extreme poverty.

The choice to interview women beneficiaries is not random. These are the main causes and potential allies for a good development of the Family Grant, for fulfilling the conditionality required to receive the benefit, and especially considering that they are the

main holders of the card that gives access to the program, such as placing the central to the success of the program.

Situate them in this position is part of a policy choice of the formulators of the Family Grant and possibly stems from the realization of their social location, suggesting some tensions that choice: blame these women may mean a burden on its social functions, suggesting possible reproduction of social roles historically linked to them and deepening inequalities between genders. Another tension is stating that it is the other side of the coin, that is, access to income, public services, to other spaces of sociability may relocate power hierarchies internalized in families may achieve potential to transform everyday negotiations of these women, which locates my working hypothesis in a paradoxical question on the scope and impacts of a social policy as the Family Grant.

“La evaluación de un programa social es ante todo un compromiso con las personas de carne y hueso que reciben sus beneficios o lo harán en el futuro. Pero también es una responsabilidad social ante el país que destina recursos escasos a transferencias que deben acarrear una mejor calidad de vida para los más necesitados.”

Rosa María Rubalcava, cientista social mexicana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
-------------------	-----------

CAPÍTULO I

Antecedentes históricos das políticas de transferência de renda no Brasil	41
1.1 - Contexto histórico que precede a Constituição Brasileira de 1988	42
1.2 – Antecedentes e a Constituição de 1988: movimentos e mulheres	45
<i>1.2.1 Participação popular e demandas feministas na constituinte</i>	<i>50</i>
1.3 - Os anos 90: neoliberalismo e as políticas sociais	55
<i>1.3.1 - As conferências Internacionais: ONU e as agendas para o Brasil</i>	<i>60</i>
1.4 - Os programas de transferência de renda	64
1.5 - Caracterização do Programa Bolsa Família	68
1.6 - O Plano Brasil Sem Miséria: Um novo capítulo para o enfrentamento da extrema pobreza	73

CAPÍTULO II

A Centralidade da família nos programas de transferência de renda	81
2.1 – Introduzindo o debate sobre mulheres e pobreza	81
2.2 - A relação entre o Estado e a instituição familiar	85
2.3 – O Programa Bolsa Família e as mulheres beneficiárias	89
<i>2.3.1 – As tensões da centralidade nas famílias beneficiárias</i>	<i>92</i>
<i>2.3.2 – Tensões feministas: o reforço das funções sociais da mulher</i>	<i>94</i>
<i>2.3.3. – Tensões feministas: o dinheiro como porta para autonomia</i>	<i>98</i>

CAPÍTULO III

O Programa Bolsa Família e a realidade social objetiva: dando voz às mulheres beneficiárias de Santo Antonio do Pinhal	103
3.1 – A pesquisa de Campo	103
3.2 - A escolha do município e sua caracterização	106
3.3 - O Programa Bolsa Família em Santo Antonio do Pinhal	109
3.4 - As Reuniões Sócio Educativas	112
3.4.1 - <i>O mês da mulher em SAP</i>	114
3.4.2 - <i>As oficinas e os cursos de capacitação</i>	121
3.5 – As beneficiárias	127
3.5.1 - <i>O perfil das beneficiárias</i>	128
3.5.2 – <i>Educação</i>	131
3.5.3 – <i>Trabalho</i>	133
3.5.4 – <i>Primeiro contato com o PBF</i>	136
3.5.5 - <i>Primeira reação ao PBF</i>	138
3.5.6 – <i>Sobre as condicionalidades</i>	140
3.5.7 – <i>Sobre o dinheiro, seus usos e significados</i>	143
3.5.8 – <i>Os cursos, oficinas e reuniões</i>	149
3.5.9 – <i>Porta de saída</i>	152
3.6 – As gestoras municipais	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	173

INTRODUÇÃO

Refletir sobre os impactos de uma política social não é tarefa fácil, ainda mais quando essa política está vigente e em constantes mudanças e aprimoramentos. Neste sentido, tratar do Programa Bolsa Família e seus desdobramentos demandou atualizações diárias e exigiu adaptações em sua análise ao longo desses três anos de desenvolvimento da presente dissertação de mestrado.

As primeiras reflexões realizadas sobre o programa tiveram origem entre os anos de 2007 e 2009, quando me propus analisar o Programa Bolsa Família através do desenvolvimento da pesquisa de Iniciação Científica: “Ações Estatais para a diminuição da pobreza: um olhar sobre as mulheres”¹, sob a orientação da Dra. Lilia Montali, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas-NEPP/UNICAMP. Este estudo possibilitou o contato inicial com conceitos que norteiam as noções de família, pobreza, proteção social, programas de transferência de renda e arranjos domiciliares. Cabe apontar que o Programa Bolsa Família é parte de um conjunto de políticas sociais que visam enfrentar a pobreza e a extrema pobreza. Este programa foi implementado em 2004 e teve no mês de janeiro de 2013 o montante de 13.835.986 milhões² de famílias brasileiras, em situação de pobreza, beneficiadas pela transferência direta de renda condicionada.

Somados aos estudos científicos que realizei e me aproximei, a escolha de estudar o Bolsa Família e seus possíveis desdobramentos em relação às mulheres beneficiárias vem de encontro à perspectiva pessoal e ideológica que construo em minha subjetividade ao longo dos anos na Universidade. Como feminista, não pude deixar de questionar o

¹ Iniciação Científica-CNPq pelo Edital: 01/2007, abrangendo o período de agosto de 2007 a julho de 2009, relacionada à segunda etapa do projeto da pesquisadora Dra. Lilia Montali financiado pelo CNPq que tem como título: **Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo: família - trabalho sob a precarização do trabalho e as condições sociais - Anos 2000: efeitos da precarização o trabalho e da ampliação das políticas de transferência de renda sobre as famílias.**

² Dado disponível em <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão_Geral_Brasil)>. Acesso em: 04 fev.2013.

programa e as opções que ele oferece às mulheres pobres. Questionar seu desenho, sua implantação e sua aplicação nos municípios é parte da conjunção entre as ciências sociais, suas ferramentas para pensar a sociedade e suas brechas potencializadoras, nos princípios de igualdade e de enfrentamento das desigualdades nas relações entre os gêneros. Assim, essa dissertação é parte de um processo intelectual particular de reflexão acerca de uma política social de transferência direta de renda e suas práticas, visando analisar e problematizar as relações de gênero internalizadas nos meandros das relações estabelecidas entre o Estado e as famílias beneficiárias, e que perpassam toda a extensão do Programa Bolsa Família quando neste é priorizado a transferência de renda às mulheres.

Existem várias maneiras de contar uma história. O processo histórico das políticas sociais no Brasil já foi central em trabalhos de diversos investigadores, como Sonia Draibe, Eduardo Fagnani, Lena Lavinas, Sonia Rocha, Ana Fonseca, entre outros. Estes investigadores, sob diversos prismas das ciências humanas, buscaram refletir sobre a pobreza, nos contextos políticos, econômicos e sociais brasileiro.

Este trabalho, porém, não pretende recontar histórias já traçadas, mas sim trazer esses intelectuais juntamente aos demais que me ancoro como parte do esforço teórico e analítico em refletir as políticas públicas de enfrentamento à pobreza, os tomando como pontos e portas de partida.

As páginas aqui construídas foram desenvolvidas entre os anos de 2010 e 2013 e a hipótese dessa dissertação se refere às possibilidades do Programa Bolsa Família em relação às permanências e mudanças dos arranjos e das reproduções sociais ancoradas na dicotomia público/privado das mulheres beneficiárias do programa no município paulista de Santo Antonio do Pinhal. Para tanto convido o leitor a encarar os capítulos dessa dissertação como portas ao Programa Bolsa Família e às mulheres beneficiárias de Santo Antonio do Pinhal.

A presente dissertação é dividida em três capítulos, estes subdivididos em tópicos somados aos apontamentos finais.

No primeiro capítulo apresento as portas institucionais e os caminhos por onde as políticas sociais de transferência de renda foram traçadas no Brasil. Exponho no primeiro tópico o momento socioeconômico que antecedeu a Constituição Federal de 1988, em que o Brasil se encontrava imerso em crises: econômica - relacionada às transformações internacionais do modo de produção do sistema capitalista; política – relacionada aos mais de vinte anos de regime militar ditatorial, marcados por um intenso cerceamento às liberdades com a supressão dos direitos constitucionais; e social – decorrente da constatação social de que grande parte da população estava marcada pela exclusão de acessos à comunicação, à educação, aos serviços públicos de saúde, ao trabalho, a habitação, ao transporte, somados ao aumento exponencial da pobreza entre os brasileiros.

Dedico ao segundo tópico do primeiro capítulo reflexões sobre os movimentos sociais que emergiram nos anos 70 e 80 do século passado, dando destaque aos movimentos feministas que compuseram a segunda onda do feminismo *à brasileira*, sinalizando suas contestações sociais somadas à efervescência e ao surgimento de novas articulações e atores sociais. Discorro ainda sobre algumas características dos *novos movimentos sociais* e as formas em que se organizaram para reivindicar suas demandas e expressá-las no texto constituinte. Destacar as novas formas com que os movimentos feministas se organizaram e reivindicaram suas bandeiras na constituinte, nesse trabalho, é ponto de partida para pensar sobre as mudanças nas concepções de famílias, de políticas para mulheres e também sobre pobreza.

No terceiro tópico apresento a relação entre a escolha pelo modelo econômico neoliberal, a desarticulação e desmobilização dos movimentos sociais e de todo sistema de políticas sociais presentes na CF/88. Aponto ainda para as mudanças nas concepções das

políticas sociais sob a perspectiva universalista, que com a escolha pelo neoliberalismo se transformaram em políticas focalizadas, onde o que deveria ser parte dos direitos sociais se tornaram serviços e os cidadãos em clientes. Apresento ainda as exigências e influências das Conferências Internacionais da Organização das Nações Unidas, do Banco Mundial e do FMI que se configuraram como políticas de transferência de renda. Foram essas ‘recomendações’ que deram também a base para o novo campo das políticas sociais a partir da década de 1990, tanto para o Brasil como para os demais países da América Latina.

No quarto tópico do primeiro capítulo trato das características das políticas de transferência de renda e elenco os principais programas de transferência de renda que foram implementados no Brasil na década de 90 e no início dos anos 2000, sendo eles: Programa de Garantia de Renda Mínima; Programa Comunidade Solidária – inspirado nas experiências municipais de Campinas, Ribeirão Preto e Santos, localizadas no estado de São Paulo e Brasília, no Distrito Federal; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Benefício de Prestação Continuada – BPC; Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – o “Bolsa-Escola”; Programa Bolsa-Alimentação; Auxílio-Gás e o Programa Bolsa Família.

No quinto tópico do primeiro capítulo realizo a caracterização do Programa Bolsa Família (PBF), na medida em que este é o pano de fundo da análise desenvolvida na presente dissertação. Por conseguinte, no último tópico apresento a nova agenda das políticas de transferência de renda para o enfrentamento da pobreza a partir do Plano Brasil Sem Miséria, iniciado em junho de 2011, sob a perspectiva de avançar na diminuição das ainda 16,2 milhões de pessoas que se encontram em situação de miséria no Brasil.

Assim sendo, o primeiro capítulo busca apresentar as portas institucionais que se conformaram nas políticas sociais que encontramos atualmente nos municípios e estados brasileiros. Não visualizo a possibilidade de refletir sobre o presente sem considerar os

processos históricos passados, portanto o leitor encontrará no primeiro capítulo a perspectiva e as escolhas pessoais sobre a história que decidi contar, intersectando lutas sociais, legislação, feminismos e políticas sociais.

No segundo capítulo apresento as portas de entrada, o terreno semeado para chegar às escolhas das famílias e suas mulheres como centrais no enfrentamento à pobreza. Introduzo, no primeiro tópico, o debate sobre a intersecção dos estudos relacionados a pobreza e mulheres e seus avanços impulsionados pelo Ano Internacional da Mulher seguido da Década da Mulher, ambos organizados pela ONU, e pelo surgimento dos estudos de gênero. Nesse primeiro tópico sinalizo para a importância da mudança de concepção teórica sobre os estudos que relacionam mulheres e pobreza, principalmente pelo surgimento de novos olhares entorno deste problema, onde as mulheres passam a ser plurais e a pobreza em lares chefiados por mulheres passam a ser analisadas juntamente com outras categorias analíticas, como classe, etnia, condições de acessos, estruturas de poder, entre outras.

No tópico dois do segundo capítulo apresento a relação entre o Estado e a instituição familiar, centrando nas escolhas políticas consequentes à implantação do neoliberalismo como política de Estado, onde o Estado diminui sua atuação e intervenção em prover o bem-estar social e compartilha com outros setores as responsabilidades sociais escritas na CF/88. Aponto também para a consequência dessa escolha política, em que as políticas sociais passam a ser focalizadas e recoloca a instituição família como central para o combate à pobreza. Nesta perspectiva, o Estado, ao centrar nas famílias, desloca o olhar sobre a pobreza como uma questão da estrutura da sociedade e transporta à família a responsabilização por se encontrarem na condição de pobres e miseráveis.

No terceiro tópico deste capítulo sinalizo as tensões existentes entre o Programa Bolsa Família e sua característica em elencar as mulheres das famílias pobres como

titulares do cartão que dá acesso ao benefício mensal, as posicionando como aliadas no combate à pobreza. Neste sentido apresento duas principais tensões feministas contemporâneas: a primeira aborda as responsabilidades acarretadas a essas mulheres, sugerindo uma possível reprodução dos papéis sociais historicamente atrelados a elas, aprofundando as desigualdades entre os gêneros. Pensar nessas mulheres no interior das famílias beneficiárias me conduz a repensar a posição social das mulheres no Brasil. Partindo de uma perspectiva feminista de análise, reflito sobre as implicações históricas, morais e sociais atribuídas às mulheres e homens. Em princípio, destaco a dicotomia entre público e privado. Construído historicamente como público, as esferas da vida econômica e política que recaem sob a responsabilidade, principalmente, dos homens, enquanto que para as mulheres recaem as responsabilidades da esfera privada, atreladas ao doméstico, a reprodução e aos cuidados familiares. A segunda tensão se refere ao acesso ao dinheiro, onde as mulheres beneficiárias, através do poder de comprar e a possibilidade de planejamento de projetos de vida, podem ter a possibilidade de alcançar outras potencialidades, no que tange negociações domiciliares, deslocamentos em suas famílias e novas formas de participação social, para além de suas funções reprodutivas, podendo assim apontar para algum tipo de empoderamento através das escolhas de consumo e talvez uma incipiente participação cidadã.

O segundo capítulo, portanto, busca apresentar e apontar as portas que foram abertas a essas mulheres pobres e a maneira que essas portas podem influir na continuidade dos padrões sociais afirmados a mulheres e homens e na reprodução dos papéis sociais, mas essas portas também podem representar uma nova possibilidade dessas mulheres visualizarem e atuarem para novos destinos em suas particularidades.

No terceiro capítulo o leitor encontrará as vozes das mulheres beneficiárias de Santo Antonio do Pinhal, município onde foi efetuada a pesquisa de campo deste trabalho. A

pesquisa empírica realizada em março de 2012 que teve por objetivo acompanhar as Reuniões Sócio Educativas organizadas mensalmente pelas gestoras municipais, reuniões obrigatórias para todas as beneficiárias do Bolsa Família. Acompanhei também as oficinas e cursos oferecidos que ocorrem semanalmente em alguns bairros do município e são parte das ações complementares, visando a inclusão produtiva das beneficiárias. Foram nestes dois espaços que entrevistei individualmente vinte e cinco beneficiárias, sendo uma delas beneficiária do programa estadual de transferência direta de renda – o Renda Cidadã. Realizei também entrevistas com três funcionárias públicas ligadas à gestão dos programas sociais no município, sendo duas delas as responsáveis pela gestão do Programa Bolsa Família.

A escolha de realizar pesquisa empírica tem como perspectiva a análise qualitativa, privilegiando compreender e apreender parte da realidade social das mulheres beneficiárias. Estar de frente àquelas que recebem o benefício, que escolhem como utilizá-lo e ouvir suas histórias proporcionou confrontar as tensões feministas em relação ao Programa e seus possíveis impactos na vida de algumas mulheres pobres de Santo Antonio do Pinhal.

Nesse sentido o leitor encontrará no primeiro tópico do terceiro capítulo as justificativas para o uso da ferramenta metodológica empírica na perspectiva analítica qualitativa. Encontrará no segundo tópico as motivações para a escolha de Santo Antonio do Pinhal como destino neste trabalho e a caracterização do município paulista. No terceiro tópico apresento as características do Programa Bolsa Família no município investigado, trazendo os quadros de evolução tanto financeira quanto em relação ao número de beneficiárias no município. Na sequência, no quarto tópico, descrevo os espaços e as ações propostas pelas gestoras municipais às beneficiárias, ou seja, compartilho o que vi e vivenciei nas reuniões sócio educativas e nas oficinas de artesanato em três bairros da cidade.

No quinto tópico do terceiro capítulo apresento ao leitor às características e o perfil das beneficiárias que entrevistei, assim como suas vozes. Em consequência às suas respostas, subdividi esse tópico em outros nove, apresentando suas respostas em relação ao nível de escolaridade; os tipos de trabalhos que desenvolvem e as dificuldades em tê-los; seus primeiros contatos com o Bolsa Família e o tempo que fazem parte do programa; suas primeiras reações ao receber o benefício em seus nomes; como a elas é repassada as condicionalidades e as obrigаторiedades frente ao programa; como usam o dinheiro do programa e como o compreende em suas vidas; o que pensam sobre os cursos e oficinas oferecidas como complementares – e obrigatórias – ao programa no município e, por fim, se essas mulheres tem perspectivas de sair e de buscarem as portas de saída do programa. Poderia adiantar aqui o que essas mulheres tem a dizer, porém prefiro reservar esse prazer e essas inquietações às falas das entrevistadas, pois as mesmas expressam muito mais do que eu poderia traduzir.

No último tópico do terceiro capítulo apresento as falas das gestoras municipais. Como mulheres também, compartilham suas percepções sobre o Programa Bolsa Família, sobre os trabalhos que desenvolvem no município, sobre as beneficiárias e também sobre as dificuldades que encontram para executar o programa.

O terceiro capítulo, portanto, busca apresentar o que as beneficiárias entrevistadas pensam sobre o programa e os impactos em suas vidas. Busca também apresentar as dificuldades em vislumbrar portas de saídas da pobreza quando as alternativas para isso são poucas num município com as características de Santo Antonio do Pinhal.

Por fim, apresento nas considerações finais um conjunto de reflexões que perpassam os três capítulos desse trabalho. As escolhas e os caminhos por onde as políticas sociais passaram culminam hoje no Programa Bolsa Família, programa de transferência direta de renda focalizada nas famílias em situação de pobreza e miséria. Essa focalização esconde

uma série de concepções relativas ao neoliberalismo e aos novos modos de produção capitalista, onde a responsabilização da pobreza passa às famílias nessa condição e influi diretamente na condição de vida das mulheres beneficiárias de Santo Antonio do Pinhal. A baixa escolaridade, os trabalhos precários - quando existem - e a persistente divisão sexual dos trabalhos domésticos são possíveis armadilhas que dificultam e restringem essas mulheres a visualizarem outras perspectivas de projetos e planos para suas vidas.

CAPÍTULO I

Antecedentes históricos das Políticas de Transferência de Renda no Brasil

Pretendo traçar no presente capítulo uma breve contextualização histórica sobre as políticas sociais como políticas de proteção social³ desenvolvidas na sociedade brasileira, partindo da Constituição Federal de 1988, tendo como principal foco as políticas voltadas à diminuição e ao enfrentamento da pobreza. Através da definição de Jaccoud, apreende-se por políticas sociais:

“[...] a intervenção do Estado nas questões sociais existentes, para compensar as distorções decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista, que discrimina e faz com que a distância entre ricos e pobres seja cada vez maior. [...] destinam-se a atender aos direitos e necessidades universais que são estabelecidas constitucionalmente, como Educação, Saúde e Trabalho.” (JACCOUD, 2009, p.2).

Também interpretada por Demo como o esforço planejado para reduzir as desigualdades sociais, quando entendida como proposta do Estado (1988) como:

“[...] o processo pelo qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em consequência, emerge como sujeitos de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada.” (DEMO, 1994, p.25).

Partindo dos conceitos descritos, considera-se nesse trabalho a articulação do conceito de políticas sociais com o de políticas de proteção social, numa ação integrada entre a intervenção estatal e os sujeitos dessas ações, objetivando melhorias nas condições de vida dessa população, assim como a promoção dos meios para atingir esses avanços.

Sob essas dimensões, se faz necessário apresentar o momento histórico brasileiro que precede a promulgação da Carta Magna e seus desdobramentos.

³ Conceito ancorado segundo Jaccoud (2009), em referência aos programas que têm como objetivo garantir segurança de renda: aqueles que visam manter a renda das pessoas que têm interrompida sua atividade produtiva por motivos de desemprego, doença, invalidez ou aposentadoria, assim como os programas que aportam ajuda financeira às pessoas e famílias que não têm renda ou cuja renda se revela insuficiente.

1.1 - Contexto histórico que precede a Constituição Brasileira de 1988

O cenário sócio-político global no final dos anos de 1970 e início dos anos 80 esteve marcado por uma série de transformações, em que transitaram ideologias, mudanças culturais e econômicas.

No que tange a América Latina, presenciava-se a disputa política pelo processo de redemocratização, em contrapartida aos regimes autoritários presentes em onze países⁴ instaurados a partir da década de 60. Esses regimes foram marcados por um intenso cerceamento às liberdades com a supressão dos direitos constitucionais, a censura, a perseguição política aos movimentos sociais organizados pela sociedade civil e aos partidos políticos. Em geral utilizaram diversas formas de coerção e uso de forças para reprimir aqueles que eram contrários aos regimes militares. Na sociedade brasileira vivenciamos o período "burocrático-autoritário" (NUNES, 1997) em que os ministros tecno-burocratas e militares totalizavam 65% de todas as pastas ministeriais pós-golpe, considerando que anteriormente 60% dos ministros tinham experiência legislativa. Com a promulgação da Constituição de 1967 aumentou-se o número de ministros, cargos estes autorizados apenas para militares e tecno-burocratas, resultando num intensificado controle estatal sobre as políticas sociais. Sendo assim com “o objetivo de escapar a natureza esquerdista, populista, clientelista e corrupta dos partidos políticos conduziu ao aprofundamento do insulamento burocrático e ao banimento e a cassação de direitos civis dos políticos profissionais depois de 1964”⁵. Para isso o regime militar utilizou-se dos Atos Institucionais como forma de atuação, dezessete Atos no total, que serviram como mecanismos de legitimação e

⁴ Países com regimes autoritários na América Latina: Argentina (1976-1983), Bolívia (1971-1985), Brasil (1964-1985), Chile (1973-1989), Equador (1972-1979), Guatemala (1970 – 1985), Nicarágua (1967-1979), Panamá (1968-1989), Paraguai (1954-1989), Peru (1968-1980), Uruguai (1973-1984).

⁵ NUNES, 1997, p.124.

legalização de suas ações políticas e autoritárias, para com as pessoas com ideias contrárias a ditadura militar, estas foram presas, torturadas, mortas e muitas exiladas. Outras se auto exilaram com medo e terror de justamente terem suas vozes silenciadas, nesta atmosfera de inseguranças e incertezas em que o país ficou mergulhado por cerca de vinte e um anos.

Na análise da sociedade brasileira e das escolhas de políticas realizadas a partir da Constituição Brasileira de 88 é necessário apontar uma série de tensões e disputas que antecedem a promulgação da Carta Magna. Além do predomínio do regime militar autoritário, no período que antecede 88 o cenário econômico sofria com a acentuada crise, conforme Draibe sinaliza:

"Os anos 80 foram anos de forte oscilação das taxas de crescimento, marcados também pela crescente pressão do endividamento externo, pelas altas taxas de inflação e pela sucessão de fracassados planos de estabilização realizados durante o governo Sarney (1985-1989), primeiro governo civil que sucedeu ao regime militar." (DRAIBE, 2002, p.11).

A crise econômica, relacionada às transformações internacionais do modo de produção do sistema capitalista - em que o padrão de financiamento brasileiro já não se sustentava mais; juntamente com a crise instaurada no Estado, após o processo de intervenção econômica tornou-se inviável, impedindo a administração de conflitos em sua base de sustentação política⁶; refletiram uma sociedade com um alto índice de pobreza - que atingiu inclusive a classe média brasileira na década de 80⁷ - com alto índice de desemprego, altos índices inflacionários, um intenso endividamento externo⁸ e profundas marcas de desigualdade social, impulsionando a derrocada do regime autoritário.

⁶ AMORIM, Ricardo. "A CF/88 e a sociedade no Brasil". In: CARDOSO JR. José Celso. **A constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas regional, urbana e ambiental**. Brasília: IPEA, 2009.

⁷ PIRES, D. C. Alves. ; LONGO, L. A. F de Barros. A implementação do Bolsa Família e sua relação com a pobreza nas regiões brasileiras no período de 2004 e 2006. In: **Revista Bahia Análise de Dados**, Salvador, v.18, n. 1, abr/jun de 2008.

⁸ Sobre a crise econômica brasileira e suas consequências ver mais em: BALTAR, Paulo. "Formação, Estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil". In: DEDECCA, C. e PRONI, M. (orgs.) **Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido**. Campinas, SP: UNICAMP. IE. 2006.

Partindo da perspectiva de que grande parte da população estava marcada pela exclusão de acessos à comunicação, à educação, à serviços públicos de saúde, ao trabalho, a habitação, ao transporte, além dos itens de necessidade básica, como alimentação, uma das estratégias adotadas pelo Estado para amenizar as tensões políticas, econômicas e sociais foi reformular o campo das políticas sociais.

Neste ponto cabe um paralelo com Peter Gourevitch (1993) e seu estudo em que analisa diferentes crises internacionais em momentos históricos distintos e argumenta que as escolhas a serem tomadas, como políticas estratégicas, fazem parte de um jogo de forças que depende dos atores envolvidos nesse processo. Ou seja, as decisões e as escolhas dependem das forças e tensões sociais existentes em determinado momento que se disponibilizam romper ou dar continuidade às políticas. Para tanto, no campo das políticas sociais, cabe refletir se estas são priorizadas, quais as forças sociais que as disputam, quem as estão concebendo, a fim de perceber quais escolhas estão sendo realizadas em detrimento de outras. Neste sentido, não se pode desconsiderar as tensões e os atores políticos presentes no processo de planejamento e disputa pela redemocratização brasileira. Portanto, nesse campo de embate, por um lado podemos destacar as forças das elites detentoras dos meios de produção, que queriam a continuidade de seus privilégios e a manutenção de seus poderes, a disputa política entre militares e o vasto corpo político brasileiro, por outro lado temos a rearticulação da sociedade civil, verificando-se a eclosão dos denominados “novos movimentos sociais”, que tinham como elemento mobilizador novas demandas sociais pelo resgate da dívida social acumulada e agravada durante a ditadura militar e pela ampliação dos direitos sociais (Silva *et al*, 2011).

É esse o quadro geral em que se encontrava a sociedade brasileira: de crise econômica e da adequação de um novo modelo econômico para se alinhar à nova economia global; abertura política com a queda dos atos institucionais, retorno dos exilados durante a

ditadura e a possibilidade de um pluripartidarismo, considerando que os partidos políticos são fundamentais para que a disputa e representação aconteçam no jogo político, tendo por objetivo final planejar e implementar políticas públicas que atendam a demanda da maioria, sendo estes considerados “agentes fundamentais no processo democrático representativo, pois estão respaldados no voto popular”⁹; visando as renegociações das forças sociais também através dos movimentos sociais articulados pela e na sociedade civil que lutavam por garantias de direitos sociais e trabalhistas.

1.2 – Antecedentes e a Constituição de 1988: movimentos e mulheres

A escolha de contar uma história não é tarefa fácil. Várias são as opções para contá-la, com a possibilidade de partir de diferentes perspectivas, tanto ideológicas, como políticas, sociais, econômicas e/ou culturais. Como os lugares de partida são diversos cabe assinalar que esse capítulo parte também de uma análise sobre os grupos e movimentos envolvidos no processo de redemocratização brasileira, com especial ênfase aos movimentos feministas e de mulheres que compuseram a segunda onda¹⁰ do movimento feminista no Brasil. Dando atenção às formas que se expressaram e abriram a porta ao Brasil para repensar os lugares marcados, as funções atreladas e os castos direitos das mulheres. Sinalizando também as repercussões desses movimentos que foram amplamente debatidas e inscritas na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e que auxiliam na reflexão sobre as políticas sociais como as políticas de proteção social tendo como principal foco as políticas voltadas à diminuição e ao enfrentamento da pobreza.

⁹ KINZO, 2004, p.02.

¹⁰ Sobre a segunda onda do feminismo ver mais em: SERRET, Estela. **Qué es y para qué la perspectiva de género. Libro de texto para asignatura: Perspectiva de género en educación superior.** Oaxaca, México: Instituto de la Mujer Oaxaqueña, 2008, p.93.

Considerando também o período de crise que a sociedade brasileira estava enfrentando na década de 80, a articulação dos movimentos sociais organizados pela sociedade civil foi um elemento inesperado, mas ao mesmo tempo de grande importância por colocar em destaque diversas demandas, conforme Gohn aponta:

“A unificação das demandas localizadas se fez ao redor de setores problemáticos do social. Embora houvesse um cruzamento intenso de formas organizacionais de setores das camadas médias (lutas das mulheres, dos estudantes, dos ecologistas, dos negros etc.) com setores das classes populares (lutas por equipamentos coletivos, bens e serviços públicos, pela habitação e pelo acesso à terra), havia alguns denominadores comuns: a construção de identidades através das semelhanças pelas carências; o desejo de se ter acesso a direitos mínimos e básicos dos indivíduos e grupos enquanto cidadãos; e fundamentalmente, a luta contra o *status quo* predominante: o regime militar.” (GOHN, 1991, p. 13).

Nesse sentido podemos inferir que a promulgação da Constituição de 1988 trouxe para o centro do debate as reivindicações e as pressões dos grupos, das instituições e dos segmentos de interesse popular, consolidando na esfera legal as novas questões sociais¹¹.

Segundo Bem sinaliza:

“Os novos movimentos sociais não se esgotaram em demandas somente por inserção socioeconômica, mas pleitearam uma ampla reformulação dos padrões culturais. Mulheres, homossexuais e negros, por exemplo, passaram a formular diferentes estratégias para o desenvolvimento de políticas da diferença, levantando uma nova ordem de demandas relativas aos modernos direitos sociais, que impuseram o tema da identidade como central nessas demandas.” (BEM, 2006, p.1152).

Ter um aparato legal onde estava posto os direitos e deveres das partes da sociedade civil e do Estado representou um feixe de esperança sobre novos rumos de atuação das forças populares na construção e ampliação de democracia social. Ou seja, a CF/88 sinalizava uma nova opção de política nacional levando em consideração as demandas dos movimentos sociais que apontavam que os problemas acentuados de exclusão¹² e

¹¹ Compreendo questão social a partir de Silva, Yazbek e Giovanni (2011), que a define “como expressão das relações sociais. Nesse sentido, circunscreve-se num campo de disputas, pois diz respeito à desigualdade econômica, política e social entre as classes sociais na sociedade capitalista, envolvendo a luta pelo usufruto de bens e serviços socialmente construídos como direitos, no âmbito da cidadania”.

¹² Sobre o conceito de exclusão social, o compreendo a partir de Fleury (2005, p.461): “A exclusão se refere à não-incorporação de uma parte significativa da população à comunidade social e política, negando sistematicamente seus direitos de cidadania — envolvendo a igualdade de tratamento ante a lei e as instituições públicas — e impedindo seu acesso à riqueza produzida no país”.

desigualdade social deveriam ter centralidade na ação estatal, e esses movimentos atuariam não somente como fiscalizadores, mas como promotores de políticas sociais, complementando a ação estatal. Nesse sentido destaco a importância do movimento feminista no processo, através de questionamentos sobre condições historicamente intocadas como as relações familiares.

Desde o golpe militar de 1964, os grupos considerados oposicionistas e toda a forma de organização que contestavam o autoritarismo, o cerceamento às liberdades e à supressão dos direitos constitucionais imperantes durante a ditadura foram proibidos, perseguidos e censurados pelo regime militar. No período ditatorial os grupos de oposição atuaram na clandestinidade, mas não deixaram de existir. Alguns grupos formados por mulheres, pela impossibilidade de atuação na política e no espaço público, reuniam-se de maneira informal, na casa de uma das integrantes e eram formados através de relações de afinidades, ou seja, reuniam mulheres que já se conheciam o que os tornavam restritos. Visavam refletir sobre diversos assuntos do universo feminino, os quais foram nomeados como grupos de reflexão e podemos situá-los primordialmente como grupos de origem na classe média. Não é possível mensurar a quantidade de grupos de reflexão que existiram no Brasil, principalmente pelo caráter privado de sua estruturação, porém é possível dizer que existiram em todos os estados brasileiros. A importância da existência desses grupos se refere a sua característica em reunir mulheres a fim de refletir sua intimidade, sua posição na sociedade e no interior da família, seu corpo, sua sexualidade, ou seja, é a criação de um campo de pensamento da mulher sobre si mesma, o que representa um pioneirismo, pois foram esses grupos “responsáveis por introduzir questões fundamentais sobre a condição da mulher, até então completamente ignoradas no Brasil”. (PINTO, 2003).

Nesse mesmo período, por outro lado, havia também mulheres das camadas populares se organizando nas suas comunidades, nos seus bairros para reivindicarem

melhores condições de vida, sobre alto custo da alimentação, a falta de transporte, a precariedade local em relação à educação e à saúde, a falta de creches, os problemas de moradia e habitação, ou seja, essas mulheres se juntavam na tentativa de melhorar sua vida cotidiana e na tentativa de resolverem os problemas mais pontuais que as afligiam e principalmente as restringiam na atuação no mercado de trabalho. Estas representaram, junto com outros movimentos comunitários, a base para uma nova forma de atuação e expressão política, partindo da realidade vivida, o que foi nomeado como novos movimentos sociais¹³ a partir da segunda metade da década de 70 do século XX.

O Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas em 1975 representou o marco na forma de organização do movimento feminista brasileiro. Com a promoção pelo organismo internacional de tornar central o debate sobre questões que atingiam especificamente as mulheres, ter um ano específico seguido da Década da Mulher representou tornar públicas e políticas questões até então tratadas como de âmbito privado, o que possibilitou transformar o status das questões específicas às mulheres e fomentou um novo campo para que grupos surgissem, estudos fossem realizados, ou seja, iniciou-se uma nova forma de estruturação e debate sobre as condições femininas em suas várias particularidades. O fato de o Brasil estar em plena ditadura militar auxiliou na conjunção dos grupos de resistência, aproximando o diálogo e a luta conjunta dos movimentos populares pela redemocratização do país, em que as bandeiras de lutas dos tantos movimentos surgidos naquele período caminhavam juntas.

Esse processo de organização do movimento feminista no Brasil a partir dos anos 70 foi nomeado como segunda onda do feminismo e tem como marca essencial a luta contra a ordem social, política e econômica. O movimento feminista se organiza e desvela a

¹³ Sobre os novos movimentos sociais ver mais em: SADER, E. **Quando Novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

perversidade do sistema capitalista que oprime as mulheres, onde as relações trabalhistas estão calcadas na exploração e na diferenciação de homens e mulheres, estas submetidas a relações sociais patriarcais, à dupla jornada de trabalho e às funções maternais e de cuidado às crianças e idosos. As feministas tornaram público o debate sobre planejamento e direitos reprodutivos, questionaram o modelo de família tradicional, escancararam a violência doméstica, defenderam o direito da mulher sobre seus corpos e sua sexualidade e se somaram aos movimentos populares de mulheres, lutando por mais creches, por mais áreas de lazer, pela ampliação das horas letivas nas escolas, ou seja, lutaram também pelo direito à educação, à saúde, à moradia e à trabalho.

A transformação substancial que podemos visualizar na história da participação política brasileira se refere justamente a esse período de efervescência dos movimentos sociais, pois davam voz às diversas forças sociais que “se mantiveram como formas autônomas de expressão de diversas coletividades, não redutíveis a alguma forma ‘superior e ‘sintetizadora’” (SADER, 1988, p.198). Ou seja, os movimentos emergidos na década de 70 eram diversos, tinham bandeiras de lutas que se cruzavam, porém já não estavam mais suscetíveis às formas de organização vindas de uma ‘força maior’ externa à realidade dos sujeitos, configurando seu caráter autônomo. Segundo Sader “os agentes dos movimentos sociais expressam uma insistente preocupação na elaboração de identidades coletivas, como forma de exercício de suas autonomias”¹⁴ e a relação entre a concepção de novos sujeitos se relaciona com “a ideia de *autonomia*, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências”¹⁵. A importância das noções de sujeito e autonomia é o que mais se destaca nessa nova concepção de movimentos sociais, pois é essa conjunção que favorece expandir as vozes dos novos atores sociais:

¹⁴ SADER, 1988, p. 51.

¹⁵ Idem, *op. cit.*, p. 53.

aqueles que refletem a sua experiência particular de vida e decidem, coletivamente, expressar sua voz, objetivando transformar a realidade social em que vivem sua cotidianidade. Segundo Sader:

“Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de carência.” (1988, p. 199).

Portanto pensar nas contribuições dos movimentos sociais, em particular do movimento feminista, nos permite perceber a abertura das primeiras portas para transformar a situação da mulher brasileira, pois o feminismo da segunda onda espalhou pelos cantos do Brasil a necessidade de transformar a posição e o lugar ocupado pela mulher na sociedade, as funções sociais e familiares que carregam, mas não necessariamente escolhem, a ampliação e a obtenção de seu direito a ser tratada como cidadã, sem que sua condição natural seja o marcador para que não tenham condições sociais e de igualdade garantidas.

1.2.1 - Participação popular e demandas feministas na constituinte

A década de 80 inaugura uma nova etapa no cenário político e social brasileiro. Com o surgimento e a organização dos novos movimentos sociais questionadores da ordem social, da condição de vida e das suas especificidades, somados à abertura política brasileira uma nova configuração das forças sociais estavam dadas. A ditadura militar se afrouxava e o país passava pela chamada transição democrática, onde os valores democráticos retornavam à política e os movimentos sociais encontraram nesse processo outros espaços de expressão, alguns por vias partidárias, outros compuseram os Conselhos formados nesse processo, ou seja, já não falavam mais entre si sobre suas especificidades, tinham agora outros lugares para expandir suas lutas e vozes.

A emergência dos movimentos sociais que se organizaram em partidos políticos de massa e contribuíram para a nova *polity* democrática (KINZO, 2004), representavam a inclusão da demanda das camadas populares na pauta política. No caso dos movimentos feministas, algumas militantes escolheram a via partidária, associando-se aos novos partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), outras preferiram dar seguimento às características de autonomia, optando por não se institucionalizarem. Cabe pontuar que através dessas duas esferas de atuação o movimento feminista continuou contestando a condição feminina, mas agora o que havia eram estratégias diferentes para transformar essa condição, conforme aponta Lobo:

“[...] depois de 1982, em alguns estados e cidades, se criaram os Conselhos dos Direitos da Mulher, e mais adiante o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, os quais se configuraram como novos interlocutores na relação com os movimentos. Duas posições polarizaram as discussões: de um lado as que se propunham ocupar os novos espaços governamentais, e do outro, as que insistiam na exclusividade dos movimentos como espaços feministas.” (LOBO, 1987, p. 64).

No caso daquelas que decidiram se institucionalizar e ser parte do novo Estado brasileiro, participaram ativamente para defender as bandeiras de lutas feministas através das comissões e conselhos criados para formularem o que viria a ser a Constituição Federal de 1988:

“reconhecendo a capacidade do Estado moderno para influenciar a sociedade como um todo, não só de forma coercitiva, com medidas punitivas, mas através das leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem-estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação pública, portanto como um aliado fundamental na transformação da condição feminina.” (MOLYNEUX, 2003, p. 68 apud COSTA, 2009, p.62).

O que antes se expressava à parte do Estado, justamente pelo caráter autoritário deste, no processo constituinte buscou-se incluir o que estava marginalizado, como as desigualdades entre direitos femininos e masculinos em diversos âmbitos: na forma da lei, nos direitos humanos, nos direitos civis, na família, na saúde, no trabalho, na habitação, na

previdência social, na educação, na assistência social e em relação à política e as formas de distribuição de poder.

Chamo atenção, principalmente, as lutas realizadas pelo movimento feminista em relação às concepções de família e aos direitos das mulheres no interior dessa instituição. A Constituição que vigorava afirmava que a família tinha origem no casamento e tinha direito à proteção do Estado, o que não condizia com a realidade dos brasileiros, que constituíam suas famílias em muitas outras bases, não só através da instituição do casamento. O debate sobre essa questão nas comissões constituintes fortaleceu o que veio a se tornar o Artigo 226 da CF/88, que considera a família como base da sociedade garantindo-lhe especial proteção, o que avança na conceituação dessa instituição, sinalizando para o reconhecimento de diferentes tipos de família, tanto constituídas pelo casamento formal ou união consensual, seja ela nuclear, monoparental ou reestruturada. Além de avançar nesse debate, a CF/88 nesse mesmo Artigo no quinto parágrafo dispõe explicitamente que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal deverão ser exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, ou seja, a mulher poderia também ser a chefe da família.

Outra questão que merece destaque é a conquista fundamental de igualdade de direitos e deveres entre mulheres e homens, expressa no Artigo 5º da CF/88. Ter expressado na lei maior a igualdade entre os sexos é um marco na luta das mulheres, possibilitando questionar, criticar e denunciar qualquer tipo de discriminação decorrente de sua condição de mulher. A CF/88 também marca um novo campo de atuação institucional para as mulheres, pois nela assegura-se participação política, inclusão e regulamentação das leis trabalhistas como a licença maternidade, o direito a sua declaração ser acatada em relação à filiação de seus filhos, ou seja, é na CF/88 que, de fato, as mulheres passam a ser incluídas como detentoras de direitos e deveres, o que compõe seu caráter voltado para o exercício e garantia da cidadania.

A cerca da participação popular na constituinte podemos dizer que se trata de uma parte inovadora da CF/88, juntamente com a proposta de uma nova concepção de política social, que reunia sob a insígnia de Política de Seguridade Social as políticas de assistência social, da previdência social e de saúde. Sob essa perspectiva, Hovarth aponta:

“Com a Constituição Federal de 1988 que implantou o sistema de seguridade social, o Brasil deixou de ser um Estado de Providência, que garante apenas proteção aos trabalhadores, para ser um Estado de Seguridade Social, que garante proteção universal à sua população. Este sistema está fundado no conceito que a Seguridade Social deve garantir o mínimo social necessário à existência humana digna.” (HOVARTH, 2005, p. 38).

Através dos dois novos elementos apresentados – a participação popular e a instauração da política de Seguridade Social - se faz necessário apresentar concepções colocadas em cheque pelo processo de democratização social do Brasil.

A primeira se refere à ruptura com o formato que as políticas sociais estavam postas no Brasil. Por parte do Estado, as políticas desenvolvidas se referiam a garantias trabalhistas, tinham caráter clientelista e de fortes privilégios corporativos¹⁶. Por parte de outras instituições havia o predomínio de caráter filantrópico das políticas, gerenciadas pelas igrejas e por organizações privadas, principalmente atreladas aos princípios de solidariedade moral em relação às populações com condições precárias de vida. Com a CF/88 fica evidenciada a luta por ampliação dos direitos sociais e da atuação em relação às novas questões sociais. Segundo Draibe:

“A Constituição de 1988 consagrou os novos princípios de reestruturação do sistema de políticas sociais, segundo as orientações valorativas então hegemônicas: o *direito social* como fundamento da política; o comprometimento do Estado com o sistema, projetando um acentuado grau de provisão estatal pública e o papel complementar do setor privado; a concepção da *seguridade social* (e não de seguro) como forma mais abrangente de proteção e, no plano organizacional, a *descentralização* e a *participação social* como diretrizes do reordenamento institucional do sistema.” (DRAIBE, 2002, p. 69).

¹⁶ DRAIBE, 2002, p.07.

A CF/88 cumpriu a função de propor um novo modelo de proteção social com potencial transformador, mas isso não quer dizer que pelo fato de estar promulgada as tensões e disputas deixariam de existir. Ou seja, a CF/88 é o normativo, a lei, e nela apresentaram-se ideias dos representantes mais progressistas do Estado moderno, como os princípios de cidadania e de equidade, mas que enfrentou diversas forças conservadoras para ter os direitos sociais ampliados entre as outras pautas. A segunda refere-se à CF/88 e seu potencial de desestabilizar alguns privilégios históricos atrelados às elites brasileiras, sendo essa concepção a que motiva refletir as dificuldades em transformar as concepções culturais impregnadas por estas elites na sociedade. Por isso, aponto para o limite da Carta Magna, pois ela é a lei maior, mas para se tornar vigente depende diretamente da correlação de forças em embate – tanto as conservadoras como as progressistas.

No entanto, é inegável que a Constituição Federal de 1988 representou um marco importante para a garantia de direitos políticos e sociais suprimidos durante a ditadura militar, e esses direitos representavam os fundamentos de um Estado democrático. É inegável também seu papel fundamental de trazer à luz as novas e velhas questões sociais, principalmente com as novas concepções de proteção social, com a universalização do atendimento na área da saúde, educação, assistência social, que passaram a ser de responsabilidade estatal, garantidor da existência digna de seus cidadãos. Todavia, esse importante processo político esteve imerso em disputas e as correlações de força pesaram muito na continuidade e aplicação da Carta Magna. Principalmente com a adoção pelo sistema econômico neoliberal, na tentativa de inserir o Brasil, mesmo que tardiamente, à economia globalizada.

1.3 - Os anos 90: neoliberalismo e as políticas sociais

A partir dos debates apresentados nos itens anteriores, podemos inferir que o Estado democrático brasileiro fundamenta-se, através da Constituição de 1988, como promotor do bem estar social, o que podemos visualizar em “*A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais*” (Título VIII - Da Ordem Social; Art.193, Capítulo I).

O que vinha se configurando no Brasil como um quadro social promissor, encontra na CF/88 o reflexo das mobilizações sociais em tensão e disputa com alas conservadoras da sociedade. Em relação à regulamentação da política social a partir da CF/88, afirma Sonia Fleury:

“O novo padrão constitucional da política social caracteriza-se pela *universalidade* na cobertura, o reconhecimento dos *direitos sociais*, a afirmação do *dever do Estado*, a subordinação das práticas privadas à regulação em função da *relevância pública das ações e serviços* nestas áreas, uma perspectiva *publicista* de co-gestão governo/sociedade, um arranjo organizacional *descentralizado*.” (2005, p.453).

A CF/88 para o campo da política social vinha trazer uma concepção universalista, diretamente relacionada com a noção de direitos sociais, porém encontrou resistência na sua implantação, principalmente pela resposta à crise que o Brasil encontrava na década de 80: o neoliberalismo.

Segundo Perry Anderson (1995) o neoliberalismo surgiu após a II Guerra Mundial, como uma reação teórica e política ao Estado de bem-estar existente na Europa. Afirma que com a grande crise do modelo econômico em 1973 as ideias neoliberais ganharam terreno, pois a crise levou à recessão, as baixas taxas de crescimento combinadas com alta taxa inflacionária, e os teóricos do neoliberalismo afirmaram ser a crise consequência do que se configurava como Welfare State Keynesiano – o pleno emprego, serviços sociais universais

e proteção social básica garantida. Logo o que poderia remediar a crise econômica, na visão neoliberal, seria um sistema onde teria que:

“[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava redução dos impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas.” (ANDERSON, 1995, p.11).

Este sistema traduz-se, portanto em oposição ao Estado Social e é estruturado pelos seguintes princípios básicos: mínima participação do Estado na economia e no mercado de trabalho (Estado Mínimo); privatização das empresas estatais e abertura da economia para a entrada de capitais internacionais; a defesa da livre circulação de capitais internacionais; adoção de medidas contra o protecionismo econômico; diminuição do tamanho do Estado a fim de torna-lo mais eficiente; desburocratização do Estado através de leis e regras que facilitem as atividades econômicas; desoneração do Estado com os gastos sociais e serviços públicos e, o não controle de preços de produtos e serviços pelo Estado defendendo a lei da oferta e demanda como suficiente para a regulação dos preços. Esses princípios encontram coro na reunião de 1989, intitulada *Consenso de Washington*, que foi o balizador das recomendações de políticas de ajustes econômicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina.

No Brasil a aplicação do neoliberalismo como sistema econômico foi ponto chave para a desarticulação e desmobilização dos movimentos sociais e de todo sistema de políticas sociais presentes na CF/88. A máxima do Estado mínimo reduziu a função do Estado como provedor do bem-estar assim como sua participação em realizar gastos sociais para garantir os direitos sociais universais. O que se apresentou foi um quadro dramático, onde o que deveria ser garantido como direito se transformou em serviços, ou seja, os

gastos sociais e as funções do Estado em relação à sociedade civil se transferem para os setores privados, como nos casos mais emblemáticos da saúde e da educação.

Nesse processo de ajuste estrutural com a reorganização da produção e do Estado capitalista temos outro direcionamento das políticas sociais no Brasil. Os direitos sociais que aparecem na CF/88 como universais são realocados pela concepção neoliberal dos organismos internacionais e passam a ser de *focalização*, isto quer dizer,

“Surge uma nova visão hegemônica no cenário nacional e internacional sobre as políticas sociais [...] prestigiando uma ideologia de proteção só para os desprotegidos, ou seja, as ações de proteção social advindas de recursos do Estado só focalizarão uma parte da população, logicamente aquela que se encontra abaixo da linha de pobreza, enquanto que o resto da população encontrará sua proteção nas prateleiras e vitrines do livre mercado [...] Neste sentido, para as políticas sociais a orientação dos organismos internacionais é a focalização das ações, com estímulos a fundos sociais de emergências, a mobilização da solidariedade individual e voluntária, bem como as organizações filantrópicas e organizações não-governamentais - com a marca de GENTE QUE FAZ. O apelo à solidariedade e à parceria desresponsabiliza o Estado e despolitiza as relações sociais, deslocando a questão social da esfera pública e inserindo-a no plano de filantropia.” (PEREIRA *et al*, 2006, p.11).

O impacto do neoliberalismo atingiu também o mundo do trabalho, onde, segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2011), as transformações em decorrência da *Revolução Tecnológica da Era da Informação* geraram profundos rearranjos no mercado capitalista, principalmente através da *Globalização e Regionalização dos Mercados* e:

“Daí decorrem situações que demandam ações do Estado para proteção do amplo contingente de trabalhadores que passam a vivenciar o desemprego estrutural ou a precarização do seu trabalho, ampliando e disseminando a pobreza, tanto nos países em desenvolvimento como nos países de capitalismo avançado.” (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2011, p.15).

Essa opção de ajuste econômico ao cenário internacional teve como consequência:

“a estagnação do crescimento econômico, a precarização e a instabilidade do trabalho, o desemprego e o rebaixamento do valor da renda do trabalho, com consequente ampliação e aprofundamento da pobreza [...] aumento do desemprego estrutural associado à precarização do trabalho e as mutações no perfil do trabalhador requerido pelo mercado capitalista globalizado e competitivo. [...] Acrescenta-se a esse processo de flexibilização das relações de trabalho, o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas.” (*Op. Cit.* p. 27-28).

Os autores apontam primeiro, para um aumento de trabalhadores informais e precarizados em que o primado do trabalho não se sustentava mais devido as mudanças nas

relações de trabalho; e segundo para a prioridade em relação ao ajuste econômico, localizando as políticas sociais num segundo plano, seu sucesso atrelado ao crescimento econômico, desarticulando ainda mais a universalização das políticas e a ampliação dos direitos sociais conquistados no texto da constituinte. Esse quadro possibilitou ainda verificar que a manutenção de determinada coesão social¹⁷, que regulamentava e mantinha a ordem social através de garantias de bem-estar e justiça social tornou-se ameaçada, pois foram contrapostos com a ofensiva neoliberal, acentuando ainda mais as desigualdades sociais e o quadro dramático da pobreza no Brasil.

No período de 1990-1992 com o governo do presidente Fernando Collor, no que tange as políticas sociais, a ala conservadora rearticulada partiu na tentativa de minar os escritos constitucionais com vista para a área social, pois o texto constituinte deixou em aberto pontos cruciais da regulamentação das políticas de seguridade social, portanto o que se seguiu foi a Lei Maior sendo aplicada através de emendas constitucionais, em que as brechas, por exemplo, sobre o financiamento das políticas sociais, só começaram a ser reguladas através da promulgação das Leis Orgânicas¹⁸ referentes às três áreas que compunham a Seguridade Social: Previdência, Saúde e Assistência Social. Cabe sinalizar que a promulgação dessas leis favoreceu para o que Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna chamou de *O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil* (2008), artigo este em que afirma que a Seguridade Social se resumiu ao assunto da previdência, segundo a autora:

¹⁷ O conceito de coesão social é entendido aqui como sinônimo de ordem social, conjunto de normas sociais que perpassam o campo político, moral e simbólico, onde haja garantias de manutenção da harmonia social e a cooperação entre os indivíduos. Sobre esse assunto ver mais em: DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. In: coleção Os Pensadores. 2ªed., São Paulo, Abril Cultural, 1983.

¹⁸ Lei Orgânica da Saúde, Lei 8.080 de 1990; Lei do custeio da Previdência, Lei 8212 e Lei dos Planos de Benefícios da Previdência, Lei 8213 – ambas de 1991 e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei 8742 de 1993.

“A destruição da seguridade social – destruição *subjativa* porque a discussão girou em torno da previdência, jogando ao limbo a seguridade, e *objetiva* porque sedimentou-se a fórmula da vinculação de receitas específicas (e separadas) para a previdência, saúde e assistência social – propiciou ao governo (a todos, desde 1990) uma situação confortável para lidar com suas verdadeiras urgências. A saber: apresentar às agências multilaterais de crédito (em especial ao Fundo Monetário Internacional) uma prova de bom comportamento; oferecer à indústria da previdência (e aos planos privados de saúde) mais incentivos; e dismantelar boa parte do aparato administrativo público, atribuindo aos funcionários a culpa pelos males do Estado.” (VIANNA, 2008, p.191).

No que tange esse trabalho, destaco a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que normatiza a política de assistência social, sendo um primeiro passo para a organização e regulamentação do que a área da assistência social tem que incorporar em sua atuação. Representa um marco, pois elenca como e quais serviços públicos devem ser prestados à população pela assistência social, além de instituir o Conselho Nacional de Assistência Social, órgão responsável pela política nacional e pela gestão do Fundo Nacional de Assistência Social.

Sua importância se dá, também, por recolocar a família como central e norteadora para as políticas sociais, na tentativa de assim atingir o cerne dos problemas sociais, colocando em pauta novas formulações para o enfrentamento da pobreza, esta definida por Melo como:

“um fenômeno multidimensional, que associa subconsumo, desnutrição, condições precárias de vida, baixa escolaridade, inserção instável no mercado de trabalho e pouca participação política e social. A pobreza é o resultado de um processo social e econômico de exclusão social, cultural e política.” (MELO, 2004, p.7).

É também no texto da LOAS que se institui como famílias pobres aquelas com renda *per capita* até um quarto do salário mínimo. Destaco essa lei como um marco, pois todas as concepções anunciadas nela são tidas como normativo para tratar dos problemas relacionados à pobreza no decorrer da década de 1990 e no século XXI.

1.3.1 – As conferências Internacionais: ONU e as agendas para o Brasil

O Brasil, como país membro da Organização das Nações Unidas, tem a obrigatoriedade de incorporar, fomentar e promover as exigências advindas das Conferências Internacionais. Cabe destacar a II Conferência Internacional de Direitos Humanos realizada em Viena no ano de 1993¹⁹, que reafirma a igualdade dos direitos de mulheres e homens, em grande medida por parte da pressão dos movimentos feministas. A Conferência é de grande importância, pois podemos encontrar no seu programa de ação a preocupação com as várias formas de violência e discriminação contra as mulheres no mundo, conforme a parte II item 3 número 38 - *A igualdade de condição social e os Direitos do homem das mulheres*:

“A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos realça a importância do trabalho a desenvolver no sentido da eliminação da violência contra as mulheres na vida pública e privada, a eliminação de todas as formas de assédio sexual, a exploração e o tráfico de mulheres, a eliminação de preconceitos contra o sexo feminino na administração da justiça e a irradicação de quaisquer conflitos que possam surgir entre os direitos das mulheres e os efeitos nocivos de certas práticas tradicionais ou consuetudinárias, preconceitos culturais e extremismos religiosos. A Conferência Mundial sobre Direitos do Homem apela à Assembleia Geral que adote o projeto de declaração sobre a violência contra as mulheres e insta os Estados a combaterem a violência contra as mulheres em conformidade com as suas disposições” (Declaração e Programa de Ação de Viena, 1993).

Esse item inclui na pauta dos estados membros das Nações Unidas o debate nas vias institucionais sobre um problema social que até então era tratado como de âmbito privado, assim como as desigualdades sociais entre mulheres e homens, colocando na esfera pública o enfrentamento de diversas discriminações acometidas às mulheres.

Em relação ao enfrentamento da pobreza, encontramos no texto da II Conferência que,

¹⁹ Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em 10 set. 2011.

“A existência de uma pobreza extrema generalizada obsta ao gozo pleno e efetivo de Direitos Humanos; a sua imediata atenuação e eventual eliminação devem permanecer como uma das grandes prioridades da comunidade internacional.” (item 14 da Declaração e Programa de Ação de Viena, 1993).

Verificamos ainda, no item 25, a reafirmação para que os Estados “estimulem a participação das pessoas mais pobres no processo decisório da comunidade em que vivem, bem como a promoção de Direitos Humanos e os esforços para combater a pobreza extrema”, considerando essa condição uma “violação da dignidade humana”.

Já na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, conhecida como Conferência do Cairo, realizada em 1994, podemos verificar uma maior ênfase na promoção do desenvolvimento humano, em especial das mulheres e crianças. Em seu quarto princípio os países acordam que:

“O progresso na igualdade e equidade dos sexos, a emancipação da mulher, a eliminação de toda espécie de violência contra ela e a garantia de poder ela própria controlar sua fecundidade são pedras fundamentais de programas relacionados com população e desenvolvimento. Os direitos humanos da mulher e da menina são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena e igual participação da mulher na vida civil, cultural, econômica, política e social, nos âmbitos nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional.” (PATRIOTA, 1994, p. 42-43, 1994).

A Conferência do Cairo foi um marco em relação a mudanças de paradigmas mundiais, principalmente no que concerne a questão dos direitos reprodutivos, direitos de planejamento familiar e as crianças como principal veículo de transformações das situações mais degradantes, tanto da pobreza como das desigualdades sociais. Podemos conferir o enfoque na família e na criança nos dois princípios da Conferência que seguem:

“Princípio 9: A família é a unidade básica da sociedade e, como tal, deve ser fortalecida. A família tem o direito de receber proteção e apoio totais. Em diferentes sistemas culturais, políticos e sociais, há várias formas de família. O casamento deve ser nelas incluídos com o livre consentimento dos futuros cônjuges, e marido e esposa devem ser parceiros iguais.

Princípio 11: Todos os estados e famílias devem dar à criança a mais alta prioridade possível. A criança tem direito ao padrão de vida adequado ao seu bem-estar e direito ao mais alto padrão possível de saúde e direito à educação. A criança tem direito de ser cuidada, orientada e sustentada por pais, famílias e sociedade e de ser protegida por adequadas medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais contra toda forma de violência física ou mental, agressão ou brutalidade, descaso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive venda, traficância, abuso sexual e tráfico de seus órgãos.” (PATRIOTA, 1994, p. 43)²⁰.

Como pudemos demonstrar nos trechos das referidas Conferências Internacionais, novos paradigmas são colocados em debate, a fim de serem incorporados pelos Estados, de modo a melhorar a condição de vida e a dignidade humana e para isso, é primordial a ação dos Estados membros, como o Brasil, para que as questões destacadas nas Conferências sejam perpetradas e impulsionadas nesses países. Para tanto, é indispensável reafirmar que não basta ter as diretrizes para que estas sejam estabelecidas como práticas políticas. Consideremos as tensões e disputas por políticas, ou mesmo pelas escolhas de quais políticas a ser implementadas, que são perpassadas pelas correlações de forças na trama política em questão.

Nesse aspecto com a retomada da família, como instituição central para o enfrentamento dos problemas sociais identificados nas Conferências, podemos visualizar nas práticas políticas de diversos países o enfoque na preocupação com o destino das futuras gerações tanto em relação à saúde, educação e condições nutricionais. Sobre a relação intrínseca do Estado com a família, Carvalho aponta que:

²⁰ Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/eventos_internacionais/onu/Relat%C3%B3rio%20Cairo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

“O Estado e a família desempenham papéis similares, em seus respectivos âmbitos de atuação: regulam, normatizam, impõem direitos de propriedade, poder e deveres de proteção e assistência.[...] Nesse contexto pode-se dizer que a família e políticas públicas têm funções correlatas imprescindíveis ao desenvolvimento e à proteção social dos indivíduos.” (CARVALHO, 2010, p.268).

Verificamos no Brasil um maior atrelamento dessa relação através dos programas de transferência de renda ao acesso de crianças e adolescentes à educação – como o Programa Bolsa-Escola; e a preocupação com a alimentação de crianças e suas famílias em situações sociais adversas – como o Programa Bolsa Alimentação. Juntamente com a retomada da família como central para as políticas sociais, emerge uma questão imprescindível: a inclusão da mulher como parte primordial no processo de desenvolvimento social e do enfrentamento à pobreza. As mulheres situadas no interior das famílias pobres são consideradas parte convergente para a diminuição da pobreza, principalmente quando a estas são atreladas as responsabilidades com o cuidado dos filhos, dos idosos e dos entes familiares.

É importante ressaltar que algumas das diretrizes assinaladas nas Conferências são reafirmadas no ano de 2000, quando a Organização das Nações Unidas estabelece os Oito Objetivos do Milênio, sendo eles:

- 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- 2 - Atingir o ensino básico universal;
- 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- 4 - Reduzir a mortalidade na infância;
- 5 - Melhorar a saúde materna;
- 6 - Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
- 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental, e
- 8 - Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Os Objetivos do Milênio impõem novamente o comprometimento dos Estados com os principais problemas identificados no mundo e verificamos seus desdobramentos nas

políticas sociais idealizadas no Brasil, principalmente através dos programas de transferência de renda.

1.4 – Os programas de transferência de renda

Os programas de transferência de renda começam a ser implementados durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, inseridos na ideia de focalização. Como observamos no item anterior, as marcas do neoliberalismo nas políticas sociais brasileiras conduzem à descaracterização do que foi inscrito na CF/88 em relação às políticas sociais, onde o Estado reduz os gastos sociais como o provedor de meios aos quais os cidadãos garantiriam seus direitos sociais de cunho universalista. O que se viu foi uma sequência de políticas focalizadas, principalmente em relação à população pobre e miserável. Essas políticas com público alvo específico priorizavam ações de curto prazo no intuito de aliviar carências decorrentes da situação imediata de pobreza (VIANNA, 2005, p.121). É aí que os programas de transferência de renda se fazem presentes.

Muitos são os estudos realizados no esforço de contar a história dos programas de transferência de renda no Brasil²¹, mas antes de fazer esse apanhado histórico é importante caracterizar o que são os programas de transferência de renda.

Transferir renda representa, inicialmente, um instrumento para reduzir as desigualdades de renda existentes numa determinada região, seja ela micro ou macro. De maneira geral as transferências de renda são feitas a partir de repasse financeiro, na forma de dinheiro, para as pessoas pobres ou ameaçadas pela fome. No caso do Brasil, as

²¹ Sobre a construção histórica dos programas de transferência de renda no Brasil ver mais em: WEISSHEIMER, M.A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando o Brasil**. Ed. Perseu Abramo, 2010; SUPPLY, E. **Renda e Cidadania: saída é pela porta da frente**. Ed. Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2010; SANTANA, J. A. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**, 2007, disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07_1019.pdf>.

transferências de renda são realizadas visando à família pobre, objetivando aumentar a renda real dessas famílias. Mas o caso brasileiro tem outra particularidade, que reforça a característica dos programas de transferência de renda estes focalizados num público-alvo em específico: as famílias. No caso brasileiro atual não temos a simples transferência de renda, a ela é somado condições para elegibilidade e para a continuidade no recebimento da renda, podendo afirmar que temos no Brasil os programas de transferência de renda condicionada. A elegibilidade das famílias para se inserirem como beneficiárias das transferências se reduzem principalmente à sua condição de renda – ou a falta dela. A escolha das famílias como centrais para o recebimento das transferências parte da constatação de que é nela que a pobreza se reproduz, ou seja, as carências apresentadas pelas gerações adultas continuam percorrendo a família, e as gerações seguintes não conseguem meios para superar a condição de pobreza, mas sobre esse ponto me debruçarei no segundo capítulo.

O debate sobre a transferência de renda surgiu a partir da perspectiva universal de acesso a direitos, através do projeto de Lei nº. 80, de 16 de dezembro de 1991, proposto pelo senador Eduardo Suplicy com o nome de Programa de Garantia de Renda Mínima. O que era pra ser transferência de renda universal e incondicional passou a ser atrelada à educação, num claro ajustamento às novas concepções de políticas sociais focalizadas, ou seja, as famílias pobres com crianças em idade escolar poderiam receber um repasse financeiro, com a condição de seus filhos permanecerem na escola e comprovarem frequência escolar. O que surgiu em 1991 e foi aprovado no senado buscava meios de se efetivar, portanto o Programa de Garantia de Renda Mínima não foi implementado a partir do governo federal, mas nos anos seguintes a ideia foi adotada por alguns municípios brasileiros, que como entes federados, tiveram autonomia para planejar e realizar transferências de renda condicionadas. Atrelar a transferência de renda à educação seria

uma forma de retirar as crianças das famílias de baixa renda do trabalho precoce e também garantir que essas crianças, acessando altos níveis educacionais, não repetiriam os mesmos destinos que suas famílias, ou seja, poderiam ter a possibilidade de uma melhor qualificação a fim de romper com o ciclo vicioso da pobreza.

Entre os anos de 1994 e 1995 os municípios de Campinas, Ribeirão Preto e Santos no Estado de São Paulo e Brasília, no Distrito Federal implementaram programas de garantia de renda atrelados à educação. Com o sucesso dessas iniciativas, onde se verificou uma maior inserção e manutenção das crianças nas escolas, o governo federal sob o comando do presidente Cardoso introduziu o Programa Comunidade Solidária, dando início à potencialidade da ação estatal de centralizar e conhecer o perfil da população pobre além de representar uma primeira experiência de articulação do governo federal, estadual e municipal. Em 1996 o governo federal implementou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que tinha em sua essência os mesmo pressupostos encontrados nas iniciativas municipais, atrelando o acesso à renda através da erradicação do trabalho infantil e a inserção das crianças das famílias pobres no sistema educacional.

O ano de 2001 representou a ampliação e multiplicação dos programas de transferência de renda de iniciativa do Governo Federal. Foram eles: Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – o “Bolsa-Escola” (2001), o programa Bolsa-Alimentação (2001), o Auxílio-gás (2002) e o Cartão Alimentação (2003). Esses programas passaram a ser considerados o eixo central de “uma grande rede nacional de proteção social”²², abarcando quase todos os 5.561 municípios brasileiros. Esses programas foram geridos de forma descentralizada, reafirmando as responsabilidades das instâncias federais, estaduais e municipais, juntamente com a sociedade civil, como complementares para o funcionamento dos programas.

²² Silva, Yazbek e Giovanni, 2011, p.101.

Com o início do governo do presidente Lula um novo momento dos programas de transferência de renda se inicia. Já no discurso de posse o mesmo anuncia que seu governo terá como marca central o enfrentamento do problema da fome e da pobreza. Como método de ação, há a unificação dos programas anteriores – O Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e o Cartão Alimentação – no Programa Bolsa Família. As justificativas para a unificação dos programas federais anteriores são diversas, mas podemos destacar como pontos principais: a possibilidade de um melhor gerenciamento dos programas de enfrentamento à pobreza com um cadastro único que seja instrumento de planejamento e de mapeamento de especificidades regionais; padronização de renda familiar que defina qual o público-alvo a ser abarcado; redução dos custos e uma maior possibilidade de articular as políticas de transferência de renda com outras políticas sociais brasileiras. No caso dos programas de transferência de renda condicionadas podemos inferir que ao elencar condições, melhor dizendo, as co-responsabilidades nas áreas da saúde e da educação, a tentativa que desponta é, além de enfrentar a pobreza e a fome, que as famílias pobres acessem os serviços públicos a fim de desenvolverem potenciais para conquistarem seus direitos sociais, ou seja, é uma retomada da tentativa de uma política universalizante, apesar de focar ainda nos mais pobres, quando se deveria expandir o ideal de serviços públicos à todas as camadas sociais.

Por fim, cabe assinalar que os programas de transferência de renda, como política social, fazem parte de um processo de construção histórica, em que pesa tanto a conformação histórico-social brasileira como a econômica. Estas não podem ser percebidas sem estarem inseridas num conjunto de políticas além do campo social, onde só encontram a possibilidade de serem implementadas tendo ao seu lado forças sociais dispostas a questionar e romper com antigos formatos de política, assim como ao lado de políticas econômicas que as garantam aplicabilidade.

1.5 – Caracterização do Programa Bolsa Família

A partir das observações presentes nos itens anteriores, constatando que ao Estado brasileiro cabe, como uma das funções em relação aos seus cidadãos, prover o bem-estar social, através de uma trama que envolve três frentes de ação: Política de Assistência Social; Política de Segurança Alimentar, e Política de Transferência de Renda, o programa Bolsa Família vem como resultado do processo histórico de políticas sociais constituídas a partir da década de 90, integrando a estratégia política e social do Fome Zero, que tem como objetivo:

“assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.”²³.

Esta estratégia adotada pelo Governo Federal é representada por um conjunto de políticas governamentais e não governamentais, cujo propósito maior é erradicar a fome e a desnutrição. É importante situar o Programa Bolsa Família (PBF) no conjunto das políticas de enfrentamento à pobreza, para que se tenha a dimensão de que não é um programa isolado, mas que dialoga e complementa outros programas sociais. Os programas que compõem o Fome Zero, além do Bolsa Família são: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), os Restaurantes Populares, o Programa de Construção de Cisternas e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

O PBF é coordenado em nível nacional pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mas sua implementação se dá de forma descentralizada, através da gestão dos municípios. Os

²³ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 18 set. 2011.

gestores municipais são os responsáveis pela identificação e cadastramento das famílias, pela oferta de serviços e pelo acompanhamento das famílias nas áreas de saúde, educação e assistência social e os gestores estaduais são responsáveis pelo apoio aos municípios na implementação do PBF. Em relação à gestão descentralizada, há um pacto entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a fim de articular os diversos agentes políticos em torno da promoção e inclusão social das famílias beneficiárias. Para tanto, o MDS criou o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que é um mecanismo utilizado para medir a qualidade de gestão nas esferas estaduais e municipais. Através das informações obtidas com o índice, o MDS realiza repasses de recursos para aperfeiçoar as ações de gestão dos estados e dos municípios.

O critério que define o perfil de família que pode receber o benefício é prioritariamente de renda, abarcando famílias com renda per capita de até R\$ 140. As famílias com renda per capita de até R\$ 70 recebem um benefício básico, além dos benefícios variáveis (associados à presença de crianças e adolescentes). Famílias com renda per capita acima de R\$ 70 até R\$ 140 recebem apenas benefícios variáveis. Na tabela 1 apresento as possibilidades de composição do benefício:

Tabela 1: Composição do benefício do PBF para famílias extremamente pobres

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 198,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 230,00
0	1	Básico + 1 BVJ*	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 204,00
4	1	Básico + 4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 236,00
5	1	Básico + 5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 268,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 242,00
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 274,00
5	2	Básico + 5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 306,00

Fonte: MDS, 2013.

*BVJ é o benefício variável vinculado ao adolescente.

Tabela 2: Composição do benefício do PBF para famílias pobres

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 32,00
2	0	2 variáveis	R\$ 64,00
3	0	3 variáveis	R\$ 96,00
4	0	4 variáveis	R\$ 128,00
5	0	5 variáveis	R\$ 160,00
0	1	1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 134,00
4	1	4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 166,00
5	1	5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 198,00
0	2	2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 172,00
4	2	4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 204,00
5	2	5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 236,00

Fonte: MDS, 2013.

*BVJ é o benefício variável vinculado ao adolescente.

Uma das linhas de ação do PBF é a articulação do programa com ações complementares, com a finalidade de proporcionar às famílias beneficiárias oportunidades e condições para superar a pobreza e também visualizarem alternativas ao Programa. São programas complementares, idealizados principalmente pelos municípios, por ter a gestão municipal um melhor conhecimento das necessidades e sua localidade. Esses programas abrangem diferentes áreas como educação, trabalho, cultura, microcrédito, capacitação e melhoria das condições habitacionais.

Por último apresento as contrapartidas exigidas pelo programa. O PBF propõe condicionalidades a serem cumpridas nas áreas da educação, da saúde e da assistência social. Segundo as diretrizes do programa, essas condicionalidades:

“[...] são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.”²⁴.

As famílias beneficiárias, na área da saúde, ao fazerem parte do programa assumem a responsabilidade de realizar a vacinação de crianças menores de 7 anos e realizar acompanhamento sobre o crescimento e desenvolvimento dessas crianças. As mulheres entre 14 e 44 anos tem a responsabilidade, se gestantes ou nutrizes, de realizar o pré-natal e o acompanhamento pós-parto, para acompanhar sua saúde e de seu bebê.

Na área da educação, as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e ter frequência mínima mensal de 85%. Os adolescentes com idade entre 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75% da carga horária mensal.

Na assistência social, as crianças e adolescentes com até 15 anos em situação de risco social ou em situação de trabalho infantil devem ser inseridas no Programa de Erradicação

²⁴ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em 10 ago. 2011.

do Trabalho Infantil, juntamente com a obrigatoriedade de estarem matriculadas na escola e com frequência mínima de 85%.

Em relação às condicionalidades do PBF destaco duas questões de fundo que são fundamentais nessa dissertação. A primeira é a eleição da unidade familiar como referência central do programa, o que significa ter todos os seus membros como público-alvo, e não mais cada um isoladamente (Fonseca e Cohn, 2004). A segunda refere-se aos objetivos do programa – o enfrentamento e a superação da pobreza – pois ao elencar a unidade familiar como foco a ser beneficiado encontra-se a ideia de que é no interior desta que a pobreza se reproduz, segundo aponta Fonseca:

“[...] que a pobreza familiar exerce grande influência sobre o ingresso precoce no mercado de trabalho e o custo de oportunidade para manter as crianças na escola é muito alto para os pobres. Deste modo, as crianças dessas famílias, entrando cedo no mercado, saem cedo da escola e tornam-se adultos com alguma experiência de trabalho e baixa escolaridade. Assim sendo, é como se a pobreza gerasse os mecanismos de sua reprodução: a pobreza de hoje gera a de amanhã.” (FONSECA, 2001, p. 219).

No Programa Bolsa Família, atrelar a transferência de renda às contrapartidas, principalmente na educação e saúde, tem por pressupostos que, em longo prazo, as famílias beneficiárias alcançarão condições objetivas de superarem a pobreza, e reforçarão o acesso a direitos básicos, a fim de atingirem reais melhoras nas condições de vida das famílias beneficiárias.

Ainda em relação às condicionalidades do programa, retomarei sua discussão no capítulo segundo, problematizando suas implicações sobre as famílias beneficiárias, principalmente seus desdobramentos em relação às titulares do benefício, refletindo sobre as tensões, as possíveis transformações e/ou continuidades nos encargos sociais e morais atrelados às mulheres no interior do Programa.

O atual estágio das políticas de transferência de renda condicionadas se encontra em outro momento, portanto o PBF passou, a partir de 2011, a integrar o Plano Brasil sem Miséria.

1.6 - O Plano Brasil Sem Miséria: Um novo capítulo para o enfrentamento da extrema pobreza

No decorrer da produção desta dissertação, mudanças no plano de enfrentamento a pobreza ocorreram e que se faz necessário mencionar neste trabalho. Com o mandato da presidenta de Dilma Rousseff, a continuidade do projeto político do Partido dos Trabalhadores e das políticas públicas implementadas no governo Lula, foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria. Pois, através do Censo de 2010 foi revelado ainda um alto número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza. Apresentou-se o número de 16,2 milhões de pessoas nessa situação de vida, ou seja, com todos os avanços e aprimoramentos direcionados para desvelar os pobres do Brasil o trabalho não foi suficiente para chegar nessas 16,2 milhões de pessoas. E são vários os motivos dessas pessoas não estarem incluídas nos tantos programas sociais espalhados e divulgados pelo país, grande parte deles se referem a condição tão miserável de vida que gera o sentimento de que não se tem direito a nada.

Com a criação e aplicação do Plano Brasil Sem Miséria, iniciado em junho de 2011 se pretendeu enfrentar diretamente essa falta de acesso e inclusão em programas sociais e houve o planejamento estratégico para o Estado chegar nessas pessoas identificadas como vivendo com renda mensal abaixo de R\$ 70. O slogan do Plano “É o Estado chegando aonde a pobreza está” é significativo para ilustrar a estratégia elencada para encontrar e

incluir essas pessoas – a busca ativa. Segundo a Revista Um Ano de resultados do Plano Brasil Sem Miséria²⁵ a busca ativa é:

“a estratégia do Brasil Sem Miséria para encontrar e cadastrar todas as famílias extremamente pobres ainda não localizadas. Desenvolvida nos municípios, é impulsionada pela criação de equipes volantes da assistência social e pelo aumento de repasses de recursos do Governo Federal para as prefeituras.” (2012, p.06).

Essa estratégia de investir em profissionais da assistência social se somou à mutirões, à campanhas e outras formas de divulgação para alcançar aqueles que até então não chegaram ao poder público e que não fazem parte de rede de proteção social.

Segundo os dados disponibilizados no sítio eletrônico²⁶ do Plano na área de acompanhamento e gestão, nesse um ano foram identificadas, através da busca ativa, 775.677 famílias vivendo na condição de pobreza extrema e, depois de identificadas e incluídas no Cadastro Único, passaram a fazer parte do PBF, que em setembro de 2012 contabilizou 13.724.590 de famílias beneficiárias. Com o Plano BSM houve uma expansão de 725.030 famílias no período de junho de 2011 a setembro de 2012 em relação ao PBF.

O Plano Brasil sem Miséria, coordenado pelo MDS, envolve outros ministérios em sua gestão, o que demonstra seu caráter intersetorial e interministerial, principalmente no que tange o “acompanhamento, o monitoramento e a avaliação de políticas, programas e ações desenvolvidos no âmbito do Plano.” (Art. 9º, Decreto nº 7.492, de 02 de jun. 2011). Segundo as informações do sítio eletrônico do Plano, o caráter intersetorial se detém na importância da atuação do Estado em superar a extrema pobreza e entender que a mesma “se manifesta de diversas formas além da insuficiência de renda”, apesar de ser a renda o que norteia identificar as famílias nessa situação. As diretrizes que orientam o Plano constam no terceiro artigo do decreto, versando sobre:

²⁵ Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/MDS/MDS2/brasilsemmiseria/brasilsemmiseria/arquivos/RevistaBrasilSemMiseria_Web.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.

²⁶ Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/gestao-e-acompanhamento/balanco-brasil>>.

- “I - garantia dos direitos sociais;
- II - garantia de acesso aos serviços públicos e a oportunidades de ocupação e renda;
- III - articulação de ações de garantia de renda com ações voltadas à melhoria das condições de vida da população extremamente pobre, de forma a considerar a multidimensionalidade da situação de pobreza; e
- IV - atuação transparente, democrática e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade.” (Decreto nº 7492, de 02 jun.2011).

Por consequência da falta de inclusão de uma grande parcela de pessoas que vivem no limiar da pobreza e que não fazem parte de redes de proteção social, tendo como objetivos a elevação da renda das famílias em situação de extrema pobreza; estas diretrizes juntamente com o Plano promovem o acesso dessas famílias a oportunidades de trabalho e renda – chamadas de ações de inclusão produtiva; e a ampliação do acesso das famílias extremamente pobres aos serviços públicos. Esses objetivos são os que compõem os três grandes eixos de atuação do Plano BSM.

Ao tratar do eixo sobre garantia de renda, o Plano priorizou a atenção às crianças e jovens, pois das 16,2 milhões de pessoas identificadas como extremamente pobres no Censo de 2010 42% tem menos de 15 anos. Sendo assim, no eixo sobre garantia de renda buscou-se elevar a renda dessas famílias e isso foi feito por meio de reajustes e ampliação nos benefícios do PBF. Antes as famílias só podiam receber o benefício variável relativo a três filhos com até 15 anos, agora essas famílias podem receber até cinco benefícios variáveis relativo aos filhos. Foram incluídos também benefícios para as mulheres grávidas ou em fase de amamentação.

Dentro desse eixo outras duas ações foram iniciadas para garantir renda às famílias extremamente pobres: uma é sobre os acordos de pactuação entre o governo federal e os estados em que os últimos se comprometem a complementar a renda das famílias que não conseguem ultrapassar a linha da extrema pobreza, ou seja, as famílias que não conseguem ter renda per capita mensal superior a 70 reais mesmo fazendo parte do PBF. Até o

momento oito estados brasileiros e o Distrito Federal assinaram esse compromisso e estão auxiliando na complementação da renda dessas famílias. A outra ação que faz parte do eixo garantia de renda é o Brasil Carinhoso, que em sua primeira etapa de implementação, visa retirar da miséria as famílias em situação de extrema pobreza com crianças de 0 a 6 anos através do Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP), que corresponde ao necessário para que todas as famílias que recebem o PBF tenham renda per capita mensal maior do que R\$ 70. Em novembro de 2012 o Brasil Carinhoso foi ampliado e agora atende as famílias que tenham pelo menos um filho com até 15 anos. Cabe ainda acrescentar que a Ação Brasil Carinhoso é composta por outras características, vinculadas a área da educação, estimulando financeiramente os municípios e o Distrito Federal a aumentar o número de creches e vagas nas creches para atender aos filhos das famílias pobres beneficiárias do PBF; e vinculadas a área da saúde, lançando medidas que enfrentem alguns dos principais problemas da saúde na primeira infância, como a anemia, a falta de vitamina A (que pode levar à deficiência visual e também à anemia) e a asma.

O eixo da inclusão produtiva está dividido em Rural e Urbana, pois o Plano BSM considera necessárias ações específicas para as distintas formas e meios em que a extrema pobreza se manifesta e pela verificação de que quase metade das famílias em extrema pobreza estão situadas no campo. As ações na área rural visam fortalecer as atividades de agricultura familiar, auxiliando na estruturação e aumento da capacidade produtiva, oferecendo assistência técnica ao agricultor, fornecendo sementes de qualidade e recursos para que a agricultura familiar possa adquirir qualidade e aumento da produção, juntamente ao Programa Luz para todos e Programa Água para todos. Já as ações na área urbana visam promover a capacitação profissional auxiliando na melhora da inserção no mercado de trabalho e também na melhora da renda dos beneficiários, estimulando a ocupação e geração de renda nas cidades. São várias as iniciativas nessa área, não só na colocação do

beneficiário no mercado de trabalho, como também no incentivo aos microempreendedores e as cooperativas de economia solidária. Os principais programas vinculados à inclusão produtiva urbana são: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil Sem Miséria e o Programa Mulheres Mil, a fim de realizar a qualificação profissional das famílias beneficiárias do PBF.

Já o eixo de acesso aos serviços públicos visa ampliar as redes básicas de atendimento à população, como na área da saúde com as unidades básicas de saúde, na área da educação proporcionando escola em tempo integral, na área da assistência social com a construção de CRAS e CREAS, na área da habitação com a construção de moradias populares e o acesso à habitação por meio do Minha Casa Minha Vida, na área da segurança alimentar com a construção de cozinhas comunitárias e os bancos de alimentos, mutirões para proporcionar documentação à população pobre, proporcionando mais e melhores serviços públicos àqueles que os desconhecem como direitos.

É interessante observar que o Plano Brasil Sem Miséria surge para articular programas já existentes e criar novos, com o objetivo de que não haja mais pessoas situadas na zona de extrema pobreza, ou seja, na miséria. O Plano é um novo esforço para conhecer e mapear as faces da pobreza e atuar diretamente nos problemas que auxiliam a reproduzir as condições que conformam as famílias como miseráveis. O Plano se utiliza do mesmo instrumento que outros programas sociais – o Cadastro Único, que se mostrou muito eficiente para diagnosticar quem são os pobres, onde vivem e o que necessitam para romper com esse ciclo de produção e reprodução da pobreza. O Plano vai além, pois mesmo com uma política como o PBF instituída há quase dez anos ainda existem pessoas vivendo no limite de suas vidas e sujeitas aos traços da solidariedade humana. Através da busca ativa o Plano está chegando onde os miseráveis, constantes no Censo de 2010, estão e que nem toda a divulgação midiática sobre o PBF havia chegado. O Plano acrescenta diversos

elementos ao que estava desenhado no PBF e em outros programas, ampliando suas coberturas e abrangências. Criando novos programas e aprimorando as experiências na área social brasileira, só que ao ler o sítio eletrônico do Plano uma questão me saltou aos olhos. Na conclusão da apresentação do Plano encontramos a seguinte afirmação: “Assim, todo o país vai sair lucrando, pois cada pessoa que sai da miséria é um novo produtor, um novo consumidor e, antes de tudo, um novo brasileiro disposto a construir um novo Brasil, mais justo e mais humano”²⁷, o que me leva a refletir sobre as políticas sociais e de transferência de renda ainda como formas de criar novos contingentes de trabalhadores, pois podemos verificar ao longo do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil a intenção de fato de fazer com que a parcela pobre da população que necessita desses programas para ter mínimos de sobrevivência se torne capacitada para ser incorporada no mercado de trabalho – ou para que obtenham condições individuais para manter a vida – e que a inclusão desse contingente de famílias seja através da sua capacidade produtiva e de sua capacidade, portanto, de consumir. Segundo a Revista Brasil Sem Miséria “entre outubro de 2003 e abril de 2012, nada menos que R\$ 93,5 bilhões foram transferidos para as mãos mais pobres da população brasileira – e destas, para outras e mais outras mãos, fazendo a roda da economia girar num moto contínuo” (p.15) e conforme estudo do IPEA (2011)²⁸ que demonstra ser o PBF um multiplicador do PIB e da renda das famílias, afirmando que “Para cada R\$1,00 gasto no programa, o PIB aumentará em R\$1,44 e a renda das famílias em 2,25%, após percorrido todo o circuito de multiplicação de renda na economia.” (p.11). Portanto a questão que lanço é sobre o que significa incluir socialmente os mais pobres: seria proporcionar condições para que se tornem capazes de escolher seus destinos

²⁷ Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/apresentação>>. Acesso em 14 jan. 2013.

²⁸ IPEA, Comunicado nº 75 **Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**, de 03 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110203_comunicadoipea75.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

independentemente da mão do Estado, ou seria criar uma massa de consumidores, “amansados” pela mão de Estado, objetivando a manutenção do Estado Capitalista, fazendo girar a economia do país.

CAPÍTULO II

A Centralidade da família nos programas de transferência de renda

2.1 – Introduzindo o debate sobre mulheres e pobreza

O campo de estudos que relaciona a pobreza com as mulheres²⁹ é vasto e espinhoso. É composto por diversas concepções e correntes de pensamento, portanto pretendo nessa introdução situar o leitor dos momentos que compõem esse campo de estudos, para assim chegar às tensões que envolvem a centralidade da família nas políticas de transferência de renda e as mulheres pobres nessa trama.

Quando inaugurado o campo de estudos sobre mulheres e pobreza, a partir do Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU em 1975, Feijoó (1999) o nomeou de primeira onda de estudos sobre mulheres e pobreza. Naquele momento esses dois conceitos apresentavam uma correspondência direta, ou seja, atrelavam os lares chefiados por mulheres com a ocorrência de um conjunto de vulnerabilidades que configuravam esse lar como pobre. Deste modo neste primeiro momento a mulher chefiar o domicílio era quase um sinônimo de pobreza, e não se levava em consideração as diferentes realidades dos lares chefiados por mulheres, ou seja, não se considerava outras variáveis como classe, posição social, acesso à educação, inserção no mercado de trabalho para analisar os lares com chefia feminina, caindo no estereótipo de que um lar com a ausência masculina estaria fadado a condições precárias de sobrevivência. Esse primeiro momento revela as concepções de família como um suporte ideológico de manutenção do patriarcado com

²⁹ Ver mais sobre esse assunto em: SALLES, Vania; LÓPEZ, María de La Paz. Pobreza. Conceptuaciones cambiantes y realidades transformadas. In: KUPER, G. Z. (org.) **Sociología y cambio conceptual**. México: Siglo XXI Editores: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM: Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco, 2007.

lugares bem definidos para mulheres e homens, sendo assim, um lar sem a presença masculina seria um lar incompleto e suscetível à pobreza, já que o que se concebia como lar completo incluía a presença masculina e a este era atrelado o papel de provedor, logo, sem o provedor da família presente no lar, este estaria vulnerável e propício à pobreza, como consequência da ausência do ingresso da renda masculina. Considero esse primeiro momento nos estudos sobre mulheres e pobreza como ponto passível de comparação em relação às análises realizadas sobre a primeira onda do feminismo, pois esta inicia o debate dos direitos das mulheres na sociedade, mas sem levar em consideração as diferentes realidades vivenciadas pelas mulheres, realidades essas perpassadas principalmente pelo lugar que ocupa na sociedade. Poderíamos chamar as primeiras ondas, tanto do feminismo quanto dos estudos sobre família e pobreza, como um “abre alas”, pois são nestes primeiros momentos em que se percebe a abertura para o debate a cerca das estruturas sociais que antes não tinham sua centralidade em estudos e teorias, portanto nada mais apropriado que esses primeiros momentos encontrassem resistências futuras e o aprimoramento de suas questões nas teorias, grande parte das vezes imersas em tensão e disputa, e assim se seguiu em relação aos estudos que intersectam pobreza e mulheres.

No decorrer da Década da Mulher (1976-1985), também instituída pela ONU, os estudos sobre mulheres e pobreza encontram outros paradigmas a serem superados e compõem o que Feijoó (1999) intitula como segunda onda de estudos sobre mulheres e pobreza. Este segundo momento surge como contestação justamente das afirmativas causais sobre lares chefiados por mulheres e a relação intrínseca com a pobreza e se propõe a desmistificar o argumento de que lares chefiados por mulheres são necessariamente incompletos, e logo, pobres. O que vinha se afirmando no primeiro momento era que os lares sem a presença masculina tinham maior propensão à pobreza e chamou-se isso de *feminização da pobreza*, além de no primeiro momento realizar esse tipo de afirmação era

como afirmar o tipo de modelo de família que seria sinônimo de bem sucedida – a família nuclear e patriarcal. Já o segundo momento apresenta estudos consolidados que demonstram que a pobreza dos domicílios independe do sexo de quem os chefia³⁰, mas sim de uma série de outras variáveis consistentes para analisar a complexidade de um domicílio que se encontra na pobreza. Aqui também podemos fazer um comparativo com a segunda onda do feminismo, pois este momento carrega em si uma série de contestações sobre quem são as mulheres, quais os elementos que as colocam numa posição de menor ou maior acesso a direitos, quais as características que somadas demonstram quais mulheres são mais afetadas pela conjuntura estrutural e patriarcal das sociedades, ou seja, a segunda onda do feminismo traz à tona a necessidade de pensar a multiplicidade de mulheres, seu lugar nos domicílios e nas famílias e a necessidade destas ocuparem outros lugares para além do demarcado como privado.

Não é a toa que realizo a comparação das ondas do feminismo com as ondas dos estudos sobre mulheres e pobreza, pois é justamente a segunda onda do feminismo que influencia a mudança na maneira de pensar a relação de mulheres e pobreza, e apresenta a necessidade de formular um campo de estudos acadêmicos em que se destaquem estudos sobre as mulheres, posteriormente aprimorados pelas teorias de gênero.

Outro ponto importante que surge com a segunda onda de estudos sobre mulheres e pobreza é a mudança na forma de análise da pobreza, pois a maneira convencional de analisar a pobreza situava todos os membros dos lares de forma igual dentro dos domicílios, como se todos os membros possuíssem uma mesma maneira e uma mesma possibilidade de acessar recursos, e isso de fato não acontece, pois há estruturas de poder

³⁰ Montali e Tavares (2008, p.215) apontam que os arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento são os formados por casais jovens com filhos e/ou parentes. (MONTALI, Lilia; TAVARES, Marcelo. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. In: **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 211-231, jul./dez. 2008).

no interior desses domicílios que tem impactos diferenciados sobre mulheres e homens os posicionando em diferentes lugares nos lares, tanto em relação aos acessos materiais, trabalho e renda, como aos acessos de capital humano, principalmente acessos educacionais.

Sendo de tal modo que a importância da transformação dos estudos da relação entre mulheres e pobreza é fundamental para a reflexão e a garantia de que os sujeitos tenham o direito de vivenciarem suas formas de organização doméstica compatível com o que buscam para o desenvolvimento social e humano de seus próprios entes. Este debate também se configura como importante para iniciarmos a reflexão sobre os programas de transferência de renda condicionada e seus desdobramentos de impacto nas famílias beneficiárias, ajudando contextualizar brevemente a história da trajetória da conjunção dos conceitos de pobreza e mulheres, auxiliando na reflexão sobre a possibilidade e a necessidade de se fazer um debate amplo sobre a realidade social dos sujeitos, onde o debate sobre os desdobramentos de um problema social como a pobreza possa ser visto para além das armadilhas das estruturas patriarcais, evidenciando a importância de uma análise interseccional, em que se leve em consideração outras categorias analíticas para pensar os domicílios pobres, sejam chefiados por mulheres ou não.

Cabe destacar também que é justamente nesse momento em que as concepções de famílias estavam postas ao debate brasileiro para a formulação e a promulgação da CF/88 no Brasil, conforme apontei no capítulo anterior, em que nela a concepção de família encontra-se desmembrada do casamento, contudo continua sendo concebida como central para a manutenção e para o ordenamento social, o que se materializa, nos seguintes anos, nas políticas voltadas para as famílias, como é o caso do Programa Bolsa Família.

2.2 - A relação entre o Estado e a instituição familiar

No início da década de 1990 emergiu no Brasil novas concepções sobre as políticas sociais e de como deveria ser a atuação do Estado. Como pudemos ver no primeiro capítulo, assumir o neoliberalismo como política de governo fez com que todas as intenções universalizantes das políticas sociais desmoronassem e o Estado como provedor de bem-estar social de seus cidadãos ficou apenas no normativo. Partindo da contextualização já realizada cabe apontar que o debate a ser apresentado nas próximas páginas se refere justamente a essa transição de concepção sobre as políticas sociais e como a focalização das políticas sociais resgatou à cena a família como central para as políticas de combate à pobreza e como forma da regulação estatal.

Michelle Perrot sinaliza que,

“A família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. [...] Daí o interesse crescente do Estado pela família: em primeiro lugar pelas famílias pobres, elo fraco do sistema, e a seguir por todas as outras.” (PERROT, 2009, p.91).

Identificar a presença do Estado na regulação da vida familiar é um ponto de partida para refletir sobre as responsabilidades atreladas às mulheres no processo de construção da realidade objetivada pra fins de reprodução e controle social. Visto que situar a família como foco de atuação por parte do Estado nos possibilita pensar sobre a intenção dessa ação como forma de intervir tanto em realidades socialmente indesejáveis, como é o caso da pobreza, mas também sobre a função do Estado como mantenedor da ordem social, e assim manter os pobres dóceis³¹ e sem contestar sua condição social. É interessante

³¹ Segundo Díaz, Laura Mota em Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina: “A função dos corpos governamentais, tanto nacionais como globais, é servir ao interesse corporativo, fazendo uso de seus poderes coercitivos para proteger a propriedade e garantir seus benefícios, destruir os sindicatos, vender os bens públicos e assegurar que o resto das pessoas cumpra seu papel de trabalhadores e de consumidores obedientes e dóceis.” (DÍAZ, 2007, pp.143). In: CATTANI, D. A.; CIMADAMORE, A.D. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

observar também que essa retomada da família como central ocorre justamente quando o conceito de família está sendo amplamente questionado por diferentes instâncias, com a constatação de que coexistem diversas formas organizativas da família, que passam a ser tratadas na condição plural: famílias. Segundo Jelin (2005):

“Lo que está ocurriendo es un proceso de crisis del modelo patriarcal de la familia, un modelo que ciertamente implica fuertes tendencias autoritarias. [...] Nuevas formas de familia deben ser interpretadas como expresión de la posibilidad de elección, de mayor libertad por parte de los miembros que tradicionalmente eran subordinados.” (JELIN, 2005, p. 20).

Souza (2000) nos apresenta uma perspectiva complementar, afirmando que a família e o Estado são instituições fundamentais para o bom funcionamento das sociedades capitalistas onde:

“[...] os indivíduos necessitam consumir tanto mercadorias quanto bens e serviços que não podem ser obtidos no mercado, o que requer a existência de mecanismos de divisão do trabalho e distribuição de recursos atuando na sociedade. Nas economias capitalistas, há instituições fundamentais para o funcionamento desses mecanismos: o Estado e a família. Além de contar com o mercado para garantir seu bem-estar, os indivíduos normalmente recorrem também às políticas sociais ou às medidas de solidariedade familiar para atender às suas necessidades.” (SOUZA, 2000, p.01).

Não se pode considerar que tornar a família como foco central de atuação para as ações de combate à pobreza seja uma exclusividade do Estado brasileiro. Entra em harmonia e dialoga com as imposições das agências econômicas internacionais e também com os debates apontados nas Conferências Internacionais ocorridas no final da década de 1990 com diretrizes obrigatórias para os países da América Latina. A partir dos anos 2000 os oito Objetivos do Milênio³² instituídos pela ONU passam também a dar o tom dos problemas que deveriam ser prioritários como políticas de Estado. Nesse sentido é fundamental reconhecer a influência dessas recomendações internacionais, aos países considerados de terceiro mundo, nas ações do Estado brasileiro em relação, à pobreza, à família e às mulheres.

³² Os oito Objetivos do Milênio foram apresentados no item 1.3.1 do primeiro capítulo deste trabalho.

A redução da pobreza é o primeiro objetivo do milênio e uma das estratégias eleitas para seu enfrentamento foi centrar-se na família. Conforme aponta Gomes e Pereira (2006), a família é

“chamada a responder por esta deficiência sem receber condições para tanto. O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.” (GOMES e PEREIRA, 2006, p. 362).

Ao centrar a família como foco de atuação as concepções presentes nessa ação relacionam a família como o lugar tanto da produção como da reprodução da pobreza, pois a família como uma instituição controla a conduta humana estabelecendo padrões, que mediante a um efeito de espelho, estas instituições - famílias - passam a ser vivenciadas como se tivessem uma realidade própria - confrontando o indivíduo como fato exterior passível de produção e reprodução (BERGER, P. L. e LUCKMANN, T., 2010).

Tomar a família como “público alvo” na tentativa de amenizar a miséria e as carências localizadas no seu interior, como a falta de comida, as dificuldades em obter trabalho e os baixos níveis educacionais, é o intento de romper com a chamada reprodução intergeracional da pobreza – refere-se às faltas de condições dos adultos em alcançar melhores condições de vida condicionando seus filhos ao mesmo caminho – ou seja, localiza a família como locus do problema, desconsiderando toda a conjuntura assumida pelas políticas de governos como potenciais produtores e reprodutores da pobreza. Segundo Vasconcelos:

“A família é apenas uma das instâncias de resolução dos problemas individuais e sociais. Os serviços públicos devem ser flexíveis para responder de forma diferenciada às diversas formas de apresentação dos problemas locais. Apenas aqueles a quem interessa esconder os conflitos de classe social, de raça e sexo, negar a relação fundamental dos problemas pessoais com a forma de organização do Estado e da economia, bem como diminuir a importância das lutas dos movimentos sociais e dos partidos políticos, é que busca colocar a família como centro absoluto da abordagem dos problemas sociais.” (VASCONCELOS, 1999, p. 13).

Nesse mesmo sentido Jelin (2005) afirma que *“el llamado habitual a ‘fortalecer’ la familia sin el apoyo social que este llamado implica es, de hecho, una expresión de cinismo social y de irresponsabilidad”* (p.21).

Podemos destacar duas principais perspectivas dos autores mencionados em relação aos programas de transferência de renda condicionados. A primeira refere-se ao ato de transferir renda às famílias pobres cobrando delas as contrapartidas na saúde e na educação, pois assim transfere-se o problema da pobreza para a família. Ou seja, é repassado um valor para que as famílias mantenham seus filhos nas escolas e para que tenham sua saúde acompanhada, mas a baixa oferta de serviços públicos - como a ausência de creches suficientes e postos de saúde abertos em condições de atender essas famílias - auxilia para que o problema da pobreza não seja visível aos olhos do público alvo como parte de algo maior, que compõe parte das desigualdades geradas pela própria estrutura da sociedade, e aos pobres resta à crença de que são os principais responsáveis pela sua condição de vida e de miséria. A segunda refere-se à responsabilização das famílias pela reprodução da pobreza. Transferir a obrigatoriedade do cumprimento das condições do PBF para as famílias auxilia para que estes indivíduos não visualizem ou tenham a compreensão de que a educação e a saúde, assim como o acesso a condições de moradia e emprego, são direitos assegurados na CF/88.

Os apontamentos realizados compõem o terreno para se debater a centralidade da família no Programa Bolsa Família e como essa estratégia de combate à pobreza, adotada pelo governo brasileiro, esconde aqueles que operacionalizam a política social no âmbito familiar, como é o caso das mulheres beneficiárias.

2.3 – O Programa Bolsa Família e as mulheres beneficiárias

Partir do Bolsa Família significa partir de uma política social de governo focalizada num público alvo em específico, nesse caso, as famílias que tem sua condição de vida situada na extrema pobreza ou próximas a esse extremo. A extrema pobreza significa que a renda *per capita* mensal dessas famílias se encontra abaixo ou até setenta reais. Já a denominação de famílias pobres são aquelas que sua renda *per capita* mensal chega até cento e quarenta reais. Sendo assim estamos falando de famílias que, com o que ganham fora do PBF não encontram condições para manter todas as necessidades de uma família, por isso são inseridas como beneficiárias do programa.

Deste modo o PBF tem como objetivo principal complementar a renda dessas famílias para que tenham alimento nas principais refeições durante o mês. Mas não apenas a alimentação, que tenham saúde para que suas capacidades físicas e mentais as possibilitem realizar outras atividades, principalmente estarem aptas a se somarem ao mercado de trabalho. A saúde também é fundamental para que as crianças estudem, estejam bem nutricionalmente para desenvolverem suas capacidades intelectuais, objetivando também que essas crianças estejam aptas para serem inseridas no mercado de trabalho quando adultas. Poderíamos então compreender que o PBF tem como missão indireta formar profissionalmente sujeitos que sejam capazes de serem incluídos na esfera produtiva da sociedade capitalista. Logo seu objetivo principal passa longe do enfrentamento das desigualdades de gênero, mas da maneira que está desenhado, ou seja, com a focalização na família para o repasse do dinheiro em troca da frequência nos serviços públicos, podemos refletir sobre seus alcances, desdobramentos e possíveis impactos nas relações de gênero, estas marcadas principalmente pelas desigualdades sociais entre mulheres e homens.

Cabe então apresentar o conceito de gênero que é tratado nesse trabalho. Gênero aqui é considerado como uma categoria de análise histórica, tendo como característica de análise a afirmação sobre a construção social atrelada aos comportamentos femininos e masculinos, construção esta marcada por características sociais, culturais, econômicas e políticas num determinado tempo histórico. Logo utilizo gênero como categoria analítica e relacional, através da definição de Scott, em que gênero:

“É um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional.” (SCOTT, 1995, p.86).

Nessa mesma linha, outra teórica feminista compartilha da definição de Scott sobre gênero, afirmando ainda que:

““Gênero” refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas.”(OKINS, 2008, pp.306).

Utilizar essa categoria como recurso analítico é fundamental nesse estudo, por propiciar um maior conhecimento sobre a condição social da mulher, assim como a possibilidade de reconhecer que uma determinada realidade histórica é social e culturalmente constituída. A análise através da categoria de gênero possibilita ainda revelar que tensões e disputas de poder se dão em várias esferas e campos sociais, conforme sinaliza Foucault, em que:

“[...] se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça e inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. [...] O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares.” (FOUCAULT, 2003, p.88-89).

Por conseguinte busco inferir se o PBF apresenta possibilidades de permanências ou mudanças em relação aos arranjos e as reproduções sociais ancoradas na dicotomia entre as esferas pública e privada, onde considero esfera pública tudo aquilo que se refere aos espaços de sociabilidade associados ao Estado, à sociedade civil e à economia; e a esfera privada tudo aquilo que se identifica ao âmbito doméstico familiar e as relações nesse interior³³. Buscando perceber se através do programa as famílias beneficiárias encontram possibilidades de renegociarem e realocarem as hierarquias de poder internalizadas nas famílias, se o programa proporciona alguma potencialidade de transformar as negociações cotidianas dessas mulheres e se as mulheres dessas famílias beneficiárias encontram outras formas de se posicionarem socialmente e de ocuparem outros lugares além das suas famílias, ou se simplesmente, como descreve Bilac, “[...] as famílias estão sujeitas a certas formas de coerção social e de normatização significa recolocar a questão das relações entre público e o privado e a subordinação deste último ao primeiro”³⁴. Entendo assim que a instituição família supõe a existência de um conjunto básico de normas e regras, padronizações de comportamento ou matrizes simbólicas comuns que permitem a perpetuação destas diferenças. São essas as questões que compõem minha hipótese de trabalho.

³³ Sobre os conceitos de esfera pública e esfera privada ver mais em: ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. OKIN, Susan M. Gênero: o público e o Privado. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 16 n.2, maio-agosto/2008. RABOTNIKOF, Nora. Público – Privado. In: **Debate Feminista**. México, vol. 18, outubro, 1998.

³⁴ BILAC, Elisabete Doria. Mãe certa, Pai incerto: da construção social à Normatização jurídica da Paternidade e da Filiação. In: **Direitos da Família: uma abordagem interdisciplinar**. Coordenadores: Reinaldo Pereira e Silva, Jackson Chaves de Azevêdo. São Paulo: Ed. LTr, 1999, p. 16.

2.3.1 – As tensões da centralidade nas famílias beneficiárias

O Programa Bolsa Família em sua própria definição e concepção já anuncia ao que vem atrelado, assim como outros países da América Latina e Caribe³⁵, ao combate da pobreza e à erradicação da extrema pobreza e da fome, conforme as diretrizes internacionais. Chama atenção em todos esses programas instituídos na América Latina e Caribe características como: o enfoque nas famílias pobres para a transferência de renda, as condicionalidades/contrapartidas em relação à saúde (priorizando crianças, mulheres grávidas e nutrízes) e à educação (acesso e escolarização das crianças e adolescentes), de acordo com Fonseca que sinaliza:

“todos ellos (os programas de transferencia de renda condicionada) comparten por lo menos tres elementos: el foco en familias, pobres o extremadamente pobres, con niños y adolescentes; el principio de las contrapartidas o condicionalidades establecidas y no pertenecen al campo de los derechos. Finalmente, de manera casi generalizada, los diseñadores de los programas determinaron que las mujeres debían ser las titulares de los programas.” (FONSECA, 2006, p.7)³⁶.

Trazer esse debate se faz terminante para a compreensão do desenho do Programa Bolsa Família, bem como seu desdobramento no que tange a questão de gênero. Os programas de transferência de renda condicionada surgem como parte das políticas de proteção social, disponibilizando para as famílias pobres uma renda básica, mas exigindo em contrapartida condicionalidades que envolvem o acompanhamento da saúde dos entes – a criança e o idoso em destaque – e o comprometimento em manter os filhos em idade

³⁵ Os programas de transferência de renda com o objetivo central de erradicar a extrema pobreza e a fome se fazem presentes em outros 15 países, além do Brasil, são eles: Honduras com o PRAF - *Programa de Asignación Familiar* de 1990; México com o PROGRESA – Programa de Educación, Salud y Alimentación de 1997, seguido pelo Oportunidades – Programa de Desarrollo Humano de 2003; Colômbia com o Programa *Familias en Acción* de 2000; Nicarágua com o *Red de Protección Social* de 2002; Argentina com o *Jefes de Hogar* de 2002; o *Chile Solidário* de 2002; Equador com o programa *Bono de Desarrollo Humano* de 2003; o Peru com o programa *Juntos* de 2005; El Salvador com o *Red Solidária* de 2005; a República Dominicana com o *Programa Solidaridad* de 2005; Trinidad e Tobago com o *Target Conditional Cash Transfer Programme* de 2005; Costa Rica com o *Avancemos* de 2005; Panamá com *Red de Oportunidades* de 2006; Jamaica com o *PATH (Programme of Advancement though Health and Education* – 2006); Suriname com o *Social Safety Net* de 2006, e o Uruguai com o *Ingreso Ciudadano*, de 2007.

³⁶ Disponível em: <<http://www.renda.nepp.unicamp.br/america.php>>. Acesso em: 09 set. 2011.

escolar nas instituições de ensino público. Ao elencar essas condicionalidades a intenção é, através da educação a longo prazo, que essas crianças se tornem capacitadas para obter inserção igualitária no mercado de trabalho, diminuindo assim, de forma gradual, a reprodução da pobreza cíclica nessas famílias, além de promover impacto positivo na condição de vida dessas pessoas. As condicionalidades se apresentam também como forma de inserir essas famílias nos sistemas públicos - tanto na área da educação como da saúde – e como forma de acompanhar as famílias que recebem o benefício, a fim de constatar possíveis melhoras na qualidade de vida dos beneficiários.

Em certa medida para a população que se encontra no perfil de beneficiários do Programa Bolsa Família não havia a procura e a frequência nos sistemas públicos brasileiros em grande parte por desconhecerem o caráter público e gratuito de tais instituições, que tem como princípio o direito de todos os cidadãos brasileiros serem atendidos, independente de quaisquer recortes de classe, gênero e raça/etnia.

Nesse ponto da análise cabe evocar a discussão de T.H. Marshall, quando esse define o conceito de cidadania através de um conjunto imbricado de três elementos: civil, político e social. Conforme aponta Marshall:

“O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, de propriedade e de concluir contratos válidos, e o direito à justiça. [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo. [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.” (MARSHALL, 1967, p. 63).

Com as condicionalidades específicas no PBF podemos refletir que a política estatal, articulando diversas frentes de ação, tenta iniciar um longo processo de instigar e influir nas populações mais desprovidas um mínimo de segurança de vida e sobrevivência, implementando o direito constitucional à saúde pública, assim como promovendo a

educação pública, para quem sabe, filhas e filhos das famílias pobres de hoje possam no futuro não mais se encontrarem nessa condição. Segundo o desenho do PBF essas contrapartidas são como contratos, onde o Estado divide com a família a responsabilidade no cuidado das crianças, mas com a diminuição dos gastos sociais e a falta de investimentos públicos nos serviços estatais, o despertar dos sujeitos para que os mesmos consigam conciliar os três elementos propostos no esquema marshalliano em relação à obtenção de uma consciência cidadã se restringe ao campo da utopia.

2.3.2 – Tensões feministas: o reforço das funções sociais da mulher

Quando encontramos no Programa Bolsa Família a eleição da família como instituição central para o início da tentativa de romper com os estigmas gerados a partir da pobreza, a pessoa recomendada como principal responsável para receber o benefício é a mulher³⁷. Para transferir renda tem que haver a escolha de quem a receberá e dessa maneira as mulheres são as principais indicadas para serem as titulares do cartão que dá acesso ao benefício condicionado. Mas ao elegê-las para tal, é para elas que as recomendações, e as regras do jogo são explicadas. Ao situar a mulher como principal titular é para ela que se apresenta o que tem que ser feito para poder contar com o dinheiro do benefício ao final do mês. A mulher, portanto, se torna a principal responsável pelo programa nas suas famílias, deixando o homem de fora do processo de assumir a responsabilidade pelo programa, o isentando, pois, dessa responsabilidade na família. Com essa responsabilização feminina podemos entender que a elas recairá o acompanhamento do programa, inclusive por já estarem inseridas nas condicionalidades do programa (quando grávidas ou nutrizes). Ora, é

³⁷ Essa preferência se encontra no texto da Lei nº 10.836 que cria o PBF, circunscrito no parágrafo 14: “O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento”.

um programa que tem “família” no nome, mas é direcionado às mulheres e às crianças? Sim, no desenho do programa e como ele se desenvolve em SAP, por exemplo, fica claro que o foco do programa é em relação à garantir o desenvolvimento da criança e do adolescente, e isso, historicamente, é condicionado à mulher.

Essa é uma das tensões que apresento em relação ao PBF, pois eleger a mulher como titular e responsável pelo programa pode ocasionar à continuidade dessas mulheres no mundo da casa, das responsabilidades domésticas, dos cuidados e da estruturação familiar. Segundo Mariano e Carloto:

“Os discursos sobre feminilidade e maternidade apropriados pelo PBF com o intuito de potencializar o desempenho de suas ações no combate à pobreza reforçam o lugar social tradicionalmente destinado às mulheres: a casa, a família, o cuidado, o privado, a reprodução.” (MARIANO e CARLOTO, 2009, p. 906-907).

Partindo dessa tensão apresentada pelas autoras podemos inferir que elencar as mulheres como preferenciais beneficiárias é também uma estratégia política, pois é depositado nelas as expectativas de um melhor direcionamento da renda transferida, apostando no seu conhecimento sobre as necessidades de sua família, principalmente em relação à alimentação, produtos de higiene, vestimenta, e assim as beneficiárias são concebidas como as administradoras do funcionamento do programa na família. A essa estratégia se associa o suposto de que as mulheres, por serem mães, carregam em si um conjunto de atributos quase “naturais”, de onde emana sua vocação para o cuidado do lar e de seus entes, logo somar em suas vidas as responsabilidades atreladas ao PBF é consequência de sua posição social. Conforme aponta Goldani:

“[...] no Brasil constata-se que o cuidar e ser cuidado nas famílias brasileiras ainda acompanha o equilíbrio entre afetos e reciprocidades em uma estrutura normativa. As mulheres, mais que os homens, e os parentes mais que os não-parentes são os preferidos no processo de intercâmbio intergeracional e na provisão de cuidados.” (GOLDANI, 2005, p.03).

Essas características atribuídas às mulheres já foi descrita no século XIX a exemplo do escrito por Stuart Mill, em *A sujeição das mulheres*. Nele o autor traça uma série de

argumentos identificando as diferenças sociais atribuídas a homens e mulheres, destacando a dominação masculina sobre as mulheres, a ponto de perceber o papel desta dominação nas esferas mais subjetivas, em que as mulheres, são educadas de tal modo que não há possibilidade de vislumbrarem um mínimo de sentimentos para si, ou seja, a mulher subordinada – subordinação aos homens juntamente com poderes, discursos sociais e institucionais – que é nela criada desde a primeira infância a função de desejar servir, de desejar cuidar, como afirma Mill:

“Todas as mulheres são criadas, desde muito cedo, na crença de que seu caráter ideal é o oposto do caráter masculino: sem vontade própria e governadas pelo autocontrole, com submissão e permitindo serem controladas pelos outros. Todas as moralidades e sentimentos afirmam que a obrigação da mulher é viver para os outros; abnegar-se completamente e viver para aquelas a quem está afeiçãoada [...] afeiçãoadas são as únicas pessoas que elas têm – os homens com quem estão casadas ou as crianças [...].” (MILL, 2006, p.32).

Aproximando o debate lançado por Mill ao PBF, infelizmente, podemos refletir sobre os encargos sociais e morais atrelados às mulheres no interior do Programa. Um deles é não considerar que há diferentes formas de poder que se encontram interiorizadas no âmbito familiar e que suas relações se dão através de tensões e disputas. Há diferentes mecanismos de acesso a condições mais dignas de vida que não são só baseados na renda, como também nos valores políticos e morais que ainda situam homens e mulheres em lados opostos. Podemos refletir também sobre o desenho do PBF, pois ao elencar a família como central sendo notório quem de fato terá que se responsabilizar por levá-la a cabo é ser um tanto condizente com as limitações históricas impostas às mulheres, podendo auxiliar a reprodução das relações desiguais entre os gêneros, que através de mecanismos de manutenção do universo social (BERGER, P. L. e LUCKMANN, T., 2010) utilizados e produzidos no e pelo Estado, vemos mais uma vez legitimado a divisão sexual do trabalho doméstico.

Em outras palavras, quando se elenca a família como central para a implementação do Bolsa Família sabendo-se que para receber o benefício é necessário cumprir as condicionalidades atreladas principalmente às crianças e aos adolescentes, a responsabilidade moral situa a mulher-mãe no centro do debate, reforçando as funções sociais que as atrelam à naturalização da maternidade e aos cuidados dos entes familiares reforçando o discurso “fundacionalista biológico”³⁸. Mariano e Carloto apontam que:

“Ao ser incluída no PBF, a mulher é tomada como representante do grupo familiar, vale dizer, o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher. Esta, por sua vez, é percebida tão somente por meio de seus ‘papéis femininos’, que vinculam, sobretudo, o ser mulher ao ser mãe, com uma identidade centrada na figura de cuidadora, especialmente das crianças e dos adolescentes, dadas as preocupações do PBF com esses grupos de idade. O papel social de cuidadora pode até, em algumas situações, ser desempenhado por outra mulher, como, por exemplo, a avó ou tia da criança ou do adolescente. Contudo, seguirá sendo um ‘papel feminino’. Logo, o cuidado preserva, no âmbito do PBF, seu caráter vinculado aos papéis de gênero. Assim, tanto a maternidade (relacionada à procriação e/ou ao papel social de mãe) quanto a maternagem (o cuidado da criança e do adolescente desempenhado por outra mulher, geralmente com vínculo de parentesco, porém sem se designar como sua mãe) são funções focalizadas pelo PBF.” (MARIANO e CARLOTO, 2009, p.904).

Podemos concluir ainda que não encontramos qualquer referência à responsabilização paterna, seja por ausência ou omissão, nesse processo de cuidados e em relação ao PBF, os situando, quando presentes, como possíveis provedores da família. Nas práticas de gestão do programa em relação às funções que cada ente da família deveria ter poderíamos apontar ainda que há a perpetuação do modelo tradicional e patriarcal de família, onde as funções sociais tradicionais, tanto femininas como masculinas, são reforçadas.

³⁸ “Em contraste com o determinismo biológico, o fundacionalismo biológico permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos de personalidade e comportamento. Tal compreensão do relacionamento entre biologia, comportamento e personalidade, portanto, possibilitou as feministas sustentar a noção, frequentemente associada ao determinismo biológico, de que as constantes da natureza são responsáveis por certas constantes sociais, e isso sem ter que aceitar uma desvantagem que se torna crucial na perspectiva feminista, a de que tais constantes sociais não podem ser transformadas”. NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. In: **Revista Estudos Feministas**. vol.8, no.2, Florianópolis, 2000, p. 5.

Cabe também apontar que quando se elenca a família como central há o ocultamento de que a mulher é quem de fato tomará as responsabilidades do PBF, e isso pode ser entendido como uma maneira do Estado se isentar em sua responsabilidade principal de prover serviços que desonerem a sobrecarga feminina em relação aos cuidados e a manutenção da família. Segundo Mariano e Carloto:

“o Estado está gerando, para as mulheres pobres, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social. Consideramos esse tipo de ocupação do trabalho e do tempo das mulheres um dos fatores vinculados à desigualdade, entre homens e mulheres e entre estratos sociais, pois disponibiliza menos as mulheres para o trabalho remunerado.” (MARIANO e CARLOTO, 2009, p. 902).

Pudemos conferir um primeiro conjunto de tensões que apontam ser a centralidade das mulheres como titulares e beneficiárias diretas do programa um fator que as sobrecarregam em suas funções maternas, reafirmando e demarcando ainda mais suas funções sociais como mãe e as restringindo ao âmbito privado. As justificativas são diversas para que as mulheres sejam as titulares: afirma-se que são elas que conhecem melhor as necessidades da casa, elas sabem melhor o que é preciso para o domicílio, o dinheiro em suas mãos é mais bem distribuído no domicílio, porém o que vimos é que essas justificativas reforçam os conceitos tradicionais de família e as relações desiguais entre os gêneros.

2.3.3. – Tensões feministas: o dinheiro como porta para autonomia

Encontramos também nos diversos estudos avaliativos sobre o impacto do PBF e suas repercussões sobre as desigualdades de gênero outro conjunto de tensões. Estes estudos, principalmente vinculados ao governo federal ou em parceria com o mesmo, tendem a avaliar positivamente a focalização na família e ter as mulheres como responsáveis por gerir o benefício. Conforme notícia veiculada pelo MDS “Ao optar pela

mulher como responsável por receber o benefício, o Bolsa Família se transformou num importante instrumento de autonomia e ‘empoderamento’ das mulheres”³⁹. As mulheres são assim encaradas como aliadas da política social para que o objetivo do programa seja cumprido, ou seja, que a pobreza das famílias seja enfrentada e que possibilite o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Aproximam o acesso à renda, pois está no nome delas o cartão que dá acesso ao benefício, à possibilidade dessas mulheres se tornarem mais independentes em suas relações conjugais, aumentando o poder de barganha feminino⁴⁰ no interior de suas famílias. Outras características podem ser atreladas ao recebimento do dinheiro. Para muitas mulheres o PBF é a primeira experiência em ter um dinheiro próprio, mesmo que no seu uso seja distribuído entre os entes familiares, é um dinheiro da mulher, o que pode auxiliar os sentimentos de pertencimento social e pode ajudar em sua auto-estima. Segundo Rego:

“Exercitar o direito da escolha [...] pode ser a via de passagem à esfera de maior liberdade pessoal [...] as mulheres a partir da renda monetária se apoderam de alguma forma da capacidade humana de escolher [...]” (REGO, 2010, p.06-07).

Transferir o dinheiro do programa para as mulheres pode favorecer que as mesmas circulem por outros espaços, ampliando de alguma maneira seus lugares de sociabilidade. Ir ao banco, no mercado, na tenda do bairro, na farmácia e em outros espaços onde gastam esse pouco dinheiro pode auxiliar no estímulo dessas mulheres a participarem e circularem por suas comunidades. Soma-se o consumo as condicionalidades postas para cumprimento familiar. Por mais que parte das críticas feministas tenha fundamentação sobre as relações de gênero, é fato que essas mulheres, da maneira em que estão sendo constituídas em sua

³⁹ **“Bolsa Família reforça autonomia e auto-estima das mulheres”**, notícia do dia 07/03/2007, de autoria de Rosani Cunha – Secretária Nacional de Renda e Cidadania do MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/noticias/noticias/bolsa-familia-reforca-autonomia-e-auto-estima-das-mulheres/?searchterm=empoderamento%20da%20mulher>>. Acesso em: 20 jan.2013.

⁴⁰ Sobre o poder feminino de barganha ver mais em: Sumário Executivo: Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família, realizado pela Cedeplar/UFMG, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e MDS, de outubro de 2007.

subjetividade e posição social, vão cuidar dos filhos recebendo ou não o benefício. Portanto atrelar às condicionalidades ao recebimento da renda pode favorecer também que essas mulheres iniciem, ampliem ou mesmo fortaleçam suas redes de sociabilidade. Ter as mulheres como o elo entre o programa e sua efetivação, como elo entre a família e o Estado, pode ser o motivo dos positivos resultados que o programa vem apresentando em relação à educação e saúde das crianças e adolescentes. As ações complementares, os cursos de artesanato, as reuniões sócio educativas, que são incentivadas aos municípios e parte do programa, são espaços em que essas mulheres convivem com outras mulheres-mães, onde trocam experiências, agregam conhecimento sobre sua saúde e dos filhos e isso tudo somado com outras possíveis mudanças de acessos, podem proporcionar a sensação de uma maior liberdade e autonomia, tanto financeira em relação aos seus companheiros, quanto em relação à realidade social que vivenciam.

Partindo dos apontamentos realizados por Ortner sobre as modalidades de agência e sua relação com o poder, onde afirma que “a agência pode ser praticamente sinônimo das formas de poder que as pessoas têm à sua disposição, de sua capacidade de agir em seu próprio nome, de influenciar outras pessoas e acontecimentos e de manter algum tipo de controle sobre suas próprias vidas” (ORTNER, 2007, p.64), podemos refletir sobre a intenção das pessoas em formular projetos. Deste modo o PBF pode também auxiliar no processo de conformação de agência nessas mulheres a ponto delas realizarem planejamentos, projetos, planos em suas vidas a partir do benefício. O PBF pode estimular que as mesmas se permitam desejar algo – tanto de maneira mais concreta e relacionada às necessidades imediatas da vida como alimentos, roupas, sapatos, cosméticos - como de maneira mais subjetiva, no desejo de planos e projetos para suas vidas e de suas famílias. Contar com uma renda fixa, mesmo que irrisória em relação aos custos da vida pode favorecer nesses planos.

Por fim cabe uma última observação, pois segundo Canclini (1995) atualmente as identidades se configuram através do consumo. Ao traçar uma relação entre consumo e cidadania o autor afirma que “ao consumir também se pensa, se escolhe e reelabora o sentido social” (p.30). Afirma ainda que “no consumo se constrói parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade” (p.56) e que “o consumo é um processo em que os desejos se transformam em demandas e em atos socialmente regulados” (p.59), ou seja, o consumo se constitui como parte do ordenamento social.

Nessa perspectiva, considerando que o mundo que compartilhamos é perpassado pelo ato de consumir e que nele os sujeitos se constituem e são constituídos também através do consumo, podemos assinalar que transferir o dinheiro do PBF para as mulheres pode favorecer que as mesmas se reconheçam e sejam reconhecidas socialmente. Mesmo que inicialmente o fazer parte do ordenamento social seja através do consumo, pode ser essa a brecha em que as mulheres beneficiárias iniciem a construção e a conquista de seus direitos, de suas liberdades e por fim, se constituam como cidadãs.

De maneira a concluir este capítulo, pudemos perceber que o campo de estudos e debates sobre as repercussões do PBF em relação às mulheres beneficiárias é uma questão paradoxal e imersa em tensões. Por um lado delegar mais responsabilidades a essas mulheres pode reforçar a desigual divisão do trabalho doméstico, sobrecarrega-las em suas históricas funções sociais e sugerir que assim o PBF acentue as desigualdades entre os gêneros. Por outro lado o acesso à renda, ter um dinheiro próprio e que poderão escolher como gastá-lo, pode iniciar um processo de desestabilização das hierarquias de poder internalizadas nas famílias. Essas mulheres podem começar a alcançar potencialidades de transformar as negociações cotidianas, mesmo que timidamente, como por exemplo, não ter que pedir mais dinheiro para o marido para realizar os gastos com a casa e com os filhos. Ou mesmo a obrigatoriedade em cumprir as condicionalidades – com a saúde e educação

dos filhos e a frequência nos cursos e reuniões promovidos pelos gestores municipais – pode auxiliar para que descubram ter outras capacidades, pode ampliar os lugares por onde circulam e também pode favorecer para que suas maneiras de apreender o mundo rompam com a barreira do âmbito privado do lar.

CAPÍTULO III

O Programa Bolsa Família e a realidade social objetiva: dando voz às mulheres beneficiárias de Santo Antonio do Pinhal

3.1 – A pesquisa de Campo

O presente capítulo pretende apresentar e sistematizar a pesquisa empírica desenvolvida com parte das mulheres titulares do Programa Bolsa Família por meio de entrevistas informais em profundidade (BARBOSA, 1980), que foram realizadas em março de 2012 no município de Santo Antonio do Pinhal, localizado na região da serra da Mantiqueira do Estado de São Paulo. Com a pesquisa empírica houve a intenção de realizar uma análise qualitativa, privilegiando compreender e apreender parte da realidade social das mulheres beneficiárias. Segundo Martins (2004), “a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais” (p. 289). A autora afirma ainda que a pesquisa qualitativa “trabalha sempre com unidades sociais, ela privilegia os estudos de caso — entendendo-se como caso, o indivíduo, a comunidade, o grupo, a instituição” (p. 293)⁴¹.

A escolha pelo uso da perspectiva qualitativa como ferramenta metodológica também está ancorada nos estudos de Escobar e González (2001), que ao analisarem o então programa de transferência de renda mexicano PROGRESA – Programa de Educación, Salud y Alimentación, onde apontam para a escolha de estar de frente com os atores sociais, o que permite conhecer o cotidiano e a vida dos sujeitos em estudo e que conhecer

⁴¹ MARTINS, Heloisa H. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n. 2 p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

suas vidas representa uma maior possibilidade de compreender os problemas e as dificuldades que vivenciam. Como afirmam os autores, o uso da metodologia qualitativa:

“implica una mayor profundización en los procesos sociales, es decir, concibe lo que pasa en la sociedad no como externo o previamente dado a los sujetos, sino que se va configurando de manera constante y dependiente entre, con y para los individuos y sus circunstancias.” (ESCOBAR e GONZÁLEZ, 2001, p.04).

Escobar e González (2001) justificam ainda a importância da escolha por esta metodologia, apontando três principais razões: a primeira versa sobre considerar a utilidade de *“abordar los significados y las acciones de los individuos y la manera en que éstos se vinculan con otras conductas”*; a segunda razão justificada para o uso dessa ferramenta analítica é possibilidade de explicar os fenômenos sociais e percebê-los de formas diferenciadas, que dependem de *“factores sociales, percepciones y diferentes formas y niveles de información.”* A terceira razão principal para a escolha dessa metodologia refere-se a possibilidade de descrever, analisar, explorar e encontrar elementos desconhecidos e que só através do contato direto com os sujeitos é que surgem, ou mesmo descobrir o modo de vida e as realidades existentes nas comunidades selecionadas como lugar do estudo. Mas a escolha por uma análise qualitativa tem suas limitações, principalmente por referir-se a um universo de casos que não podem ser considerados sem o contexto próprio, portanto serve como um modelo analítico, mas talvez não caiba em outros contextos nem como uma regra aplicável a qualquer outra realidade.

A escolha por este tipo de metodologia permite, através da observação empírica, conhecer as diversas realidades existentes e perceber que as realidades são diferentes e dependem do contexto em que ocorrem. Permite também confrontar o universo da pesquisa de campo e a verificação das hipóteses levantadas.

Através da preferência pelos recursos metodológicos apresentados acima pretendi confrontar se as tensões que aponto no segundo capítulo se fazem presentes naquelas a que

se destina a transferência de renda no município elencado e se há algum tipo de impacto na percepção da renda em suas vidas. Portanto a importância da pesquisa empírica de perspectiva qualitativa reside, nessa dissertação, em estar de frente e dar voz as mulheres que conheci e que tive a possibilidade de entrevistar.

As entrevistas foram realizadas individualmente com algumas mulheres beneficiárias do PBF, com as funcionárias municipais responsáveis pela gestão do programa e com uma das professoras dos cursos de artesanato oferecidos em alguns bairros da cidade. Ocorreram no espaço das Reuniões Sócio Educativas, reuniões estas obrigatórias para as beneficiárias do PBF e do programa de transferência de renda estadual Renda Cidadã (RC), além de ser aberta às demais interessadas. Acontecem na segunda quinzena de cada mês e tem a pretensão de abordar temas que perpassam a vida dessas mulheres, além de ser um espaço que possibilite a troca e a sociabilidade entre as presentes. As entrevistas também ocorreram nos espaços onde acontecem as oficinas e cursos organizados pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) e pelo CRAS. Essas oficinas e cursos são oferecidos em alguns bairros da cidade, onde as beneficiárias são mais organizadas enquanto comunidade, pois é através da reivindicação e organização das mesmas em conseguirem um espaço físico para as atividades que a SDS e o CRAS levam os cursos para seus bairros. Cabe assinalar que essas oficinas e cursos compõem parte das ações complementares recomendadas pelo desenho do PBF, pois na formulação do programa é posto para a gestão municipal a necessidade de realizarem e incentivarem ações que visem fortalecer e incluir produtivamente as beneficiárias do programa, oferecendo uma opção para essas beneficiárias visualizarem a possibilidade de uma porta de saída do programa.

3.2 - A escolha do município e sua caracterização

Para o presente trabalho escolhi, além do debate teórico acerca das implicações do PBF sobre as mulheres beneficiárias, realizar trabalho de campo a fim de observar e ouvir àquelas que são o objeto e motivo dessa dissertação: as mulheres beneficiárias.

E como os rumos da vida pessoal perpassam a vida profissional, fui apresentada ao município de Santo Antonio do Pinhal, localizado na região da Serra da Mantiqueira do estado de São Paulo. A primeira vez em que estive no município foi para realizar, como consultora, a última etapa de parte da pesquisa intitulada “Transferência de Renda no Âmbito Municipal no Brasil”⁴², projeto este instituído através de convênio de cooperação entre o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP/UNICAMP) e a Corporação Andina de Fomento (CAF). Meu encargo foi levantar todos os programas sociais existentes no município, tanto os federais, como os estaduais e municipais.

Realizar essa fotografia de SAP foi parte crucial para escolhê-la como meu destino nessa dissertação, pois ao constatar que em SAP existem cerca de 31 programas sociais⁴³ geridos principalmente pelas secretarias de Desenvolvimento Social, de Saúde e Educação e que em julho de 2011 o município contava com 445 famílias atendidas pelo PBF de um total de 6486 habitantes, sendo esse número de famílias multiplicados pela média de pessoas por domicílios (considerando 4 pessoas por domicílio), temos cerca de 27% da população de Santo Antonio do Pinhal inseridas no Bolsa Família, sem considerar aqui os outros programas sociais existentes no município. Esse foi o primeiro dado que considerei significativo na escolha do município para estudar o impacto do Bolsa Família em relação

⁴² Projeto este que resultou no livro: “Transferência de Renda no Âmbito Municipal no Brasil: renda básica de cidadania em Santo Antonio do Pinhal”, coordenado por Ana Maria Medeiros da Fonseca, Lilia Terezinha Montali e Ana Maria Carneiro, 2011.

⁴³ Idem, *op. cit.*, p.89.

às beneficiárias, pois a existência de 31 programas sociais demonstra que grande parte da população da cidade encontra-se como público alvo das ações sociais por necessitar delas, podendo incidir também sobre a grande parcela de famílias atendidas pelo PBF.

Considero importante delinear outros aspectos referentes ao município de Santo Antonio do Pinhal que reforçaram esta pesquisa empírica. Com o fato de Santo Antonio do Pinhal ser uma estância climática⁴⁴, ou seja, possui um conjunto de atrativos naturais que lhe confere qualidade de clima, paisagem natural e um aroma do verde ao chegar á cidade, tendo suas estradas cercadas por araucárias, eucaliptos e outras espécies. Por ter estas e outras características marcantes para adoradores da natureza e de esportes radicais, a cidade possui como principal atividade econômica aquelas relacionadas ao turismo. Assim sendo, é uma cidade que vive de temporadas, feriados prolongados e finais de semana, esperando o turista ou aqueles que passam por ela para chegar a Campos do Jordão, que se situa a 15 km dali.

Por ter essa característica natural, a população da cidade que tem emprego o tem na área de serviços, ou seja, nos hotéis, nas pousadas e nos poucos comércios do centro da cidade, além dos funcionários públicos, que compreendem a maior parcela da população empregada formalmente no município. Percebe-se a preocupação em manter a cidade limpa e bem cuidada, com jardins, flores, casas centrais e prédios públicos pintados, onde o caminhar pela área central nos remete a calmaria de uma cidade turística do interior.

O município tem sua maior extensão territorial caracterizada como área rural, porém sua população localiza-se em maior parte na zona urbana, segundo a tabela 2:

⁴⁴ “As Estâncias Climáticas Paulistas são cidades que possuem atrativos naturais como o clima ameno, montanhas, cachoeiras e muita área verde, além de inúmeros esportes de aventura.” Disponível em: <<http://www.turismo.sp.gov.br/dade/estancias.html>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

Tabela 3: População residente segundo zona urbana e rural – Santo Antonio do Pinhal – 2010

População urbana	3855
População rural	2631
População total	6486

Fonte: IBGE – sinopse do Censo demográfico 2010⁴⁵.

Desse total populacional residente em zona urbana e zona rural, se dividido por sexo, encontramos as seguintes informações conforme a tabela 3:

Tabela 4: População residente em Santo Antonio do Pinhal segundo local de domicílio e sexo – 2010

Residentes por zona e sexo	Números	% no total populacional
Homem urbano	1928	29,7
Homem Rural	1341	20,7
Mulher Urbana	1927	29,7
Mulher Rural	1290	19,9
Total da População	6486	100

Fonte: IBGE – sinopse do Censo demográfico de 2010.

Em relação à renda da população do município de Santo Antonio do Pinhal, segundo os dados do Censo demográfico do IBGE de 2010, pode-se verificar que cerca de 75% vive com renda até dois salários mínimos (SM), conforme demonstrado na tabela 4:

Tabela 5: Renda nominal mensal de pessoas de 10 anos ou mais de idade - Santo Antonio do Pinhal/SP

Sem rendimentos	1446
Até 1 SM	1944
Mais de 1 a 2 SM	1484
Mais de 2 a 3 SM	270
Mais de 3 a 5 SM	241
Mais de 5 a 10 SM	124
Mais de 10 a 20 SM	42

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010.

Como parte da caracterização do município cabe apontar que o mesmo possui dez escolas de ensino fundamental, sendo uma delas de cunho privado, totalizando 1481 alunos matriculados, uma escola de ensino médio com 342 alunos matriculados e uma pré-escola com 178 crianças matriculadas, segundo dados do IBGE cidades⁴⁶.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=354820#topo>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

Outro ponto que justifica a minha escolha por estudar este município em específico é o fato da organização político-administrativa brasileira, a partir da CF/88, situar como entes da Federação a União, os estados, o distrito federal e os municípios, garantindo com que todos os entes federados sejam autônomos em sua atuação, ou seja, os municípios serão regidos pelas Leis Orgânicas que eles mesmos aprovarem.

Portanto foram esse conjunto de elementos que me direcionaram a SAP para a realização dessa pesquisa empírica como subsídio para o debate proposto nesta dissertação.

3.3 - O Programa Bolsa Família em Santo Antonio do Pinhal

Um recorte importante nesse trabalho é a caracterização do município de Santo Antonio do Pinhal em relação ao Programa Bolsa Família e o contexto que o programa assume em algumas regiões da cidade.

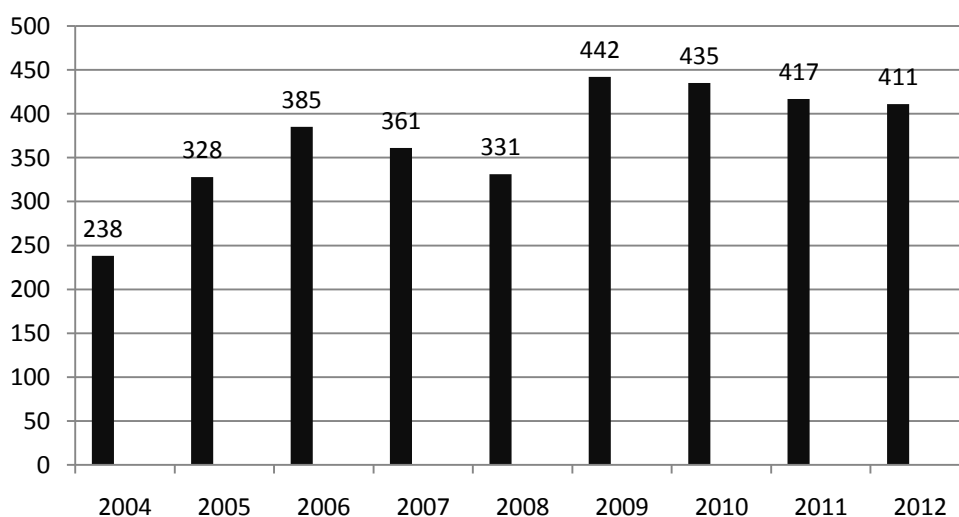
O programa de transferência de renda é gerido no município pela Secretaria de Desenvolvimento Social em conjunto com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Sendo estas duas instâncias de gestão municipal, pois realizam todas as ações assistenciais e sociais em conjunto, a começar por dividirem o mesmo espaço físico no município, uma casa alugada pela prefeitura onde a entrada do CRAS é numa rua e da Secretaria em outra, mas que se interligam internamente, o que torna a relação entre as duas instâncias muito aproximadas em suas ações e relações de trabalho.

Desde o ano de implementação do Programa Bolsa Família em 2004, mais especificamente desde 2009 percebe-se no gráfico 1 uma maior evolução de famílias

atendidas, o que pode ser reflexo do trabalho de busca ativa⁴⁷ das famílias em situação de pobreza ou mesmo um maior interesse por parte das gestoras em localizar a população com maior dificuldade de sobrevivência, pois estas me relataram a falta de organização municipal e as dificuldades para realizar suas tarefas, e que com a entrada da atual secretária, o comprometimento e o bom relacionamento da equipe do CRAS e da Secretaria favoreceram para melhor atenderem as demandas do Bolsa Família e dos outros programas sociais na cidade. Esse trabalho de busca ativa envolve outras áreas da gestão municipal, principalmente a área da Saúde através dos agentes de saúde que auxiliam no mapeamento da população chamada de vulnerável, ou seja, que necessita de acompanhamento pelo CRAS e pela Secretaria também.

No gráfico abaixo demonstro a evolução do programa no município desde 2004, em relação ao número de beneficiárias:

Gráfico 1: Evolução do Programa Bolsa Família em Santo Antonio do Pinhal



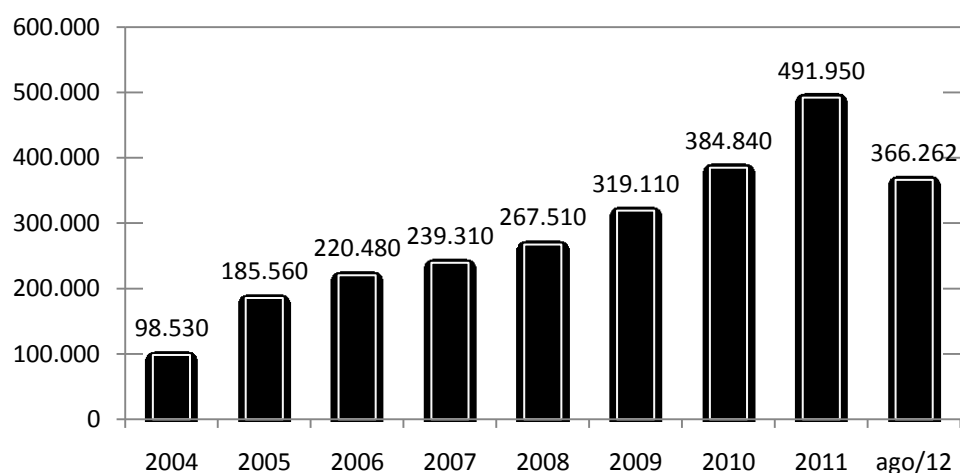
Fonte: SAGI/MDS, 2012.

⁴⁷ A busca ativa é uma atividade municipal, mobilizando agentes sociais, no caso de SAP é realizada em parceria com os agentes de saúde, de forma a encontrar pessoas e famílias que necessitam de atendimento por parte da assistência social e que ainda não estão inseridos nos programas sociais existentes no município.

Em 2012 o número de 411 beneficiárias pode ser contrastado com a informação passada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e pelo CRAS, que informaram ter, no mês de agosto, 396 beneficiárias, revelando uma divergência quanto ao número real de beneficiárias atendidas pelo programa.

Em relação aos recursos investidos no Programa Bolsa Família no município desde sua implementação, podemos verificar a evolução do mesmo no gráfico 2:

Gráfico 2: Evolução de recursos, em reais, investidos no Programa Bolsa Família em Santo Antonio do Pinhal



Fonte: SAGI/MDS, 2012.

Os dois gráficos possibilitam perceber tanto a evolução de famílias incluídas no PBF como os recursos investidos no programa desde o período de sua implantação até agosto de 2012. Podemos perceber que a partir de 2009 tanto o número de famílias beneficiárias como os recursos no programa aumentaram. Esse aumento das famílias pode referir-se com a incorporação da ideia de busca ativa, que busca encontrar mais famílias em situação de pobreza. O aumento do recurso provavelmente tem conexão com a implantação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), índice este que foi regulamentado pela Lei nº 12.058, de outubro de 2009, que representa um incentivo financeiro ao município para que o mesmo aprimore as ações relativas ao programa e também com os recursos provenientes do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

Em Santo Antonio do Pinhal a SDS e o CRAS se organizam de diversas formas para estarem em constante contato com as beneficiárias, mas o que posso destacar como principal são as Reuniões Sócio Educativas (RSE) e as oficinas de artesanato e costura que ocorrem em alguns bairros da cidade, assim como as visitas realizadas através da busca ativa e contato feito na sede da SDS e do CRAS quando procuradas diretamente pelas beneficiárias.

3.4 - As Reuniões Sócio Educativas

O Programa Bolsa Família possui três eixos principais que são: a transferência de renda, as condicionalidades e as ações e programas complementares (MDS, 2012)⁴⁸. A transferência de renda ocorre diretamente na conta bancária das beneficiárias, as condicionalidades envolvem o acompanhamento escolar dos filhos e filhas das famílias beneficiárias e também o acompanhamento da saúde tanto das mães como dos filhos, com pesagem das crianças para averiguar se estão se desenvolvendo sem risco de subnutrição e o acompanhamento das mães no pré-natal e enquanto estiverem amamentando. Os programas complementares, o terceiro pilar do PBF é desenvolvido no município através de cursos de capacitação e cursos de artesanato oferecidos pelo CRAS e pela SDS, porém o último é mais frequente no município. Em Santo Antonio do Pinhal as gestoras do programa decidiram realizar reuniões, intituladas como sócio educativas, com as beneficiárias do PBF e do programa Renda Cidadã – programa de transferência de renda do Estado de São Paulo – para ter uma maior relação com as beneficiárias, esclarecerem dúvidas sobre os programas e justificaram a importância dessas reuniões também por entenderem que assim poderiam melhor acompanhar coletivamente essas mulheres.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 20 set. 2012.

Inicialmente essas reuniões ocorriam nos diversos bairros de SAP, onde as gestoras se desdobravam para tentar abarcar a totalidade das beneficiárias nesses encontros, com objetivo de melhor esclarecer os compromissos, os direitos e deveres destas em relação aos programas. Visto que era impraticável realizar essa peregrinação mensal atrás das beneficiadas com as transferências de renda, as gestoras dos programas iniciaram no ano de 2012 uma nova tentativa de reunir as beneficiárias, de forma que fossem mais práticas para ambas as partes. Assim decidiram realizar as Reuniões Sócio Educativas no Clube Municipal Pinhalense, que ocorrem sempre na segunda quinzena do mês, sendo divididas nas terças-feiras e quartas-feiras, ou seja, são quatro reuniões por mês, reunindo quatro bairros por reunião, totalizando 16 dos 17 bairros informados pela SDS e pelo CRAS em relação ao número de beneficiárias de SAP conforme a tabela 5:

Tabela 6: Lista de Beneficiárias do Bolsa Família por Bairro/Santo Antonio do Pinhal

Renópolis	18
Barreiro	13
Boa vista/ São Gotardo	07
Fazenda Velha	15
Machadinho	14
Cassununga	23
Lajeado	15
Santa Cruz	23
Sertãozinho	18
Renó	05
Pinhalzinho	09
Rio Preto	42
Jose da Rosa	76
Joaquim Alves	40
Vila de Fátima	09
Cristal	13
Centro	56
TOTAL	396

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, agosto de 2012.

Nesse novo formato de reunião as gestoras decidiram elencar um grande tema por mês para trabalhar com as beneficiárias, convidando outras pessoas para falar sobre legislação, cuidado ao corpo, acreditando que dessa forma estão cumprindo com a

exigência do desenho do programa, realizando através desses encontros uma de suas ações complementares.

Cabe sinalizar que as ações complementares não deveriam ser obrigatórias para as beneficiárias, porém no município as RSE quando convocadas levam as seguintes palavras “Lembramos que a participação das reuniões é parte das condicionalidades para o recebimento dos programas sociais”⁴⁹. Essa comunicação é realizada de forma impressa e as beneficiárias ganham esse informe durante a RSE, de um mês para o outro. Deste modo o que deveria ser complementariedade aos programas ganha status de condicionalidade em SAP e assim as beneficiárias são obrigadas a frequentá-las, pelo medo de perderem o benefício.

Realizados os esclarecimentos iniciais pretendo descrever esse ambiente e suas particularidades buscando trazer as falas das mulheres beneficiárias e as demais entrevistadas.

3.4.1 - O mês da mulher em SAP

Ao chegar a SAP o primeiro lugar que busquei foi a SDS e o CRAS para saber como seriam realizadas as atividades no mês de março com as beneficiárias. Foi com uma boa surpresa que me informaram que tratariam sobre a violência contra a mulher e trabalhariam um pouco da autoestima feminina, através das parcerias da cidade que estavam fechando como: um salão de estética local, o advogado da prefeitura, uma psicóloga convidada e a Igreja Adventista do Sétimo Dia. Seria esta uma ótima oportunidade para perceber como a instância municipal lida com certas questões que afligem muitas mulheres, e as de Santo Antonio do Pinhal não estariam à parte dessas

⁴⁹ Material de divulgação do calendário de reuniões por bairro para o mês de abril de 2012.

ocorrências. Ao fim desse primeiro reencontro, as gestoras se prontificaram em me auxiliar em todo processo investigativo, tanto me amparando para conhecer os bairros do município, como com as informações das quais eu necessitasse.

As Reuniões Sócio Educativas que presenciei tratei de observar tudo o que tinha ao meu redor. Havia um grande cuidado por parte da equipe de gestoras em tornar o salão de festas do clube municipal em um lugar receptivo em que as beneficiárias se sentissem acolhidas e bem tratadas.

O ambiente estava todo decorado em verde e com flores cor de rosas feitas de papel crepom confeccionadas em uma das atividades de artesanato com as beneficiárias, que me revelou depois a secretária de desenvolvimento social. Havia cadeiras dispostas em meio círculo, algumas montavam um som e o data show, com as quais me juntei auxiliando nessas tarefas. Ao questioná-las sobre o som, me disseram que era para que as convidadas chegassem e se sentissem tranquilas e a escolha do repertório musical também me chamou atenção, pois era uma mídia gravada somente com cantoras brasileiras, mais uma tentativa de estabelecer naqueles encontros um lugar para mulheres. Os homens, quando presentes, permaneciam do lado de fora do salão do clube aguardando suas esposas. Num outro lado do salão uma mesa foi colocada com um material preparado para distribuir às convidadas/convocadas a fim de informar as formas de violência contra a mulher e também com palavras de incentivo à autoestima feminina. Tinha também o cantinho da Ivete, esta dona de um salão de estética no município que fechou uma parceria com a Secretaria, estando na reunião com uma mesa e seus produtos para também tentar vendê-los. Numa das reuniões realizou um tipo de alongamento/dinâmica em grupo com as “convidadas” para que se sentissem bem para receber as informações que estavam por vir. Ao terminar o alongamento Ivete anunciou que teria uma surpresa ao final da reunião, mas que todas teriam que ficar até o fim para saber qual surpresa seria. Cabe também, como parte da

descrição do ambiente da reunião, informar que uma grande mesa com salgados, biscoitos, bolos e sucos foi montada para que, ao término da reunião, as mulheres se socializassem e se alimentassem com os quitutes manufaturados pela padaria da prefeitura.

Sobre esses dois últimos pontos uma breve reflexão se faz necessária. A surpresa de Ivete que seria revelada ao final da reunião era o sorteio de dez limpezas de pele a serem realizadas no término da reunião e aquelas que não as pudessem fazer ali poderiam ir ao salão dela num outro dia realizar o tratamento/relaxamento facial. Isso somado ao pequeno banquete suscitou minha impressão de que eram maneiras das gestoras em assegurar que as convidadas/convocadas fossem estimuladas a ficar até o final da reunião, para quem sabe assim saírem dali com o sentimento de mais um dever cumprido, atingindo o maior número possível de beneficiárias.

O início de todas as reuniões que frequentei foi marcado por uma sessão de apresentações e informes sobre os programas e sobre o material que circulava. As gestoras informavam também a importância de assinarem a lista de presença, afinal aquela era uma atividade obrigatória para as beneficiárias convidadas/convocadas. Na sequência dois convidados estavam preparados para falar sobre a violência contra a mulher e sobre as emoções e sentimentos que envolvem a questão da violência doméstica e familiar. Um dos convidados foi o advogado da prefeitura, senhor Clodoaldo Júnior⁵⁰, onde se debruçou em explicar a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, explicitando as minúcias da Lei e as maneiras de fazer a denúncia, caso ocorresse um problema de violência. O que cabe sinalizar é que SAP é uma cidade pequena em que todos sabem da vida de todos, como apontou uma das mulheres presentes ao questionar o sigilo da denúncia. Pois realmente é muito difícil uma mulher denunciar o companheiro ou o ator da violência numa cidade com

⁵⁰ Candidato a prefeito nas eleições municipais de 2012, o qual foi eleito para o próximo mandato.

esse perfil, o receio da vergonha pública e de se tornar assunto nas ruas da cidade e possíveis retaliações são enormes, desestimulando toda e qualquer atitude mínima de se desvencilhar de uma situação como essa. A parte, poucas foram as mulheres que questionaram, em todas as reuniões em que estive presente, as informações proferidas na palestra do advogado.

Em seguida foi a vez da Cintia palestrar, ela psicóloga convidada para falar um pouco mais sobre as situações de violência que tem as mulheres como protagonistas. Num tom menos legalista, explanando sobre as diferentes formas que a violência pode se manifestar, para além da violência física, dando destaque à violência psicológica que muitas mulheres estão submetidas, quando são questionadas pela sua forma de falar, pelos corpos que detém, pelas maneiras que exercem suas tarefas domésticas. Falou sobre as emoções e sentimentos que perpassam os casos de violência, bem como a necessidade de amor próprio para se desvencilhar de algo que não agrada em sua vida, porém assim como na apresentação do advogado, as ouvintes não demonstraram muita reação. Não fizeram perguntas, não falaram, quase sequer aplaudiram certa apatia tomou conta do salão do clube, interrompida pelas gestoras que puxavam os aplausos e tentaram ‘sacudir’ as mulheres presentes. Esta apatia pode ter ocorrido tanto pelo teor do assunto, pois a violência contra a mulher ainda é tabu em grande parte das famílias, mas também pode estar associada ao tempo de duração das palestras, que somadas duraram das 13h30min até 16h30min.

Por fim veio o sorteio da limpeza de pele, onde dez mulheres seriam presenteadas, mas o mesmo tom de apatia se manifestava no salão. E as gestoras continuavam na tentativa de estimular as mulheres ali presentes, chamando aplausos, algumas riam e as sorteadas, estas sim se transfiguravam em grandes vencedoras. Após o sorteio os ‘comes e bebes’ estavam liberados e as beneficiárias, junto de seus filhos se concentraram ao redor

da mesa, algumas conversando entre si, outras sozinhas, mas todas pareciam satisfeitas com as comidas oferecidas.

O formato da RSE foi o mesmo nas três que presenciei, porém com a diferença dos palestrantes. A primeira foi com o advogado Clodoaldo e com a psicóloga Cíntia. Já na segunda reunião a convidada para falar sobre a Lei Maria da Penha foi Joice, que é advogada da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), parte da parceria realizada no município entre o CRAS, a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Igreja Adventista do Sétimo Dia. Sua palestra teve elementos mais substanciais e foi além das leis, introduzindo outros debates ao tema da violência contra a mulher, muito próxima a um olhar humanista, e foi seguida pela fala da Cíntia, que reafirmou a necessidade da mulher ser protagonista de sua vida, tendo como título de sua apresentação: “O protagonismo feminino na superação da violência contra a mulher: você mulher escrevendo sua história”. Mais uma tentativa de tocar as emoções e incentivar aquelas mulheres presentes a fazer diferente em suas vidas. E assim seguiu: o sorteio das limpezas de pele e o lanche oferecido pelas gestoras às beneficiárias.

Na última reunião que fui o advogado da prefeitura retornou a fazer sua fala sobre a parte da legislação sobre violência contra a mulher, porém foi seguido por outra psicóloga, dessa vez quem fez a fala foi Aline da ADRA. Porém sua fala foi muito mais num sentido da moral cristã, reafirmou diversas vezes que as mulheres deveriam perdoar seus companheiros caso ocorresse algum caso de violência, afinal, como ela disse,

“as mulheres deveriam esquecer o passado, pois olhar o passado com os olhos do presente era uma forma de covardia, e para que a família continuasse unida a mulher deveria reconhecer o bom marido que tem em casa e só tirar experiências boas de seu passado.”.

Citou muitos exemplos e soube cativar aquelas mulheres, pois neste dia os bairros ali presentes estavam mais atentos e esboçando um pouco mais de reação.

Como parte da análise desse momento proposto pela Secretaria e pelo CRAS, momento obrigatório para aquelas mulheres que recebem as transferências de renda, pude observar as movimentações no salão do clube, as mulheres que ali estavam preferiam sentar ao fundo para não estarem muito perto de uma situação em que poderiam colocá-las em destaque. Conversavam entre si, algumas permaneciam atentas, muitas se dispersaram facilmente, ainda mais com seus filhos ali presentes. Esse é um ponto também a ser reflexionado, pois a estas mulheres é imposta a presença obrigatória, mas estas não tem como deixar seus filhos com outras pessoas para poderem cumprir mais esta condicionalidade e os levam para a reunião. São muitas crianças num ambiente para adultos, o que causou muito tumulto, sendo mais um motivo de preocupação por parte das gestoras, do que fazer naquela situação, teriam que buscar alguém para cuidar destas crianças para que suas mães pudessem estar tranquilas e não somente de corpo presente naquele espaço. Cabe também assinalar que as reuniões estavam praticamente lotadas, exceto a última em que choveu e o deslocamento das beneficiárias para o clube ficou comprometido, pois estas ou pegam carona com o ônibus escolar ou vão ao clube caminhando, e dependendo do bairro, a distância pode chegar a 12 km, o que, num dia chuvoso, torna impraticável realizar o longo trajeto.

Em todas as reuniões permaneci até o final com as gestoras, limpando e organizando o salão para as próximas reuniões. Nesses momentos conversei muito com as gestoras sobre suas impressões daqueles encontros, o que elas tinham achado das palestras e das últimas horas, nas duas primeiras reuniões descrevem a sensação de dever cumprido junto a meios sorrisos cansados e com a vontade de que as beneficiárias se envolvessem mais, porém a reação à última reunião que presenciei foi mais positiva, onde as gestoras esboçavam sua alegria em ter conseguido fazer a parceria com a ADRA e também em relação à fala da Aline, sobre a necessidade de reforçar a união familiar. Foi nessa última reunião que

perguntei para a secretária de desenvolvimento social sobre suas escolhas religiosas, pois pensei eu, se há parceria com a Igreja Adventista do Sétimo Dia é possível que uma das gestoras fosse frequentadora dessa religião, porém Alessandra me informou que ela juntamente com mais três funcionárias do CRAS frequentavam a mesma igreja evangélica, mas de outra denominação, o que atrelei imediatamente à satisfação com que reagiram à última reunião, por justamente reafirmar a importância da manutenção da estrutura familiar nos moldes cristão – diferentemente às outras duas palestras proferidas por Cintia, que privilegiaram a autonomia feminina nos casos de violência doméstica.

Cabe sinalizar que um ano antes das reuniões ocorrerem no clube da cidade as gestoras do programa se reuniram e buscaram mapear as mulheres dos bairros que continham características de liderança, para auxiliar no processo tanto de incentivar a participação das beneficiárias nos cursos quanto para articular suas comunidades para frequentarem as reuniões sócio educativas. É através dessas mulheres que a SDS e o CRAS, quando precisam informar algo, articular alguma ação ou mesmo reforçar a convocação para a RSE, o fazem através delas.

Sobre o tema das reuniões que acompanhei perguntei às gestoras de onde vinha a motivação para tratar sobre a violência contra a mulher. Relataram primeiramente que a escolha vinha em conjunto com o mês de março, que era o mês do Dia Internacional da Mulher, mas que também vinha da reivindicação de algumas mulheres que queriam saber mais sobre a Lei Maria da Penha. As questioneei se havia na cidade muitos casos de violência, se elas eram procuradas por mulheres que vivenciam essa situação, e as respostas foram diferentes, pois a secretária de desenvolvimento social afirmou não ter muitos casos de violência, pois não são explícitos, mas que existem alguns. Já a psicóloga do CRAS e do centro de saúde informou ao contrário, que em SAP tem muitos casos de violência doméstica, mas que ali impera “a lei do silêncio né, então é muito difícil elas assumirem os

direitos delas e irem lá (denunciar) porque envolve muitas coisas, é um processo muito difícil mesmo, mas tem muitos casos”.

3.4.2 - As oficinas e os cursos de capacitação

Como o programa Bolsa Família é gerido de forma descentralizada assim as propostas de ações complementares são formuladas pela gestão municipal do programa, ficando ao seu encargo a análise do que mais se aproxima com a realidade cultural e econômica do município para propor oficinas e cursos de capacitação às beneficiárias, com o objetivo principal de auxiliar essa parcela da população ao acesso de capacidades para que consigam se inserir no sistema produtivo. Essas ações são nomeadas de inclusão social e produtiva.

Por ser Santo Antonio do Pinhal uma cidade essencialmente turística, as proposições das gestoras do Bolsa Família intentam abarcar essa realidade, ou seja, propor cursos e oficinas voltadas para atender as necessidades geradas pelos estabelecimentos de serviços e aqueles voltados a receber os turistas. Ao indagar a coordenadora do CRAS e a Secretária de Desenvolvimento Social sobre essas iniciativas me relataram os cursos e oficinas já oferecidos, alguns com parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem de Comércio (SENAC).

Desde 2008 o CRAS e a Secretaria de Desenvolvimento Social ofereceram cursos profissionalizantes como:

- Camareira
- Garçom
- Atendimento ao cliente
- Treinamento para atuar em empresas e residências (empregadas domésticas)
- Confeitaria
- Pedreiro
- Pintor
- Eletricista

- Corte e Costura

Esses cursos visaram incluir uma parcela da população que não se encontram no mercado de trabalho formal e, atentas com a realidade econômica e cultural do município, as gestoras buscaram atender a demanda que surge no município e incluir parte da população sem rendimento mensal fixo e em situação de pobreza nas poucas oportunidades demandadas pelo turismo no município. Cabe destacar que esses cursos profissionalizantes são ofertados não somente para a população beneficiária da cidade, mas sim para todos que buscam se capacitar para o mercado de trabalho.

Os cursos e oficinas que tem como público alvo as beneficiárias do Bolsa Família e dos outros programas municipais são voltados para atividades manuais socialmente femininas, como:

- atividades de artesanato com material reciclável
- corte e costura
- pintura em vidro e pano de prato
- patchwork
- papel maché
- técnica de biscuit
- crochê

Essas oficinas foram oferecidas nos últimos quatro anos para as beneficiárias principalmente, mas também são cursos abertos aos interessados em aprender e trocar seu conhecimento, sendo desenvolvidos tanto no espaço da Secretaria de Desenvolvimento Social como nos bairros mais ativos – aqueles em que as mulheres se organizam entre si e reivindicam para as gestoras que os cursos sejam ofertados nos seus bairros. Quando os cursos ocorrem nos bairros, as moradoras se organizam para conseguir o espaço físico, sendo todo o material da oficina cedido pela secretaria, assim como o pagamento de meio salário mínimo para a pessoa que vai dar o curso.

No período que estive em SAP realizando pesquisa de campo pude acompanhar três oficinas de artesanato oferecidas pela Secretaria e pelo CRAS. A primeira foi oficina de

crochê, no bairro José da Rosa, este que possui o maior número de beneficiárias atendidas pelo PBF, conforme demonstrado na tabela 5. Essa oficina tem a sua disposição duas salas cedidas pela área da saúde, numa delas ficam os materiais para serem utilizados nas oficinas e na outra se reúnem as mulheres do bairro para ter as oficinas. Em parte dessa construção localiza-se um pequeno posto de saúde do bairro onde uma enfermeira e uma auxiliar de enfermagem atendem os moradores deste bairro e de outros próximos, tendo a visita de um médico uma vez por semana. Nesse mesmo espaço tem uma sala de aula do ensino fundamental e em outro lado, separada por um alambrado, uma escola de educação infantil. O bairro José da Rosa fica cerca de 12 km de distância do centro de SAP, bairro este mais próximo Santo Bento do Sapucaí/MG e Campos do Jordão/SP do que a Santo Antonio do Pinhal. Para a professora de crochê chegar nesse bairro a secretária de desenvolvimento social a levou de carro e fui junto para conhecer a localidade, acompanhar a oficina e conversar com algumas beneficiárias. E essa é a dinâmica semanal, a secretária ou outra funcionária da secretaria ou do CRAS levam as professoras aos bairros, pois sem esta viabilização não seria possível realizar essas atividades nos bairros mais organizados, porém distantes.

A experiência de acompanhar esse processo de aprendizado encontrado na oficina foi enriquecedor. A proposta da oficina de crochê dada por Hilária no bairro José da Rosa é de que ao final todas pudessem juntar seus trabalhos numa grande colcha de crochê, representando todo o trabalho coletivo realizado pelas mesmas. Nesse ambiente, inicialmente as mulheres estavam muito caladas, aguardando os ensinamentos, porém com o passar das horas se sentiram a vontade em compartilhar tanto o conhecimento na técnica do crochê – algumas mulheres com maior idade já sabiam fazê-lo e compartilhavam com as mais novas – como os conhecimentos sobre educação dos filhos conversando sobre situações de enfermidades e como as tinham solucionado ou como fazem para

disciplinarem seus filhos. E a troca era realizada através de receitas de chá, de formas de conversa com os menores e ficou claro que o conhecimento naquele espaço estava sendo trocado através de uma questão geracional, onde as mulheres mais velhas compartilhavam com as mais novas. Cabe sinalizar também que algumas dessas mulheres ali presentes traziam consigo os filhos, era um grupo formado por 14 mulheres – 12 aprendizes de crochê, a professora e sua ajudante. Desse grupo 4 tinham levado seus filhos, pois não tinham com quem deixa-los para frequentarem a oficina.

Essas mulheres, conversavam, riam, aprendiam e compartilhavam os pontos e as melhores técnicas de crochê. No mesmo momento em que estavam tendo sua aula, na sala ao lado também ocorria uma aula de ensino fundamental, onde percebi certo desconforto, pois como essas mulheres conversavam e seus filhos brincavam, causava muito barulho e desconcentrava os alunos da sala ao lado. A secretária, que nos transportou até o bairro, tentou conversar com as mulheres sobre isso, para que elas evitassem levar seus filhos, pois o barulho atrapalhava aos estudantes e não adiantava estar ajudando elas e atrapalhando os estudos dos jovens, porém as mães presentes se manifestaram dizendo que só poderiam participar da oficina os levando e nesse momento grande parte das mulheres disse que ajudariam no cuidado dessas crianças ali presentes para que não atrapalhassem os “vizinhos”, e assim o fizeram no restante do dia.

Outro ponto que cabe destacar é que as mulheres mais jovens tinham mais desenvoltura para se comunicar e para perguntar suas dúvidas para a professora do que as que aparentavam mais idade. Das doze mulheres presentes sete eram beneficiárias, as outras cinco que se somaram ao grupo demonstravam traços de timidez e transpareciam estar ali numa tentativa de sociabilidade com as demais de seu bairro. Após a oficina, em conversa com a secretária a mesma relatou que duas delas se encontravam num processo de depressão e frequentavam a oficina como uma atividade para saírem de suas casas e

tentarem usar o tempo e a cabeça com outros afazeres diferentes da rotina vivenciada. Por ter sido apresentada pela gestora e ter chegado junto com ela, algumas mulheres ali me confundiram como parte da equipe do CRAS, vindo conversar e pedir ajuda para seus problemas os quais ouvi, deixando claro que não era eu quem poderia fazer algo por elas, porém poderia ajudar esclarecendo algumas confusões sobre o BF, como num caso em que a filha e mãe estavam na reunião e a filha tinha perdido o benefício por não ter atualizado o cadastro, e com pequenos esclarecimentos e ouvidos atentos recebi ternos abraços e sorrisos.

O segundo bairro que acompanhei o curso de artesanato foi Joaquim Alves. Esse por ser mais perto da região central da cidade me possibilitou ir sozinha, chegando à igreja onde aconteceria o curso de biscuit antes da gestora e da professora. Ao chegar, o clima era de riso e altas conversas, e algumas acharam que era eu quem seria a professora, pois ainda não a conheciam, o que me possibilitou falar sobre minha presença ali, que eu estava para conhecê-las e conversar com aquelas que se sentissem a vontade de me responder algumas perguntas sobre o Bolsa Família. Quando disse que estava ali por causa delas serem beneficiárias do programa algumas responderam “é nós mesmo”. Perguntei também se elas me autorizavam a fotografar o ambiente, e as reações foram de concordância com poses e risos, porém dizendo que estavam feias e mexiam nos cabelos para arrumá-los. Eram dez mulheres e também ali presentes cinco filhos, circulando, brincando, mexendo um pouco nas massinhas e principalmente a minha volta, eu que era ali a novidade e tinha uma máquina fotográfica. O espaço onde ocorre essa oficina é parte da igreja do bairro, aparentemente uma cozinha, pois tinham ali dois fogões e um fogão industrial, além de panelas, uma pia, uma mesa de madeira, algumas cadeiras e dois bancos de madeira ao redor da mesa. Nesse espaço uma grande janela dava pra visualizar um pedaço de terra finalizando o terreno da igreja.

Fiquei ali observando como essas mulheres conversavam, lidavam com as confusões de seus filhos, planejavam a construção de seus bonecos ou bonecas – pois a oficina de biscuit era justamente pra isso, para aprenderem a mexer com a massa de biscuit e obterem como resultado final uma representação de menino ou menina – em que poderiam escolher cor, forma, traços. Esse processo de construção das bonecas foi muito interessante, pois ali percebi algumas mulheres refletindo nas suas esculturas os desejos de roupas e corpos que pareciam desejar ter. Uma delas, visivelmente acima do peso, dizia que a sua seria uma ‘piriguete’⁵¹, outra dizia que sua boneca seria uma menininha *fashion*, outras falavam que suas bonecas teriam silicone já que não podiam ter.

Assim como no primeiro bairro que acompanhei, entrevistei as beneficiárias individualmente. Tomei o cuidado de não entrevista-las perto das outras beneficiárias justamente para uma resposta não interferir na resposta das demais. Realizei perguntas gerais, querendo saber se todas moravam no bairro ou próximas dali, e todas responderam positivamente. Também perguntei sobre o espaço que elas estavam ocupando, pra saber quem cuidava dali e uma delas, com mais idade, se assumiu como a responsável por abrir o espaço e mantê-lo em ordem após a oficina. De maneira geral, elas ainda compartilharam que além desse curso promovido pelo CRAS e secretaria, elas frequentam oficinas de tecelagem oferecidas pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, que fica localizada no mesmo bairro.

Nesse encontro o que também chamou minha atenção foi a história que a filha da professora veio contar. Disse que sua mãe passava por um processo de profunda depressão, sem estímulo algum para sair de casa e o fato de ser convidada para compartilhar seu conhecimento com outras mulheres a incentivou sair de casa, porém que ainda não o fazia sozinha daí o motivo de estar ali acompanhando sua mãe.

⁵¹ Gíria utilizada para se referir às mulheres atraentes e ousadas em suas formas de vidas e de vestimentas.

O último bairro que acompanhei foi Barreiro, onde a mesma professora que dá o crochê no José da Rosa dá o curso de pintura em pano de prato nesse bairro. Reunidas no espaço cedido pela igreja do bairro estavam três beneficiárias acompanhadas de quatro filhos: duas adolescentes e duas crianças. Todas pintavam menos o menino que era muito pequeno e ficou brincando com seu carrinho e de vez em quando olhava o que sua mãe pintava. O clima era de descontração e todas buscavam realizar o trabalho mais bonito, através das técnicas passadas pela professora. Nesse bairro uma das beneficiárias é a articuladora das atividades e mediadora em relação ao espaço utilizado, ficando responsável por abrir o espaço e por cuidar do mesmo quando há os cursos.

3.5 – As beneficiárias

No município de SAP foram entrevistadas vinte quatro beneficiárias do programa Bolsa Família e uma beneficiária do programa Renda Cidadã. Essas entrevistas ocorreram tanto nos espaços das Reuniões Sócio Educativas como nos espaços dos cursos de artesanato oferecidos pela SDS e pelo CRAS. As entrevistas ocorreram individualmente e utilizei um roteiro de questões abertas e fechadas preparadas a fim de guiar esses momentos junto com as beneficiárias. Busquei a informação se havia algum homem beneficiário na cidade e fui informada que havia somente um que era titular do cartão em SAP, porém o mesmo não permanecia nas Reuniões nem frequentava os cursos por serem estes espaços para mulheres e ele não se sentia à vontade.

Nos dois espaços que frequentei para me aproximar e realizar as entrevistas semi-estruturadas⁵², as beneficiárias foram escolhidas de forma aleatória, onde eu me

⁵² A verificação das hipóteses e objetivos apresentados foi efetuada através de entrevistas semi-estruturadas, como uma coleta de dados que combinam perguntas abertas e fechadas, possibilitando que o informante

apresentava, perguntava se as mesmas eram beneficiárias do programa e se poderiam responder algumas perguntas e conversar um pouco comigo, só depois da concordância é que iniciava as entrevistas. Cabe apontar que em uma das RSE que frequentei obtive muitas negativas, em que as beneficiárias que não quiseram ser entrevistadas por mim justificavam que não tinham o que dizer, que não sabiam falar direito ou que eram tímidas. Por outro lado, aquelas que concordaram em conversar comigo, mesmo com traços de timidez e com recursos de linguagem restritos, o fizeram sem desconfiança e todas permitiram que eu gravasse e as registrasse com gravador e fotografia. Todas permitiram também o uso de seus nomes, porém por se tratar de um município pequeno adotarei, ao utilizar as falas das beneficiárias, outra caracterização para identificá-las e não seus nomes verdadeiros, a fim de preservar suas identidades e que esse trabalho não traga nenhum tipo de consequência negativa para suas vidas. Portanto às mulheres que entrevistei darei nome de flores, afinal são elas as flores que conformam o jardim desse trabalho.

Cabe apontar também que tentei entrevistar alguns homens que estavam presentes na RSE, os mesmos não estavam dentro do salão onde ocorriam as reuniões, mas sim do lado de fora. Ao tentar conversar com alguns deles, os mesmos não me respondiam e demonstravam desinteresse em falar comigo, portanto entrevistei somente beneficiárias.

3.5.1 - O perfil das beneficiárias

Como parte da descrição de quem são essas mulheres beneficiárias do PBF que entrevistei cabe traçar um perfil geral das mesmas. Colocá-las em tabulação não significa

discorra sobre o tema favorecendo o diálogo de caráter mais informal, para a obtenção das informações pertinentes a pesquisa. Ver mais em: QUARESMA, S. J. BONI, V. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2 nº 1 (3), jan-jun/2005, Florianópolis, p. 68-80.

quantificá-las ou ter essa pretensão, mas sim facilitar a visualização de características básicas que as compõem. Nesse sentido, a seguir encontrarão faixa etária, escolaridade, situação civil e quantidade de filhos das beneficiárias entrevistadas de forma geral, que compõe as questões fechadas do roteiro de entrevista, porém num segundo momento pontuarei algumas tensões presentes em suas falas em relação ao PBF e suas vidas.

Das vinte e cinco mulheres que entrevistei grande parte tem idades entre 20 e 35 anos, ou seja, se encontram em idade produtiva e reprodutiva, conforme a tabela 6:

Tabela 7: Perfil etário das entrevistadas

Faixa de idade/anos	Número de beneficiárias
De 20 – 25	02
De 26 – 31	08
De 32 – 37	06
De 38 – 43	02
De 44 – 49	02
De 50 – 55	01
De 55 – 62	02
Não informado	02
Total	25

Fonte: pesquisa de campo realizada em SAP, março/2012.

Em relação à escolaridade dessas mulheres grande parte não chegou a completar o ensino fundamental, como podemos conferir na tabela 7:

Tabela 8: Escolaridade das entrevistadas

Nível de escolaridade	Número de beneficiárias
Ensino Fundamental incompleto	19
Ensino Médio incompleto	01
Ensino médio completo	01
Não informado	04
Total	25

Fonte: pesquisa de campo realizada em SAP, março/2012.

Em relação à situação civil, conforme a tabela 8 podemos conferir que grande parte das beneficiárias entrevistadas são casadas e com filhos, somando-se às mulheres solteiras – algumas viúvas – que também tem filhos.

Tabela 9: Situação civil das entrevistadas

Situação civil	Número de beneficiárias
Casadas com filhos	18
Solteiras com filhos	05
Solteiras sem filhos	02
Total	25

Fonte: pesquisa de campo realizada em SAP, março/2012.

Em relação aos filhos, podemos conferir na tabela 9 que a maioria das beneficiárias tem entre um e três filhos:

Tabela 10: Quantidade de filhos por número de beneficiárias

Quantidade de filhos	Número de beneficiárias
Com 01 filho	08*
Com 02 filhos	06
Com 03 filhos	06
Com 04 filhos	01
Com 06 filhos	02
Sem filhos	02
Total	25

Fonte: pesquisa de campo realizada em SAP, março/2012.

*Nesse caso, uma das beneficiárias recebe o benefício por seu neto, pois detém a guarda do mesmo, por isso incluí aqui.

Cabe assinalar que a idade dos filhos das beneficiárias é variada, entre quatro meses a vinte anos, mas concentram-se principalmente entre cinco e dez anos, como podemos visualizar na tabela 10:

Tabela 11: Idade dos filhos das beneficiárias

Faixa de idade	Número de filhos
De 4 meses a 4 anos	06
De 5 anos a 10 anos	22
De 11 a 15 anos	10
De 16 a 17 anos	02
Acima de 18 anos	01

Fonte: pesquisa de campo realizada em SAP, março/2012.

As beneficiárias que entrevistei moram em diversos bairros, contudo grande parte vive em zona rural. Somente as beneficiárias que vivem na zona central e no bairro Joaquim Alves é que representam a zona urbana nesse trabalho, ou seja, das vinte cinco entrevistadas dezoito vivem na área rural e sete localizam-se na área urbana de SAP.

Como forma geral, as maiores reclamações apontadas pelas beneficiárias, por viverem em área rural, é sobre a distância e as dificuldades enfrentadas para chegar à região central da cidade, assim como as dificuldades para conseguirem trabalho, pois as poucas oportunidades que surgem são na região central, mas como não existe uma rede de transporte público no município, a dificuldade em chegar nesses trabalhos acaba dependendo de pés firmes para longas caminhadas, da solidariedade dos vizinhos que tem carro e oferecem carona, ou mesmo pegar carona com o transporte escolar do município, que passa nos bairros em dois horários específicos – às sete da manhã e uma hora da tarde. E os tipos de trabalhos oferecidos às mesmas se restringem àqueles de domésticas ou diaristas, muitos temporários e sem periodicidade – os chamados “bicos”. Cabe apontar também que muitas das entrevistadas que são casadas não trabalham como consequência de terem filhos pequenos e de não ter com quem deixá-los. Nesta condição teriam que pagar outra pessoa para cuidar de seus filhos, o que não valeria a pena pela baixa remuneração que recebem, teriam que usar grande parte do salário para pagar uma cuidadora, portanto preferem não trabalhar, contando com o benefício e com os trabalhos de seus maridos – que também realizam trabalhos temporários e com baixa remuneração, sendo que muitos trabalham como pedreiros ou no campo colhendo verduras e legumes.

Na sequência tratarei cada tópico relacionado às questões do roteiro de entrevista que abordei com as beneficiárias e suas respostas, reações e o que compartilharam comigo.

3.5.2 – Educação

Como vimos na tabela 7 a maioria das beneficiárias entrevistadas possuem baixa escolaridade. Algumas relataram o motivo de não terem estudado mais, tendo como

principal justificativa a opinião de seus pais para que não tivessem concluído os estudos, como podemos conferir na fala de Dália ao ser questionada se estudou:

“Tive um ano e meio de escola só. Deu, pra assinar o nome, tirar documento. Não tive estudo porque meu pai não queria que eu estudasse. Ele falava que mulher não precisava de estudar e minha mãe não sabia lê, nem o nome dela ela assinava, e ela dizia ‘eu não sei, eu acho que é difícil e ela tem que estudar sim, pra ela aprender um pouquinho precisa’ então entrei na escola com 11 anos e aprendi um pouco daí logo minha mãe faleceu também e aí já tive que ajudar a cuidar do meu irmãozinho pequeno né, ficaram 3 pequenos.” (Dália, 62 anos).

Nesse caso encontramos duas questões que afligem muitas mulheres. A primeira é a imposição da figura paterna sobre o que é certo e o que não é para suas filhas mulheres. A segunda questão é sobre o cuidado, a alternativa dessa beneficiária foi somente uma, sair da escola para cuidar dos irmãos menores, sem que a mesma pudesse continuar seus estudos reafirmando sua condição tida como natural de mulher-mãe, logo cuidadora.

No mesmo sentido, encontramos na fala de Violeta, 39 anos, a mesma restrição paterna para a continuidade em seus estudos: “Estudei só até a sexta série, passei da sexta série meu pai não me deixou estudar, porque foi pra noite e eu não estudei mais”. Quando ela me respondeu a questioneei porque ele não a deixou continuar seus estudos a noite e ela me disse:

“É porque assim, meu pai achava assim que a gente, estudar era aquelas pessoas que se drogava, prostituta, isso aquilo e o outro e achava que a gente ia tá em mal companhia. Aí o que ele fez pra gente na época, ele deu uma máquina de tecer aí eu comecei a tecer em casa.” (Violeta, 39 anos).

Esta fala nos permite refletir a cerca dos conceitos que estão circunscritos nos meandros do espaço público e privado, considerando que além de mulheres e homens estarem localizados nesta dicotomia de papéis, estes também podem ser relacionados com a “cidade diurna e privada, que permite a circulação de mulheres quando estão fora do ambiente privado do lar e a cidade noturna”, esta que não permite a livre circulação de mulheres por ser entendido como um espaço público, logo masculino ou das mulheres mencionadas por Violeta e como descreve Perrot “ [...] mulher pública constitui a

vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria. [...]”(PERROT, 1998, p.04)⁵³. Este discurso internalizado socialmente delimita o espaço de circulação e acesso das mulheres a educação, por exemplo, como pudemos ver a cima.

Outro ponto que surgiu nas falas das beneficiárias é o sentimento refletido em seus filhos, como no caso de Mimosa, 40 anos, em que diz se sentir orgulhosa de sua filha estar estudando mais do que pode: “eu fiz a terceira série, passei pra quarta série aí eu saí, mas tenho um orgulho que minha filha tá na oitava”. E também a vontade de voltar a estudar, como compartilhou Gérbera, 32 anos, quando questionada sobre seus estudos: “Estudei até a quinta série, tenho vontade de terminar meus estudos, pra gente ter um futuro melhor pros filhos né”.

Podemos então perceber algumas tensões que permeiam a vida dessas mulheres e as dificuldades que encontraram para continuar seus estudos, principalmente a tensão intrafamiliar, onde o poder da opinião paterna em relação aos seus futuros foi decisivo para não conseguirem estudar mais anos. O sentido de educar mulheres, ainda mais numa cidade de características rurais como SAP, ficou em segundo plano para essas mulheres, onde as necessidades de cuidar da casa, da terra, da roça eram mais importantes para a vida familiar do que seus estudos.

3.5.3 - Trabalho

A questão do trabalho é central quando tratamos do PBF. É a falta dele, segundo os institutos de pesquisa, que intensifica a pobreza, pois os sujeitos que não tem formação educacional e qualificação técnica ficam fora do mercado formal, não conseguindo ter um

⁵³ PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

rendimento fixo para a manutenção das necessidades familiares. Não quer dizer que os pobres não trabalham, mas estão submetidos às regras do empregador, tanto em relação ao salário como às condições do próprio trabalho exercido.

Nas entrevistas realizadas com as beneficiárias encontramos muitas que não estão trabalhando, algumas por não ter com quem deixar os filhos, como podemos perceber na fala de Acácia, 31 anos e seis filhos:

“eu tava trabalhando, mas só que aí é muito longe eu tinha que leva ele [o filho] e agora eu não tô mais. É que nem, se a gente for pagar pra uma pessoa pra olhar a pessoa cobra muito caro né, e o que você ganha também dependendo do serviço que você arrumar não compensa pagar né. Aí eu vou o que, eu vou sair da minha casa trabalhar né pra ganhar mas aí eu vou ficar mais cansada do que tava em casa, porque aí eu vou trabalhar em vez de comprar as coisas pra eles, poder dar coisa melhor pra eles vou ter que tá pagando pra uma pessoa olhar o neném né.”

Já na fala de Açucena, 26 anos, quando perguntei se estava trabalhando justificou como motivo de não estar o fato de ter que cuidar dos filhos: “Não, por enquanto não tem como fazer nada com essa criançada”. Outras dizem que gostariam de trabalhar, mas a distância de seus bairros para o centro da cidade, onde tem mais oportunidade de trabalho, é grande, o que dificulta conseguir um trabalho mais regular, como disse Orquídea, 26 anos: “No momento não, aqui na cidade até que tem serviço, só que é ruim a condução de lá até aqui, então é meio difícil né. Agora pra lá é difícil a gente arrumar serviço”.

Na resposta de muitas entrevistadas que são casadas e não trabalham o rendimento da família é composto pelo benefício do programa e pelo trabalho de seus maridos, sendo que estes encontram ocupações informais, principalmente como pedreiros e na colheita no campo, como a fala de Girassol, 28 anos: “o meu marido ele não é registrado, trabalha por dia que ele é pedreiro”.

As beneficiárias que trabalham declaram trabalhar fazendo ‘bicos’ como faxineiras ou diaristas, conforme compartilhou Zínia, 26 anos: “eu faço alguns bicos, eu sou diarista, então eu faço algumas diárias, duas vezes por semana só”. No mesmo sentido Camélia, 30

anos disse, quando perguntei se trabalhava: “De vez em quando a gente faz uns bico”. Gérbera, 32 anos também afirma que “De vez em quando eu faço bico de faxina”.

Uma das mulheres que entrevistei sua história chamou muita atenção, pois a mesma e seu marido não tem casa própria, vivendo numa casa cedida por um dono de pousada, que em troca da moradia ela e o marido trabalham realizando a limpeza dos chalés e da pousada, mas não tem qualquer tipo de remuneração para isso. Magnólia, 45 anos compartilhou: “a gente tem que limpar os chalés pra ele em troco da casa né, é assim que a gente vive, não tenho emprego, meu marido também não”, completei perguntando se eles recebiam algum tipo de pagamento e sua resposta: “paga não, não tem nada, que a gente ainda trabalha no Rio Preto pra faze bico sabe”.

As beneficiárias que afirmaram estarem trabalhando, tem seus trabalhos com faxina, como diaristas ou trabalham em suas casas, com atividades de tecelagem. Begônia, 34 anos que mora na região urbana da cidade compartilhou: “Tem uma faxina que eu faço toda semana, quinta e sexta”. Já Violeta, 39 anos, compartilhou: “Ah, eu trabalho em casa, eu teço né, compro a lã uma coisa assim e vou tecendo.” Gardênia, 36 anos, ao ser perguntada se trabalha respondeu: “as vezes eu assim, porque eu teço então quando sobra um dinheiro que dá assim, quando aumenta um pouquinho, aí eu compro lã e vô tecendo porque daí a gente vende na temporada aí é um dinheiro que ajuda né”.

Uma das beneficiárias que entrevistei conseguiu trabalho através do programa emergencial de auxílio ao desemprego, que é um programa municipal e de responsabilidade da SDS que disponibiliza 25 bolsas para as pessoas moradoras da cidade que não tem trabalho há mais de 12 meses. Jasmim, 57 anos e solteira, trabalha junto às “Margaridas”, nome dado às mulheres que, incorporadas nessa frente de trabalho, realizam a limpeza das áreas centrais da cidade. Quando perguntei sobre o trabalho ela disse: “Ultimamente eu estava passando por dificuldade e desempregada, porque todo emprego que aparecia era

longe, muito difícil de chegar e não tinha condições né da gente ir a pé até muito longe, então aí apareceu a frente de trabalho.”

Entre as beneficiárias que entrevistei todas tinham intenção de estarem inseridas em algum tipo de trabalho, porém a distância de onde vivem dos locais onde há oferta de serviço e o cuidado com os filhos pequenos se mostraram como principais adversidades para trabalharem. Não demonstraram a exigência de conseguirem um trabalho fixo, aceitando qualquer tipo de ocupação, porém em relação aos seus maridos, para aquelas casadas, demonstraram a vontade de que os mesmos conseguissem trabalho registrado em carteira, para que pudessem assim ter mais tranquilidade na vida e até deixarem de fazer parte do PBF.

3.5.4 – Primeiro contato com o PBF

Ao entrevistar as beneficiárias do PBF perguntei sobre o tempo em que participam do programa, conforme consta na tabela 11:

Tabela 12: Tempo em que participa do PBF

Tempo	Número de beneficiárias
De 6 meses a 2 anos	10
De 3 a 5 anos	09
De 6 a 8 anos	05
Total	24*

Fonte: pesquisa de campo realizada em SAP, março/2012.

*Das 25 entrevistadas, uma é beneficiária do Renda Cidadã, por isso não está incluído aqui seu tempo de participação.

Perguntei também sobre a maneira em que ficaram sabendo da existência do PBF e as respostas foram diversas. Violeta, 39 anos, disse: “eu vi pela televisão, aí eu acabei fazendo o cadastro, ainda demorou um tempo aí depois é que eu comecei a receber”, Açucena, 26 anos, também afirmou que seu primeiro contato foi através da televisão. Camélia, 30 anos, também respondeu nessa direção: “É pela televisão né, daí outras pessoas falaram né, na escola também, eles falaram e foi onde que eu fiquei sabendo”.

Já Girassol, 28 anos, disse que foi através do posto de saúde: “Aqui no postinho, que eles estavam né, tinha pessoas que já estavam saindo do programa e tinha vaga daí a gente pegou e foi lá”. Papoila, 34 anos, também compartilhou que foi através do posto de saúde: “Eu fiquei sabendo por que eu fui mãe solteira daí a Ana que é agente de saúde ela me arrumou”. Outras beneficiárias afirmaram que foi através da secretaria de desenvolvimento social, como compartilhou Lavanda, 22 anos: “Através da assistente social que foi visitar minha casa”. Jasmim, 57 anos, compartilhou que foi buscar a assistência, conforme seu relato:

“Eu fiquei sabendo assim porque eu tava atravessando uma fase muito difícil aí na assistência né, aí eles fizeram várias perguntas pra mim, eu não sabia que tinha isso aí. Fizeram várias perguntas e pelas perguntas que eles fizeram se eu recebia Bolsa Família aí eu fiquei pensando, pensei, pensei, falei ué, acho que eu tenho direito, voltei perguntei daí que eu consegui.” (Jasmim, 57 anos).

Além da televisão, da divulgação nas escolas, da busca ativa das assistentes sociais e da participação das agentes de saúde como disseminadoras da existência do PBF, algumas afirmaram que ficaram sabendo do programa através de suas redes de sociabilidade, como a família, vizinhos e amigas. Bonina, 33 anos, compartilhou: “as minhas vizinhas já recebiam e eu fui lá no CRAS, fiz o cadastro quando eu tava esperando a minha filha. Depois quando ela tinha seis anos é que veio pra mim.” Acácia, 31 anos, compartilhou: “Então através da minha amiga que tá ali dentro. Ela falou pra mim aí eu fiz o cadastro aí eu recebo”. Hortênsia, 30 anos, disse: “Por causa da minha mãe, ela pegava né”.

Como pudemos ver, foram várias as portas de entrada dessas mulheres no PBF. A televisão, as funcionárias públicas, os espaços que frequentam, as amigas, a família e as vizinhas. É importante destacar que foram criados mecanismos no município para divulgar o programa e para que essas mulheres fossem procurar a assistência social para realizarem seus cadastros. Outro ponto que chamou minha atenção foi em relação à fala de Papoila, 34 anos, em que afirma que foi a agente de saúde que arrumou pra ela o benefício, quando

sabemos que o benefício não é arrumado e sim garantido a um número de famílias que tem seus cadastros condizentes com as formas de pobreza, podendo inferir sobre a confusão e a falta de entendimento dessas beneficiárias em relação aos direitos que tem. A ideia de que alguém arrumou o benefício dá a impressão de ajuda, de um benefício mediado, onde podemos perceber traços do assistencialismo como caridade, e não de direitos assegurados por estarem na condição de pobres.

3.5.5 - Primeira reação ao PBF

Outra preocupação, também relevante, que busquei ao entrevistar as beneficiárias do PBF foi saber qual foi o sentimento elas tiveram ao receber a primeira vez o benefício em seus nomes. Parte das entrevistadas não compreendeu a pergunta, porém quando as estimulei elencando alguns possíveis sentimentos e sensações que elas poderiam ter sentido, as respostas foram diretas, sendo que algumas repetiram o que eu tinha qualificado como sentimento.

Já grande parte das entrevistadas tinham em sua resposta firmeza sobre os sentimentos gerados a partir do PBF, como compartilhou Jasmim, 57 anos:

“Ah eu senti, me senti aliviada! Porque no sufoco que a gente tá, nossa, a gente agradece muito a Deus por ter conseguido isso aí, isso aí parece um sonho né que a gente lutou e conseguiu né”.

Girassol, 28 anos, quando perguntada se teve algum sentimento quando recebeu o cartão no seu nome disse:

“ah tem né, diferente, porque você fala poxa, é uma coisa que eu batalhei e agora eu tenho entendeu, principalmente em relação às crianças, porque você fala, nossa agora eu sei que tá no meu nome e toda vez que eu for lá vai tá lá, então é uma garantia.” (Girassol, 28 anos).

Violeta, 39 anos, compartilhou seu sentimento nesse mesmo sentido: “Ai, assim, eu senti uma alegria, falei: ‘nossa ganhei!’”. Fiquei super contente mesmo”. Mimosa, 40 anos, foi mais além em sua resposta:

“Eu até uns 38 anos aí eu vivia pros outros, então aquilo era uma emoção, um dinheiro meu porque há 35 anos eu não sabia o que era um dinheiro meu mesmo, suor meu né, e daí aquilo ali era meu que eu podia comprar as coisas, que eu podia comer, chegar num bar comer uma coisa, que era meu, não era dos outros sabe.”

Essas falas me chamaram atenção, pois essas mulheres acreditam que receber o benefício é fruto de sua luta pessoal e que receber o dinheiro é sinônimo de uma vitória, uma conquista pessoal. Mimosa vai mais além, compartilhando a importância de receber um dinheiro próprio, que a possibilitou acessar produtos que desejava e que não tinha dinheiro para ter.

Outras entrevistadas compartilharam a importância do benefício como primeira experiência com o formato de dinheiro em cartão, como disse Acácia, 31 anos: “É legal né porque eu não tenho assim cartão essas coisa assim né, ah eu achei legal”. Nesse mesmo sentido Bonina, 33 anos contou sua experiência ao ir ao banco:

“Ai, fiquei contente [risos], até porque a gente pega aqui [o dinheiro], mas pega o cartão em Campos no banco e, pra você vê, a gente mora na roça mesmo, eu coloquei, fui eu e minha mãe, coloquei o cartão lá no caixa eletrônico e a mulher que tava lá que ensinou tudo, aí eu tava saindo e a mãe falou: ‘você não vai levar o dinheiro embora?’, eu tava esquecendo o dinheiro no caixa! [risos]”.

Algumas das entrevistadas relacionaram seu sentimento com as necessidades da família e com a possibilidade de comprar coisas que poderiam ajudar em casa, conforme as falas a seguir: “Era um dinheiro que veio numa boa hora pra gente, pra mim e pra minha família.” (Gardênia, 36 anos).

“Ah, nossa, bom né, muito né porque as crianças pedem uma fruta e tem dinheiro pra comprar, pede uma mistura, mas não é toda semana que tem dinheiro pras mistura, um sapato, uma roupa.” (Gérbera, 32 anos).

“Ai, eu senti, nossa agora vou poder tipo ajudar a mãe em casa, né, a mãe o pai, porque o pai bebia muito, hoje graças a Deus ele paro. Eu me senti muito contente porque eu preciso, senti, nossa, eu fiquei feliz, tô feliz porque agora eu vou ter o meu dinheiro pra comprar as coisas pra minha filha.” (Orquídea, 26 anos).

Por fim, outras entrevistadas descreveram suas sensações e sentimentos, como Açucena, 26 anos, que disse: “Ah, fiquei feliz”. Amarílis, 28 anos, compartilhou: “Ah, fiquei muito alegre, muito alegre, né, porque é difícil né”. Hortênsia, 30 anos, disse: “Ah, acho que alegria né, senti muita felicidade”. Papoila, 34 anos, disse: “Eu me senti valorizada né”. Já Lavanda, 22 anos compartilhou:

“O que eu senti? Que era de verdade mesmo, porque eu não acreditava muito não, porque demorou pra me chama mais de ano, mais de ano aí quando eu cheguei tinha dois ou três meses atrasados lá guardados também. Foi bom!”

Como pudemos visualizar a partir das falas das entrevistadas, os sentimentos relacionados com a experiência de ter em suas mãos o benefício do PBF são diversos, porém podemos identificar que a relação entre o dinheiro e um possível alívio em suas condições de vida é evidente. Tanto para aquelas que nunca tiveram um dinheiro próprio, para aquelas que esperaram mais de ano para receber o benefício, para aquelas que se sentiram felizes e aliviadas. Esses sentimentos possivelmente correspondem ao acesso ao dinheiro que, fundamentalmente, possibilita novos acessos de consumo e a possibilidade de proporcionar e satisfazer desejos de consumo dos filhos e delas mesmas.

3.5.6 – Sobre as condicionalidades

Outro eixo central nesse trabalho para analisar a relação das beneficiárias com o PBF foi questioná-las se elas tinham alguma condicionalidade para cumprir, o que nomeei nas perguntas como ‘obrigações’, a fim de saber se elas conhecem as responsabilidades que

tem em relação ao programa e se essas responsabilidades são compartilhadas com seus maridos, entre aquelas que são casadas.

Sobre as condicionalidades, algumas beneficiárias desconhecem as obrigatoriedades em relação ao acompanhamento da saúde e educação dos filhos, como disse Lavanda de 22 anos: “Obrigação, acho que não. Só ter o filho mesmo [risos]”. Outras quatro beneficiárias responderam prontamente que não, não tem que fazer nada para receber o benefício.

Por outro lado, algumas reconhecem que tem obrigações a cumprir, mas essas obrigações se restringem em ir às reuniões e nos cursos ofertados pela secretaria. Mimososa, 40 anos compartilhou: “Não, nunca me puseram nada, agora que colocaram o artesanato lá [no bairro em que mora], que é pra nós participar, pra nós ir na reunião, assim que elas falam pra nós”. Papoila de 34 anos responde no mesmo sentido: “Ah, eu tenho a obrigação de vir até aqui né [na reunião sócio educativa]”. Magnólia de 45 anos também afirma: “A única obrigação que eu faço aqui é, eles pedem pra mim participar da reunião, né por causa da lonjura que eu moro, eu não sei fazer nada, sinceramente.”. Dália de 62 anos completa afirmando que: “A gente tem que ir na reunião, se faltar 3 corta, então é obrigação. É obrigado a gente ir na reunião né então a gente faz força de ir né”. Begônia de 34 anos também afirma: “Obrigação, a gente faz o curso, mas é porque a gente gosta”.

Através dessas falas podemos perceber que a obrigatoriedade em frequentar as reuniões, condição esta que partiu das gestoras do programa no município, são encaradas como uma obrigação geral do programa. Esta obrigação é enfatizada nas reuniões que acompanhei através das falas das gestoras, onde uma delas chamou atenção para a quantidade de ausências naquele dia e a possibilidade de penalidade, como até a exclusão do programa, se as beneficiárias deixarem de ir às reuniões.

As obrigações em relação à saúde e à educação são claras para grande parte das entrevistadas que tem filhos pequenos. Girassol de 28 anos compartilhou:

“Temos que pesar as crianças, a gente pega o leite e Bolsa Família e a gente tem esse curso que a gente faz aqui no centro rural né, que é o crochê, o ano passado era galinhinha, essas coisas a gente tem que fazer pra poder provar que a gente tá indo”.

Outra entrevistada compartilhou sobre suas responsabilidades:

“Ah, tem as normas né, que eles falam né, sempre participar das reunião né, levar as criança pra pesar, vacinação em dia, médico né sempre acompanhando.”(Zínia, 26 anos).

Petúnia de 32 anos respondeu sobre ter obrigações a cumprir: “Manter meus filhos na escola, médico, tudo isso, tenho que vir pras reunião, fazer os cadastros lá”. No mesmo sentido Bonina de 33 anos afirma:

“as criança num pode ter muita falta na escola, quando tem reunião tem que tá participando na reunião, pesa as crianças no posto da comunidade tem que tá levando pra pesa, esses curso que tá tendo num é, o curso em si num é obrigatório, mas é bom tá participando, porque se tá recebendo, se num tá trabalhando fora tira um minuto na segunda ou na terça o dia que for da semana e vai participar né.”

Gérbera de 32 anos afirma ainda que não considera obrigação o que tem que cumprir e sim:

“Ah, obrigada não, a gente faz porque a gente gosta também né, a gente leva as crianças pra pesar, pega o leite, participa dos cursos que tem, eu acho que não é uma obrigação é um direito, a gente tem que ter um limite também, agradecer o programa e a ajuda que eles dão pra gente.”

Como podemos perceber há certa confusão entre as beneficiárias do que é ou não obrigação do PBF. Nesse caso, a forma em que a comunicação é feita pelas gestoras para as beneficiárias parece ser decisiva para as entrevistadas saberem o que tem ou não tem que fazer. Numa das reuniões que presenciei a secretária de desenvolvimento social frisava a obrigação e a importância de participarem das reuniões e para que as presentes avisassem as vizinhas do bairro que não estavam ali.

Sobre a divisão das responsabilidades do PBF entra as beneficiárias e seus maridos, todas as entrevistadas casadas afirmaram não dividir nenhuma dessas responsabilidades com eles, porém no município há uma rede de transporte escolar que transporta as crianças de todos os bairros para a escola, o que facilita na utilização do tempo dessas mulheres,

pois grande parte dos bairros rurais são distantes, nesse sentido ter o sistema de transporte escolar diminui a responsabilidade dessas mulheres em relação a levar os filhos para a escola, mas quando tem reunião escolar são as mães quem vão. Agora em relação ao acompanhamento da saúde dos filhos, nesse ponto são as mulheres quem realizam.

3.5.7 – Sobre o dinheiro, seus usos e significados

Ao entrevistar as beneficiárias e questioná-las sobre o que realizam com o dinheiro que recebem a partir do PBF todas, com exceção das duas que não são mães, afirmaram usá-lo com os filhos. Foi resposta imediata o uso do dinheiro com as crianças, porém quando indaguei se realizavam gastos com elas, poucas afirmaram que também usam o dinheiro para si. Como realizei as entrevistas no período de início do ano letivo, grande parte respondeu que naquele momento estavam usando o dinheiro para comprar material escolar e os uniformes que a prefeitura exige que seus filhos usem. Prímula compartilhou: “Compro as coisa pra eles, igual tipo, o começo do ano foi material né que os três estão na escola, então material, mochila”. Na sequência a questionei o que ela fazia no resto do ano com o dinheiro, então ela disse: “As vezes eu compro comida, compro as coisas pra eles assim, coisas dessas assim, de criança”. Zínia, 26 anos, também indicou o uso do dinheiro para os filhos: “Eu compro as coisas pros meus filhos, material escolar, roupa, fruta, alimentação deles né, eu uso o dinheiro com eles”. Bonina de 33 anos também afirmou o gasto do dinheiro com os filhos:

“Então eu compro as coisas pras menina né, que nem agora mesmo tem que comprar camiseta do uniforme, foi comprado com o dinheiro do Bolsa Família, as vezes o material que precisa na escola, as vezes um par de sapato, ajuda bem.”

Completei perguntando à Bonina se ela não gastava o dinheiro com ela também, no que me respondeu:

“Pra mim quando sobra até a gente compra uma coisinha assim, eu fiquei muito contente quando recebi porque eu num trabalho fora, só fico em casa tomando conta da casa e esse dinheiro ajudou muito.”

Gérbera de 32 anos respondeu que usa o dinheiro do programa com os filhos e com a alimentação:

“Ah, pra comprar roupa, sapato pras criança né, alimentos que falta em casa né, porque meu marido assim, ele faz bico, tem vezes que pega serviço bom né de seis, sete meses de serviço direto, tem mês que é bico, aí o dinheiro que a gente pega ajuda em casa também.”

Camélia de 30 anos informou que o dinheiro é do filho, conforme sua fala:

“É do meu filho né, pra ele comprar as coisinhas, comprar material né, que as vezes, que nem é ginásio agora né, precisa comprar um caderno, é pra ele comprar as coisinhas dele lá que precisa na escola né, porque mesmo assim nem dá.”

Íris de 45 anos compartilhou também:

“Olha, quando não pediram pra comprar material da escola eu tenho uma lojinha que eu faço compra lá e eu pego sapato, eu pego roupa pra eles, então quando não tenho nenhum material pra comprar eu vou lá e pago uma parcela e pego mais o que eles precisa.”

As falas acima auxiliam na compreensão de que as entrevistadas informam utilizar o dinheiro do programa para comprar itens da necessidade dos filhos e filhas. O gasto com a escola, com roupas e sapatos, com a alimentação da família, enfim, a distribuição do dinheiro do programa segundo as falas das beneficiárias entrevistadas são revertidos para as crianças e para a casa.

Na pesquisa de campo outras respostas surgiram, como é o caso de Mimosa de 40 anos, em que compartilhou o uso do dinheiro com a filha e com ela mesma:

“Então quando precisa pra comprar material pra escola as vezes, a senhora sabe né mocinha não pega tudo o que o governo dá né, sempre quer mais, aí a gente compra sapato, compra roupa e o que sobra, porque não é todo mês que tem que comprar também material pra escola né, aí a gente compra as coisas pra comer, compra carne, compra comida, essas coisas assim, e quando num dá vontade de comer nada eu pego guardo ele pra uma necessidade, que as vezes vai no médico e os médicos passam lá um remedinho que num tem no posto, daí a gente tem que comprar, aí eu vou lá e compro com esse dinheirinho.”

Na sequência perguntei se ela não comprava nada pra ela, no que ela respondeu:

“Então, a gente assim, nós semo muito amiga eu e ela, a gente é mãe e filha nós semo muito amiga, dois meses compra as coisas pra ela, dois meses compra as coisas pra mim. O que num precisa comprar nem pra ela nem pra mim aí a gente pede uma ajudinha do meu irmão aí a gente compra fruta pra comer durante o mês, aí a gente vai juntando com o dinheiro que eu ganho da roça, dos bico que eu faço, a gente encomenda as coisa que a gente quer do Ceasa, juntando esse dinheirinho dá pra sobreviver sim, graças a Deus.”

Nesse mesmo sentido de uso do dinheiro para si e não somente com os filhos, outras entrevistadas, timidamente, responderam que às vezes compram algo para si, como é o caso de Tulipa quando perguntei se não sobrava um pouco de dinheiro para comprar alguma coisa pra ela mesma: “Ah [risos], assim o pouco que eu vejo que dá né eu compro pra mim”. Prímula também sinaliza que usa pra si, mas titubeando: “Não, as vezes, tipo assim, mas é mais pra eles”.

Violeta de 39 anos deixa claro em sua fala que usa o dinheiro com os filhos, informando ainda, quando a questionei se não gastava com ela também: “Então eu até estava falando pras meninas, pra esses tempos a gente só pensa nos filhos num é? Aquele negócio é mãe, mãe fica sempre lá em segundo plano”. Na sequência Violeta compartilhou que com o dinheiro que recebe do programa tinha terminado de pagar as prestações de um computador que a filha queria, conforme suas palavras:

“a minha menina, ela quis sempre foi é um computador e eu com esse dinheiro, que nem hoje eu fui pagar a última parte, consegui pagar ‘eu não acredito que consegui um negócio desses!’ Ai você vai pagando sabe assim, até falei assim ‘ai Alê isso num é errado?’, não porque assim eu com esse dinheiro acabo dedicando as criança mesmo, até final de semana agora eu fui em Taubaté buscar roupa e sapato, abri um crediário lá na loja e compro as coisas pras crianças.”

Algumas entrevistadas afirmaram ainda que com o dinheiro que recebem conseguem também pagar as contas de casa, como no caso de Petúnia, 32 anos: “o dinheiro que a gente recebe dá pra pagar uma conta de água, a luz e comprar umas coisas pros meninos”. No mesmo sentido Margarida de 54 anos compartilhou que utiliza o dinheiro com as contas de casa: “pago a conta de luz, hoje mesmo nem recebi o dinheiro e ficou

tudo ali”. E Jasmim de 57 anos completou nessa direção: “Eu pago as contas, luz, água, imposto, se preciso de algum remédio e tem que comprar né, e a cesta básica também né, o que não vai na cesta básica a gente tem que comprar”.

Somado ao questionamento sobre o uso do dinheiro, indaguei ainda se consideravam o que recebiam o suficiente para suas famílias. Grande parte afirmou que considera pouco o dinheiro que recebem, mas que mesmo considerando pouco o dinheiro que recebem elas relataram que ele ajuda, como disse Amarílis de 28 anos: “Ah, se pudesse aumentar é bom né,[risos], mas tá ajudando bastante né”. Petúnia de 32 anos complementa: “Não [é suficiente], mas ajuda bastante, pra quem não tem um emprego fixo, pra quem não tem nada, pra melhorar teria que ser mais, mas pra quem já tem e recebe ajuda muito”. Açucena de 26 anos também relata: “Suficiente, suficiente não é, mas dá pra ajudar”.

Nessa direção Zínia de 26 anos compartilha:

“Eu acho que é pouco, na minha opinião, mas é uma coisa boa né, que ajuda bastante né, mas é pouco porque criança tem bastante gasto no meu caso, então eu acho que é um dinheiro bom mas lógico se melhorasse seria melhor ainda.”

Dália de 62 anos em sua fala aponta que considera baixo o valor por criança: “Ah, 32 reais é muito pouco né. Ah, eu acho, que pra criança é muito pouco, porque criança gasta, eles gostam muito dessas coisas, de chocolate e chocolate é caro”.

Outra entrevistada comentou se achava suficiente o benefício:

“Bom, suficiente num é porque eu digo assim, porque precisa um bom salário pra ter as coisas, mas ajuda muito, esse dinheirinho a gente fala que é dela né, porque é só eu e ela, é pra servir a nós, dá muito pra eu e ela passear, pra gente comer o que a gente gosta, tipo assim, as vezes a gente vem pra cidade passa num bar e vê um frango assado, eu num tenho dinheiro pra comprar e esse dinheirinho é guardado pra esse dia, depois que tira o remédio, depois que tira a veste, o pouquinho que sobra.”(Mimosa, 40 anos).

Por outro lado algumas entrevistadas afirmam que consideram suficiente o dinheiro que recebem, como é o caso de Violeta, 39 anos: “Ah, 96 reais pra mim tá ótimo, tá sim, não tenho o que reclamar não”. Papoila de 34 anos e Gardênia de 36 anos responderam na mesma direção, afirmando que consideram suficiente o valor que recebem.

Ainda sobre o dinheiro e seu significado para as beneficiárias, algumas delas compartilharam a importância da regularidade de uma renda para o planejamento dos gastos com a família, compartilharam também que muitas das mudanças que percebem em suas vidas estão relacionadas com a entrada desse benefício e com o aumento do poder de compra. Como é o caso da beneficiária que comprou um computador, que conseguiu se planejar e realizar o desejo de sua filha. Ao perguntar se alguma coisa tinha mudado em suas casas depois que começaram a receber o PBF muitas responderam que a alimentação mudou, como relatou Gardênia de 36 anos: “Ah, mudou assim na alimentação né, porque daí a gente tem dinheiro a mais a gente compra mais as coisas”. Nessa direção Beladona de 25 anos afirmou: “Ah, mudou pra melhor, dá pra comprar mais coisa”. Tulipa também compartilhou que com o benefício pode realizar mais compras: “Ai eu quase num comprava, era difícil eu comprar as coisas pras criança agora não, agora eu posso comprar”.

Em relação à possibilidade de planejamento ou mesmo em relação à certeza de uma renda fixa, Violeta de 39 anos disse: “Ah assim, o que mudou em casa é que daí a gente conta com aquele dinheiro né, que é um dinheiro a mais pra gente comer”. Prímula também compartilhou: “Ah, sei lá, você sabe que todo mês tem esse dinheiro né, então, você conta com o dinheiro pra comprar alguma coisa”.

Girassol de 28 anos apontou em sua fala sobre a cobrança e a responsabilidade que tem em ofertar as coisas que o marido quer:

“Ah mudou, porque às vezes como o meu marido ele não é registrado, trabalha por dia que ele é pedreiro, então geralmente ele pedia as coisas e não tinha. Tinha, mas quando no meu limite, agora não, agora eu sei que posso comprar que eu sei que vai ter, então mudou bastante, eu posso agora dar garantia pra ele que né eu tenho aquilo né. Realmente ajudou bastante, porque agora eu sei, tipo se ele quer alguma coisa eu sei que naquele tal dia eu posso ir lá que tá lá garantido, então eu conto bastante com esse dinheiro.”

Gérbera de 32 anos sinalizou sobre a certeza da renda:

“Ah mudou né, porque é um dinheiro que você sabe que todo mês tem aquele dinheiro né. É uma certeza, vai que o outro não entra, esse você tem certeza que você pode comprar uma fruta e pagar no final do mês, que lá tem o dinheiro pra pagar.”

Outras duas entrevistadas sinalizaram outras mudanças através do benefício. Bonina, 33 anos, compartilhou em sua fala um pouco da mudança que ocorreu na sua casa em relação ao marido, em que ela não tem mais que pedir dinheiro pra ele pra realizar os gastos com os filhos. Apontou ainda sobre o que ela tem percebido em outras casas, com outras beneficiárias:

“Mudou, é tão ruim a gente depender de marido [risos]. Tudo a gente pedia né, então tendo a gente já não precisa. ‘Ah preciso pra comprar um caderno, ah preciso comprar um sapato’ então hoje em dia tendo aquele dinheiro não preciso ficar lá pedindo. Tem muitas mulheres que não trabalham fora, as vezes o marido não deixa ou num pode porque tem o filho que é pequeno também. Acontece na maioria das famílias ficar pedindo dinheiro pro marido que não gosta, então é uma grande ajuda. Se fala ‘ah que é pouco’, pode até ser pouco mas que ajuda bem, ajuda sim, acho que todas famílias que recebe já tem aquela confiança naquele dia que tá lá retirando dinheiro, as vezes tá faltando um arroz um feijão, até mesmo uma mistura, uma fruta e já sabe que todo mês pode contar com aquela quantia pra tá fazendo alguma coisa, pra ela mesma, pras criança né.”

Já Mimosa de 40 anos compartilhou, ao ser questionada se havia mudado alguma coisa na sua casa, que a mudança ocorreu nela mesma a partir do benefício:

“Eu era triste, eu era briguenta, agora eu num incomodo muito com as coisas, eu saio junto com a menina e converso com todo mundo. Eu saía de casa com a cabeça baixa, num conversava com ninguém, importava só cuidando da minha vida, hoje não, hoje eu paro, converso, acredito que mudou sim.”

A partir dos diversos relatos compartilhados podemos perceber as dimensões do dinheiro que entra nessas famílias a partir do PBF. A transferência direta de renda para as famílias proporciona sua autonomia para escolher com o que gastá-lo. Assim como apontam as pesquisas⁵⁴ sobre os gastos realizados pelas famílias beneficiárias, em SAP as beneficiárias entrevistadas utilizam o dinheiro com alimentação e roupas principalmente. Afirmam que sua preocupação principal é com as necessidades dos filhos e algumas também apontaram para as necessidades dos maridos. O dinheiro e a possibilidade de uma

⁵⁴ IBASE, 2008; CEDEPLAR, 2007.

renda fixa parecem representar para essas mulheres uma segurança, uma garantia que poderá ter comida na mesa, que seus filhos poderão ter os sapatos, cadernos e as roupas que desejam ter. A possibilidade que essas mulheres encontram através do dinheiro de comprar uma fruta, mistura, para o arroz e feijão, pagar as contas da casa transpareceu-me um pouco de poder em suas mãos. A questão que ainda se mantém é sobre esse poder, pareceu-me não ser para elas, mas sim para o conjunto da família.

3.5.8 – Os cursos, oficinas e reuniões

Em SAP as ações complementares realizadas pelas gestoras do PBF envolvem cursos de capacitação profissional, como os de panificação, doméstica, camareira, garçom e outros. Não são cursos exclusivos às beneficiárias, mas altamente recomendados nas reuniões e nos encontros entre as beneficiárias e as gestoras. Outra frente de ação proposta pelas gestoras do PBF são os cursos e oficinas que envolvam essencialmente as beneficiárias do programa. Quando realizei a pesquisa de campo pude presenciar três oficinas em andamento: no bairro José da Rosa, que iniciava o crochê; no Barreiro onde aprendiam técnicas de pintura em pano de prato, e no Joaquim Alves, onde estavam aprendendo a mexer com massa de biscoito.

Ao entrevistar as beneficiárias perguntei se elas haviam começado alguma nova atividade ou cursos a partir do PBF. Zínia de 26 anos compartilhou:

“eu faço um curso lá no bairro, tem um curso de costura né, fuxico, essas coisas, agora tá tendo um de pintura, mas faço não só por causa do programa, mas é porque eu gosto de participar como não tô trabalhando todos os dias então tenho já uma horinha livre e eu gosto de participar.”

Açucena de 26 anos, ao ser perguntada se tinha começado algum curso novo disse: “Ah fiz vários! Fiz corte e costura industrial, fiz patchwork, fiz curso de artesanato de

palha, fiz de découpage, fiz curso do SENAI também”. Diante de sua resposta, questioneei qual curso do SENAI ela havia feito e ela respondeu: “foi de limpeza lá o curso, ah o curso de doméstica que inclui”. Complementei perguntando se os cursos tinham ajudado para que ela conseguisse trabalho e ela compartilhou: “Ah trabalho, trabalho eu não arrumei nada, mas eu fiz uma porção de coisa já”.

Dália de 62 anos ao ser perguntada se tinha feito algum curso respondeu:

“eu já fiz o curso, já faz tempo já, eu fiz o curso lá perto da biquinha, de pintura e mais ou menos aprendi. Depois teve aqui e eu peguei mais o jeito, daí já comprei tinta, já comecei né fazer.”

Complementei perguntado se os cursos a tinha ajudado, e ela retornou: “Ah, é meio difícil pra vender, minha filha levou pra Campos do Jordão não vendeu, ela não conseguiu vender lá, aí eu saí por aqui e nós vendemos uns paninhos ainda, e já ajuda também”. Perguntei se ela havia feito novas amizades nos cursos e Dália compartilhou: “Ah, a gente faz novas amizades porque lá tem muitas né que vão, a gente conversa e eu acho muito bom, é um encontro com as amigas. A gente conversa e é muito bom viu, eu gosto de participar”.

Entrevistei Íris de 45 anos enquanto ela participava do curso oferecido no bairro de Joaquim Alves e ao ser questioná-la se ela gostava dos cursos ela disse: “Eu gosto de participar assim, eu sempre participei, é reunião, é curso. Aqui a gente se distrai, conversa, a gente aprende. Nossa tudo que é problema nosso vai embora, é muito bom!”. Continuei perguntado se ela tinha conseguido ganhar uma renda a mais e ela respondeu: “Não porque infelizmente a gente não tem capital, porque a gente tem vontade de fazer, mas a gente não tem capital pra fazer, pra começar de baixo né”.

Gérbera de 32 anos também foi entrevistada no curso de crochê no bairro de José da Rosa e quando perguntei se os cursos ajudavam a somar renda ela retornou: “Ah tá ajudando, eu com minha mãe a gente faz galinha pra vender, a gente faz colcha, umas coisa pra vender”. Jasmim de 57 anos compartilhou, ao ser perguntada se ela tinha feito alguma

nova atividade: “Já fiz dois cursos. Foi muito bom, a gente aprendeu muita coisa né, a gente ainda tá aprendendo porque os cursos ensinam a gente”. Em continuidade, perguntei se ela tinha feito novas amizades nos cursos e sua resposta: “Fiz. Isso me tirou de uma depressão que eu tava tão grande né, serviço, reuniões, a gente participando. Nossa foi muito bom, foi um remédio [risos]”.

Por outro lado cabe pontuar que não é em todos os bairros que tem oficinas e cursos. Eles se concentram nos bairros em que as beneficiárias também demonstram interesse, intermediam um local para sua realização, e nesse sentido Papoila apontou que não frequenta os cursos: “Não porque fica muito longe. Porque eu tenho duas meninas, então a mais pequena, uma vai pra escola e uma fica comigo, então é muito longe pra vim de lá até aqui”.

Bonina de 33 anos, ao responder minha pergunta articulou tanto os cursos como o PBF:

“Pra mim o Bolsa família só veio realmente pra trazer benefício na minha vida através do dinheiro que a gente recebe mensalmente, através desses cursos que a gente tem. Eu acho que um acarreta o outro, e é sempre bom a gente tá aprendendo coisa nova na vida da gente né, e eu acho que a gente deve, tudo que aprender a gente deve colocar no nosso dia-a-dia né, não ficar só num dia da semana, mas sim trabalhar em casa e passa pra outras pessoas também, convidar pra participar porque é gostoso.”

Completei perguntado sobre o que ela achava das reuniões sócio educativas também, e ela disse:

“É um dia diferente porque a gente que mora na roça todo dia é a mesma coisa né, acorda cedo, faz almoço e arruma a criançada pra ir pra escola e nunca a gente tem um tempinho pra gente e chega lá e a gente já ouve lá aquele sonzinho gostoso, a gente já se sente bem né, depois tem as palestra como foi falado né, a Maria da Penha, que a gente aprendeu. Acho que abre a mente da gente pra gente tá vendo como acontecem as coisas e que tem as coisas que a gente tá precisando a gente corre atrás e a gente consegue, e depois tem o lanche também, gostoso, e a gente conhece novas pessoas.”

Segundo a Adriana, gestora do PBF e coordenadora do CRAS, esses cursos oferecidos tem como objetivo a geração de renda, para que as beneficiárias aprendam e

consigam produzir produtos que possam ser vendidos, assim iniciando a geração de renda e complementado a renda familiar. Porém, pelas falas que pudemos conferir e pelos espaços que frequentei percebi que ali eram momentos em que essas mulheres conseguiam se concentrar em outras coisas, dar risadas, conversarem, compartilharem seus conhecimentos também, principalmente na oficina de crochê que frequentei, pois algumas já sabiam e ajudavam as que não sabiam. Tive a sensação, nos espaços das oficinas, mais de cumplicidade entre mulheres do que o interesse de fazerem daquilo seus ofícios. Percebi naqueles espaços mais uma oportunidade de romper com sua cotidianidade, de expandir suas redes de sociabilidade, do que lugares propriamente para auxiliar na geração de renda.

3.5.9 – Porta de saída

Ao entrevistar as beneficiárias busquei perceber também se as mesmas tem algum tipo de planejamento para deixar de fazer parte do PBF, ou seja, buscar mudar a condição de renda de suas famílias. Nesse sentido a pergunta que realizei foi se elas pretendiam deixar de fazer parte do programa. Jasmim de 57 anos respondeu:

“Não, porque tá me ajudando né. Se eu tivesse condições assim de me manter e não precisasse eu deixaria, mas eu acho que não tenho né pela minha idade e tudo, eu já não vou poder pegar assim um serviço muito pesado, aí seria muito difícil né.”

Outras beneficiárias responderam no sentido de que elas cumprem o que se exige, portanto não tem o porquê deixar de fazer parte do programa, como é o caso de Prímula: “Ah, não, tipo, igual eles pedem pra pesar tudo certinho eu faço, as criança também. Então só se um dia cortar mesmo”. Na mesma direção Papoila, 34 anos também afirmou: “Ah, não porque sei lá né, eu tento manter ele”. A fala de Camélia de 30 anos também aponta para nesse sentido: “Ah eu pretendo receber até quando der pra receber”. Violeta de 39

anos também relata que só se cortassem o benefício: “eu num penso em sair não, só se por um acaso me corta mesmo”.

Outras demonstram a percepção de conseguir algum tipo de renda fixa para deixar de fazer parte do programa como podemos conferir na fala de Girassol, 28 anos:

“Olha, eu, assim no momento não porque ele [o marido] ainda não é registrado ele trabalha por dia então é complicado, mas se aparecesse alguma coisa registrada pra ele com certeza, porque daria lugar pra outras pessoas que precisam mais.”

Begônia de 34 anos também sinaliza nessa direção: “Ah, se um dia eu melhorar de vida que eu vê que eu não preciso mais ai eu dou minha vaga pra outro”. Bonina, 33 anos, também compartilha sua percepção nesse sentido:

“Então, eu até já conversei com meu marido, o dia assim que eu achar que eu num tô precisando assim, porque as vezes tem gente que precisa né, eu acho que pode até passar, mas por enquanto eu tô precisando desse dinheiro.”

Açucena 26 anos em sua fala dá a entender que a mesma é quem decide sobre a participação no programa: “A hora que eu tiver em condição de sair eu penso, na hora que eu conseguir fazer meus artesanato”.

Outras entrevistadas apontam para a necessidade que tem em receber o benefício, como é o caso de Orquídea, 26 anos: “Olha, eu preciso. Eu gostaria sim, mas no momento eu preciso”. Gérbera, 32 anos também responde neste sentido: “Ah, não, se eu sair vai fazer muita falta”. Magnólia, 45 anos, compartilha seu desejo de deixar o programa, mas justifica falando sobre sua vida:

“Por enquanto acho que ainda não porque eu tô com a vida difícil, meu marido tá desempregado e eu só trabalho fazendo bico mesmo né, senão, eu nossa, fosse arrumar um serviço aí fichado pra mim eu até mesmo vou de boca avisar lá no social que num preciso mais, passa pra outra né, mas eu tô em dificuldade ainda, senão.”

As conversas que tive com as entrevistadas suscitou minha percepção sobre a falta de clareza das mesmas sobre o que as fazem estar no programa. Deu a impressão que as mesmas não conhecem todas as regras do programa e, por não ter aparecido em nenhuma

fala a justificativa de que são pobres, tive dúvidas se à elas esse tipo de noção é passada. Pois em muitas conversas transpareceu que as mesmas desconhecem que a condição primeira de estarem no programa é pelo fato de serem pobres, como disse Lavanda de 22 anos: “Eu acho que todo mundo devia receber, mesmo quem não precisa porque é o direito da criança”. Ou seja, muitas ali acham que por terem filhos é que estão recebendo o benefício, mas quando na verdade o que as fazem ser beneficiárias é a condição de pobreza de seus lares.

3.6 – As gestoras municipais

A maneira que o PBF é executado nos municípios brasileiros depende diretamente da atuação das gestoras. No caso de SAP entrevistei as três principais funcionárias que se relacionam diretamente ao programa e às famílias beneficiárias. Ao conversar com elas busquei saber suas opiniões sobre o programa, o que consideram como pontos positivos e negativos do programa, as dificuldades que encontram na execução do Programa. Entrevistei a coordenadora do CRAS e a secretária de desenvolvimento social, pois é pelas mãos delas que o programa é desenvolvido na cidade, são elas que fazem os cadastros das famílias, que as orientam, que compartilham as regras do programa e seus limites também. Como complemento, entrevistei também a psicóloga do CRAS que se divide em atender ali e no centro de saúde, onde ela atende outras pessoas além das que buscam a área social.

Conversar com as gestoras e visualizar suas atuações nos dias em que convivemos proporcionou uma série de reflexões. Primeiramente sobre o lugar de onde elas estão falando. São funcionárias públicas e suas ações deveriam ser voltadas a toda população da cidade, porém como são nas suas instâncias que a gestão dos programas sociais são realizadas, o CRAS e a SDS acabam tendo um público específico. Esse público é composto

por pessoas que encontram diversas dificuldades em viver suas vidas, tanto em relação às suas moradias, pois SAP é uma cidade de montanhas e muitas famílias vivem em “áreas de risco” e suas moradias são ameaçadas com qualquer possibilidade de chuva; como em relação aos vários programas sociais que existem no município e que são elas quem detêm esse conhecimento e também seu funcionamento. Assim os níveis de situações e problemas que as gestoras têm que lidar são relacionados com a população mais necessitada de acompanhamento social, população esta desprovida de escolarização, de trabalho e de meios sociais para desenvolverem suas capacidades produtivas e alcançarem uma condição de vida diferente.

Sendo funcionárias públicas, logo agentes estatais as gestoras do PBF como tal deveriam exercer suas funções seguindo os princípios de “legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”⁵⁵, porém como é demonstrado em diversos estudos sobre as funções do Estado⁵⁶, os agentes estatais tem interesses específicos distantes de qualquer neutralidade normativa. No caso de SAP essas agentes, ao serem indagadas sobre suas funções e sobre suas histórias profissionais demonstram certa confusão entre o discurso que tem ser feito como agentes do estado e suas convicções pessoais. Ao indagar Alessandra, que é a secretária de desenvolvimento social sobre ser assistente social ela disse: “Eu amo ser assistente social, eu acho que nasci pra isso assim. Eu acho não, acredito que eu nasci pra isso [...] foram portas abertas, uma realização pessoal, especialmente por ajudar assim ao próximo”. Já Arlene, psicóloga do CRAS e do centro de saúde, compartilha que o olhar técnico para tratar dos problemas sociais está permeado pelo pessoal:

⁵⁵ Características da administração pública expressas no Artigo 37 do Capítulo VII – Da Administração Pública, In: BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 29 jul. 2011.

⁵⁶ Ver mais em: CODATO, Adriano N., PERISSINOTTO, Renato M. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas de Marx”. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 13, 2001. MILIBAND, Ralph. Poulantzas e o Estado Capitalista. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 27, 2008.

“Se a gente não tiver essa visão como técnica, e isso é muito particular de cada profissional, eu acho que a gente não muda as coisas [...] então graças a Deus aqui a gente encontra pessoas que também compartilham né, disso de acreditar que pode tá mudando, mas em contrapartida tem aquela coisa da máquina né, que não pode parar, então você tenta ajeitar isso do teu ideal sabe, do teu profissional, de vida, do jeito que você pessoalmente enxerga as pessoas.”

Deste modo podemos perceber que o que deveria ser atuação como agente público é perpassado pelo filtro moral das agentes e pelas particularidades em perceber os problemas sociais que refletem nas formas de propor alternativas ao público alvo, como é o caso das oficinas e cursos pretensamente para gerar renda.

As indaguei sobre o que pensavam sobre o PBF, no que Adriana, coordenadora do CRAS me respondeu:

“Eu considero o Bolsa Família uma alternativa, de assim, hoje é de renda né, de meios assim pra família ter uma sustentabilidade na questão financeira, que esta é a proposta inicial, né, sustentar ali né o que tá tendo uma defasagem. É de modo geral, ele é assim um programa interessante porque ele é associado a condicionalidades e isso vincula muito ao direito do cidadão né, ao reconhecimento e aplicação também, dos seus direitos e deveres né, isso é muito interessante.”

Alessandra expressa em sua fala a mudança da concepção que tinha em relação ao Bolsa Família e a que passou a ter depois que começou a trabalhar na área social:

“Eu não era muito a favor no começo. Eu pensava assim, 'poxa, o bolsa família né, os programas de transferência de renda, ele vai levar pra pessoa um benefício, mas que na verdade num vai consertar aquela família', primeiro porque se a situação é o desemprego né, enfim aquela renda, que a gente num pode nem falar que é renda, aquele benefício, aquele valor, isso que eu quero dizer, não vai assim resolver aquela vida. Eu acreditava que aquilo fosse perpetuar a pobreza, era essa a minha visão. Depois quando eu vim trabalhar diretamente com os programas de transferência de renda e com as famílias não sei, eu acho que assim, eu busquei um novo olhar. É aquela velha história de você tentar tirar o positivo de todas as situações, que eu acredito que é possível. Então hoje assim, mais pertinho dessas famílias né, que são as beneficiárias, enfim, aí eu fico pensando que assim, poxa se não é possível fazer aquilo que é o ideal eu acredito que foi uma tentativa de auxiliar mesmo, porque assim, aqui pode não ter surtido assim um impacto tão grande pelo custo de vida, mas, por exemplo, no nordeste enfim, naquelas regiões, acredito que o impacto tenha sido maior. Então assim o que eu quero dizer é que, hoje trabalhando diretamente com essas famílias eu vejo assim um ponto positivo, principalmente porque a gente consegue estabelecer uma relação de vínculo com eles através das condicionalidades, dessas reuniões, desses trabalhos sócio educativos que a gente desenvolve, então de repente o trabalho social tinha que acontecer de qualquer forma, e através desses programas né, a gente teve aí um salto pra chegar mais pertinho das famílias, enfim, e trabalhando, e de repente, num digo assim direcionando porque você num pode se intrometer no que a família vai fazer, você orienta né, existem as condicionalidades impostas pelo próprio programa e tal, pelo governo, mas assim

hoje eu vejo que é algo que ajuda, que melhorou mesmo a situação, a vida né. Então acho que assim, é um benefício que precisava ser direcionado, precisava essas famílias serem trabalhadas mesmo, até pra elas saberem assim lidar, e hoje a gente, eu acho que assim, o serviço social ele casou um pouco com isso, então vendo por esse lado eu vejo que é uma coisa positiva, eu sinto que é uma coisa que foi, que assim, eu sinto que é uma coisa assim que foi boa.”

A fala da secretária expõe uma série de fragilidades que o próprio processo histórico relacionado ao PBF esteve e ainda está submerso, em relação ao tipo de pensamento voltado ao programa como caridade, assistencialismo e a noção de ‘ajuda’ e não de direito. O PBF é encarado pela gestora como uma ajuda às famílias em situação de pobreza, e essa fala vinda de uma das principais articuladoras do programa no município nos revela o longo caminho, ainda, para mudar a cultura e o pensamento dos próprios gestores em relação aos programas sociais e à população em situação de pobreza, conforme sinaliza Arlene:

“A questão do acompanhamento e da mudança de cultura da população com relação à ideia desse benefício, eu acho que a gente ainda tem muito que trabalhar em cima. Até porque eu acho que a gente tem que mudar a nossa cultura né, a nossa visão, eu percebo assim conversando com a população, que a gente também passa uma ideia ainda de assistencialismo, infelizmente.”

Complementei perguntado o que ela achava que fazia manter a ideia de assistencialismo, e Arlene respondeu:

“De que o Bolsa Família ele vai, os programas de um modo geral né, como é que eu vou explicar, mas eles ainda são repassados mas a princípio com aquela ideia, é uma coisa muito inconsciente mesmo, ‘aí coitadinho eu vou ajudar né’. Tudo bem, aí coitadinhos só que quando a gente vai com essa ideia com a população, a população compra isso e aí fica difícil de a gente tá inserindo um trabalho pro desenvolvimento da comunidade, pro desenvolvimento daquela família porque ela já fica resistente né, porque tem todo o movimento mesmo, dentro do indivíduo que é mais fácil ele ficar como já tá porque é um terreno conhecido né, então nesse sentido eu acho que a gente profissional tem constantemente que tá se revendo. A gente sabe né, mas quando entra na prática, no dia-a-dia as vezes se perde de vista algumas diretrizes que são fundamentais assim pra nortear o nosso serviço.”

As gestoras apresentam ainda, em suas falas, aquilo que consideram como ponto positivo do programa, e aí podemos perceber as respostas sob perspectivas diferentes. Adriana, que é a principal responsável pelo programa no município avalia como positivo as características apresentadas pelo desenho do programa, conforme sua fala:

“transferência de renda direta acho positivo, que a pessoa tem autonomia pra fazer do dinheiro o que ela quiser, ela define a prioridade, o responsável legal define ou é a família acho que isso é muito bom. Eu acho que as condicionalidades são essenciais pro público que recebe o benefício, porque tá associada à condição de desenvolvimento mesmo, desenvolvimento de saúde, desenvolvimento na área da educação né, que só assim que eles vão conseguir realmente sair dessa situação de vulnerabilidade. Eu acho interessante o modo geral, eu acho que as ações hoje que são propostas são interessantes também, é um ponto positivo, que é integração né, o desenvolvimento de habilidades, acho que as ações complementares são assim pontos bem positivos. Eu acho que nisso as pessoas começam a se descobrir realmente.”

Já Alessandra, em sua resposta sobre os pontos que considera positivo em relação ao programa reafirma a questão da ajuda à população, como podemos conferir em sua fala:

“Eu vejo assim primeiro que eu acho que ajuda né, é pouco, mas ajuda sim. Conheço família que melhorou assim mesmo a condição ali por conta desse benefício. Teve família que começou a participar dos grupos e reuniões e a partir dessa participação você vê assim uma mudança mesmo nessa família sabe, fala diferente, questionaram algumas coisas, que isso pra gente é maravilhoso, tá questionando é porque tá pensando, porque tá causando alguma coisa ali dentro né e depois assim, até de comportamento, de mudança assim no cotidiano daquela família sabe, na vida. Então assim a gente conseguiu ver de ponto positivo isso né, que a gente pode perceber essa mudança em muitas famílias e uma das condicionalidades que a gente coloca é a participação nos cursos de qualificação profissional e capacitação, então também foi uma forma de trazê-los, porque a gente coloca como condicionalidade então eles podem vir, no começo eles vêm obrigados depois eles passam a gostar, e aí descobrem poxa, olha se eu soubesse antes né, que isso tudo ia me levar a uma melhora assim de tudo, de vida, de conhecimento, enfim, então acho que isso foi positivo, a gente poder se envolver mais.”

A fala de Alessandra releva duas grandes questões: a primeira é a gestora reafirmar ser o programa uma ajuda às famílias, e a utilização do termo ‘ajuda’ revela intrínseco o caráter ainda assistencialista com que as políticas de transferência de renda são encaradas. Outra questão é que a gestora considera que o programa está auxiliando para mudar a vida das famílias beneficiárias, porém quando elenca as características que considera como de mudança, reforça que é a família quem está mudando, quando na verdade as pessoas que frequentam os cursos, as reuniões, o CRAS, os serviços públicos são as mulheres, as beneficiárias, então percebo em sua fala a necessidade de reafirmar a família como central, sendo que as mudanças, quando ocorrem, como ela mesma elenca - na forma de falar, de questionar -, essas mudanças percorrem os sujeitos, e em sua fala ela desatreia as mulheres

como o público a ser motivado nas ações complementares que realizam no município e amplia a noção que tem da mudança que ocorre às famílias.

Num outro momento de conversa com as gestoras, as indaguei se não consideravam que essas mudanças que percebem estão mais atreladas às mulheres do que às famílias, e Alessandra e Adriana, de maneira enfática, reafirmaram que o PBF não é o empoderamento da mulher e sim o empoderamento da família. O que representa outro ponto de reflexão, que é a interiorização do discurso das políticas sociais, que na década de 1990 passaram a centralizar suas ações nas famílias, portanto mesmo que as mesmas tenham percebido a mudança nas mulheres, em nenhum momento as elencaram como centrais, mas sim como a extensão dessas mulheres, ou seja, as famílias beneficiárias.

Outra questão que busquei inferir é o que as gestoras consideram como dificuldades em relação ao programa e à sua execução. As gestoras responderam no mesmo sentido, de dificuldade em relação aos recursos e as limitações em sua utilização, como a fala de Alessandra demonstra:

“Eu sempre aponto nos relatórios de gestão a dificuldade de esse recurso que a gente recebe não poder estar custeando recursos humanos, só podemos gastar com material, os lanches, bom a gente tem o IGD que a gente pode comprar o material permanente, foi aí que a gente conseguiu o carro, os computadores, armários, enfim, mas o maior recurso que é do PAIF, que é o Programa de Atenção integral a Família, a gente não pode utilizar pra recursos humanos.”

Adriana, coordenadora do CRAS, elenca outras dificuldades, destacando principalmente a alta responsabilização do município em diversas esferas da ação social proposta pelo governo federal, conforme sua fala:

“você tem que tá cumprindo com a questão dos cadastros, você tem que tá fazendo os cadastramentos, você tem que tá atendendo um número de pessoas, tem que tá executando, eu acho que assim, de modo geral, a base que tem tá boa pra você conseguir fazer o resto, mas de modo assim, maior, eu acho que o governo tá jogando tudo pra responsabilidade dos municípios. Por exemplo, hoje o INSS pra pessoal ter o desconto tal lá no INSS que é 5% você tem que fazer um cadastro aqui, o beneficiário o BPC tem que fazer o cadastro aqui, ainda exige que você faça uma ação complementar com todas as pessoas que estão se cadastrando. Eu acho que isso é um pouco complicado porque os recursos, eles não vem na mesma proporção [risos], então você tem uma grande demanda de serviço né, principalmente um município pequeno onde é tudo muito concentrado

então a gente tem todo o trabalho concentrado no CRAS e na Secretaria, e é bastante coisa, acho que isso é uma dificuldade, a concentração.”

Num outro nível de dificuldades elencadas, Arlene, que é psicóloga e parte da equipe do CRAS, destaca:

“eu percebo muita resistência pra eles [a população] estarem percebendo é, por exemplo, que isso é momentâneo, eles tem uma fantasia de que vai ser pra vida inteira né, e ainda numas falas eu percebo que é aquele dinheiro que vai ajudar a comprar isso ou aquilo. Esse trabalho de incentivo pra que eles se desenvolvam eu acho que ainda tá muito primário aqui também, pela falta de profissional.”

Arlene aponta ainda para o lado da compreensão da população em relação ao programa e ao serviço social no município:

“A população, apesar de ter esse movimento que tá inicial que é da cidadania e da busca deles se reconhecerem não mais como vítima da situação social, mas como assim, até falando nessa linguagem, como atores que fazem a sua própria história, e aí é antagônico, mas é assim, tá caminhando, mas isso ainda pesa muito né, então eles ainda querem ser apadrinhados, ainda tem essa questão de eles estarem depositando no serviço essa postura maternal né, e de achar que é obrigação né.”

A Alessandra, no mesmo sentido da fala da Arlene, sinaliza a dificuldade de compreensão por parte da população em relação ao programa também:

“O que eu consigo identificar é ainda assim, eu acho que ainda tem pessoas que não atingiram ainda um nível assim né, aí eu acho que é até um fator cultural mesmo, não conseguiu ainda entender né que aquilo, por exemplo, vamos tentar exemplificar aqui numa fala, ‘ah eu vou continuar tendo filhos porque quanto mais filho eu tiver maior o valor do benefício que eu vou receber’. Eu já ouvi isso, então assim, aí que a gente tem que continuar trabalhando e tirar isso, e tentar que a pessoa consiga ver que não é por aí né, não pode ser por aí né.”

A fala de Alessandra, juntamente com a fala da beneficiária Lavanda de 22 anos que entrevistei, demonstra que parte da população beneficiária ainda acredita que o programa é destinado àqueles que têm filhos e que ter mais filhos aumentará sua renda.

Nesse sentido, Adriana compartilhou sua percepção em relação ao PBF e como a população de SAP o percebe:

“Porque o Bolsa Família também, ele virou um status, então todo mundo tem que ter um cartão do Bolsa Família. Ainda não tem a interpretação, não o Bolsa Família é pra aquela pessoa em situação de pobreza e extrema pobreza.”

A partir dessa última fala da gestora e em relação a tudo o que acompanhei e ouvi durante a pesquisa de campo algumas reflexões se tornam necessárias.

As gestoras do programa no município são as responsáveis em informar sobre o funcionamento do programa, em esclarecer o que é direito e o que é dever. São elas também que escolhem em como atuar com as beneficiárias, o que falar para as mesmas, enfim, em compartilhar conhecimento e as regras desse jogo. Posso afirmar que as gestoras trabalham muito, se dedicam, se programam em relação às atividades, percebi nelas também as melhores intenções, mas ao mesmo tempo é claro que suas convicções pessoais se sobressaem em suas ações. Principalmente as tendências na conduta com a população em relação à moral cristã, tanto quando afirmam que o programa é o empoderamento da família como nas escolhas das parcerias para atuar junto às beneficiárias. Selecionar uma psicóloga cristã, como foi o caso da Aline, a qual presenciei sua palestra em uma das reuniões sócio educativas, na minha opinião, se torna um desserviço àquelas mulheres, pois ao falar da Lei Maria da Penha, a intenção deveria ser incentivar que as mulheres que sofrem violência denunciem os agressores, e não para esquecerem em prol da família, como foi o que a mesma sugeriu.

Os sentidos dados, principalmente pela secretária Alessandra, de que o programa é uma ajuda, permite também refletir sobre as características ainda atreladas à caridade e às sombras do assistencialismo que ainda persistem nas ações das gestoras, mesmo estas, nesse caso a Adriana, demonstre o conhecimento de que as políticas sociais como o Bolsa Família não são mais de caráter assistencialista, conforme sua fala sobre as mudanças que estão ocorrendo desde a implantação do CRAS a partir do SUAS:

“Então muita coisa modificou né, desde o serviço social que se existia até então né, que era muito vinculado ao assistencialismo, que era repasse de cesta básica, repasse de remédio e tal, [o SUAS] estava se propondo uma nova política pra área de assistência social.”

A Adriana, acredito que pelo fato de ser a responsável pelo CRAS e pelo Bolsa Família, tem maior compreensão das mudanças em relação às políticas sociais, mas ainda

assim, percebe-se na atuação das gestoras frente ao Bolsa Família tanto na proposição das oficinas como na relação com às beneficiárias um posicionamento “materno”, no sentido do cuidado, da maneira com que falam com as beneficiárias a exemplo das ‘broncas’ com quem não está frequentando as reuniões. Portanto se as gestoras consideram, como vimos na fala da Arlene, que as beneficiárias as percebem como ‘mães’, é consequência da forma com que as gestoras se posicionam em relação às beneficiárias e ao público que frequenta o CRAS e a SDS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entrevistar as mulheres beneficiárias do município paulista de Santo Antonio do Pinhal percebi um ponto em comum e marcante em suas falas. Todas demonstraram que o Programa Bolsa Família foi uma grande oportunidade que surgiu. As portas se abriram em suas vidas. Esse abrir de portas representava em suas falas o iniciar algo novo, novos caminhos a traçar. E as maneiras com que essas portas se abriram foram diversas: assistiu na televisão, a vizinha contou que tinha o programa, a agente de saúde ‘arrumou’, o pessoal do social bateu nas suas casas, estava passando por dificuldade e buscou o social, o carro do Bolsa Família passou na sua rua. Mas o que busquei nesse trabalho foi demonstrar como as portas de entrada para o PBF são parte do processo histórico que a sociedade brasileira vivenciou nas últimas décadas do século passado e nos primeiros anos que estamos vivenciando do século XXI.

Conforme apresentei, a sociedade brasileira passou por grandes transformações com o surgimento dos novos movimentos sociais, com a ampliação dos campos de estudos acadêmicos, com o embate por um novo projeto de país deflagrado entre as forças sociais dos anos de 1980, disputando a inclusão de direitos no texto da Constituição Federal de 1988. Esta, um elo forte e ao mesmo tempo frágil: nutriu de esperança as vozes até então silenciadas da sociedade brasileira, mas suscetível à emendas, ajustes e negociações entre os representantes do povo no poder. Seguida por uma grande gota d’ água: a fúria neoliberal que desmantelou e desmobilizou as recentes vozes insurgentes. A mesma gota d’ água que não chegava ao semi-árido brasileiro, onde as vozes ainda não ouvidas morriam de sede e fome.

A adoção do neoliberalismo como política econômica no Brasil acentuou o que já era um cenário dramático: pobreza, desemprego, altas taxas de inflação, diminuição da

intervenção do Estado e desoneração do mesmo em relação aos gastos sociais e serviços públicos. E as consequências dessa escolha foram sentidas a fundo nas políticas sociais. O que havia sido idealizado sob a perspectiva universalista passou a focar naqueles identificados como mais necessitados, os mais pobres entre os pobres, transportando aquilo que deveria ser de direito para o que se tornou prestação de serviços. Ao passo que o campo das políticas sociais formulava novas concepções de atuação na defesa dos serviços públicos e de qualidade, através das Leis Orgânicas, presenciamos o sucateamento dos mesmos na década de 1990 e início dos anos 2000.

No bojo das transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, enfatizei a importância dos movimentos feministas para pensar as novas políticas sociais impressas na letra constituinte. Esses movimentos auxiliaram na abertura de novas portas para se pensar a inclusão das mulheres como sujeitos de direito, tanto no interior das famílias como diante do Estado. Os movimentos feministas impulsionaram repensar a concepção de família até então presentes na lei. A partir da CF/88 a família passou a ser concebida de forma ampliada, não mais se definindo a partir do casamento. Mas, ao mesmo tempo, as políticas sociais passaram a adotar a família como central para o enfrentamento da pobreza, o que visualizamos no Programa Bolsa Família e no atual Plano Brasil Sem Miséria.

Encontramos no discurso estatal que o PBF traz como incipiente consequência à diminuição das desigualdades entre os gêneros, por situar a mulher como titular do programa. Podemos encontrar numa série de notícias e estudos a afirmação que essas mulheres estão se empoderando pelo acesso direto ao dinheiro. É inegável visualizar nas vozes das beneficiárias entrevistadas como a entrada de uma renda fixa, do dinheiro, coloca em suas mãos certos poderes. Nesse sentido falar em empoderamento, ou seja, munir o sujeito da possibilidade de realizar ações pode ser uma assertiva do programa.

Nas falas encontradas neste trabalho a palavra ‘comprar’ aparece repetidas vezes, proporcionando a compreensão sobre o dinheiro e sua importância no planejamento da vida dessas mulheres. Ortner (2007, p. 63-67) sinaliza que a dimensão mais fundamental da agência – **a agência de projeto** – privilegia a lógica de quem tem o projeto nas mãos, ou seja, dá-se “nas margens do poder”, pois a agência de poder centra-se sob a ótica da parte dominante, o que oferece um caráter mais ativo à ideia de agência dos dominados. Nessa perspectiva, mesmo preocupadas com a família, com os desejos dos filhos, as mulheres entrevistadas encontram um poder nas margens, com projetos tímidos de consumo, mas que demonstram a faísca de uma possível autonomia mesmo que frente ao lar. Poderíamos afirmar que essas mulheres estão encontrando certa autonomia privada, com a possibilidade de formularem projetos e planos através do dinheiro do programa no âmbito do lar, portanto um paradoxo em relação a autonomia e o espaço privado. A potencialidade maior do programa em relação às mulheres beneficiárias, portanto, é o dinheiro. Para muitas, é a primeira experiência de uma renda própria, e ouvir isso delas, o alívio em não depender mais do marido para comprar coisas para os filhos e para o lar é ainda surpreendente. Por esse lado, as portas realmente se abriram para essas mulheres. O frequentar o banco, ter seu primeiro cartão magnético, circular no posto de saúde, nos cursos e nas reuniões sinaliza para outras possíveis potencialidades em dar agência a essas mulheres, além de estabelecer certos traços de solidariedade feminina, no compartilhar os problemas, o cuidado dos filhos e as inúmeras trocas que se dão nestes espaços de circulação mediada pelos agentes do Estado e autorizada às mulheres.

Ao acompanhar os cursos percebi nesses espaços outras mulheres que não são beneficiárias, mas que estão ali para passar o tempo, para conversar com outras mulheres além do núcleo familiar, ou seja, que buscam se socializar e ocupar o tempo com outras preocupações que não os filhos, o marido e a casa. Segundo as gestoras, esses cursos têm

como objetivo instrumentalizar as beneficiárias para que consigam gerar renda, se capacitarem para fazerem daqueles conhecimentos compartilhados um tipo de trabalho que complemente a renda familiar e através disso encontrarem a porta de saída do programa. A aposta das gestoras é que o artesanato auxilie para a inclusão produtiva das beneficiárias. Por este lado, compreendo a ação das gestoras, que são pressionadas para que o município realize ações complementares, em colocar a opção do artesanato num município como SAP que se restringe em atender o turismo e em produzir itens que possam ser comercializados para os turistas. Mas por outro lado, o elemento fundamental para iniciar qualquer produção é justamente o dinheiro, como disse uma das beneficiárias, precisam ter capital inicial para qualquer tipo de produção, e isso elas não têm. Segundo o Relatório de Informações Sociais, produzido pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)⁵⁷ do MDS, o valor médio que as famílias beneficiárias recebem em SAP é de 118,80 reais, mas nas entrevistas grande parte das beneficiárias afirmou receber o benefício variável que corresponde a 32 reais por filho, portanto, com esse ingresso de renda não há visualização por parte das beneficiárias em optar por investir o dinheiro em material para produzir artesanato. Ou seja, a inclusão produtiva de fato não acontece em SAP. O que percebi é que esses espaços onde ocorrem os cursos auxiliam na socialização entre as mulheres, espaço de trocas, para algumas de terapia em grupo⁵⁸, tentativa de fortalecer as comunidades de bairro e propor a sociabilidade entre as beneficiárias. Há ainda uma grande distância entre os cursos oferecidos e o tornar os conhecimentos adquiridos um ofício e uma opção de inclusão no mercado de trabalho.

⁵⁷ Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=354820&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601>. Acesso em 02 fev.2013.

⁵⁸ Durante a pesquisa de campo me foram revelados três casos de depressão e que os cursos auxiliaram para que algumas mulheres parassem de tomar medicamentos para essa doença.

Outro ponto de reflexão suscitado pelas entrevistas é sobre os níveis de compreensão que as beneficiárias têm sobre o Bolsa Família. Como vimos em suas falas, são poucas que demonstram o conhecimento sobre as regras do programa e as condicionalidades exigidas. A certeza delas de que tem alguma responsabilidade a cumprir refere-se à frequência nas reuniões propostas pelas gestoras e priorizar o gasto do dinheiro com os filhos. Por mais que as gestoras afirmem que informam as beneficiárias, pelo que presenciei é que as beneficiárias conseguiram compreender somente a parte de que tem que usar o dinheiro para os filhos, pelo menos na ordem do discurso. Essa interpretação tem um duplo sentido: como o dinheiro que entra através do programa se refere a ter filhos, logo a compreensão de que sem os filhos esse dinheiro não chegaria em suas mãos, portanto dizem que o dinheiro é dos e para os filhos. O outro sentido dessa compreensão é de que essas mulheres demonstram não compreender que fazem parte do Bolsa Família em consequência da condição de pobreza de sua família. Conforme informou a coordenadora do CRAS, muitas ali entendem o fazer parte do programa como parte do seu status social, o que podemos interpretar como uma inversão dos estigmas da pobreza, tornando o programa como positivo de maneira a incluir socialmente essas mulheres beneficiárias. Porém essa inversão pode também ser compreendida como uma deturpação sobre a realidade que as beneficiárias vivenciam, muitas vezes as tornando passivas, amansadas, dóceis, sem qualquer indignação sobre sua condição social. O programa, neste sentido, representa a perversidade do sistema social que vivemos, pois por um lado é entendido como inclusão social, mas por outro limita ainda a compreensão da pobreza pelos pobres.

Ainda sobre a compreensão da dimensão do Bolsa Família, as entrevistadas não demonstraram qualquer relação entre o programa e o governo federal. Em SAP nenhuma das entrevistadas citou o antigo presidente nem atual presidenta da república. Elas compreendem sim que quem pode ou não incluí-las no programa é a gestão social do

município. Nesse sentido, qualquer relação entre o programa e certo oportunismo eleitoral não existe em SAP. Porém cabe pontuar que a maneira que o PBF é implantado, ou seja, de maneira descentralizada deixando a cargo da gestão municipal toda sua operacionalização o torna à imagem do município. Algumas beneficiárias que entrevistei vinham de outros municípios e apontaram para a diferença de receber o programa em SAP em relação aos lugares de onde vieram. Compartilharam que não tinham qualquer obrigação a cumprir, nem mesmo as reuniões, diferentemente de SAP, onde a frequência nas reuniões é bem internalizada. Assim, a cara do Bolsa Família e suas portas em SAP é construída à imagem da gestão municipal.

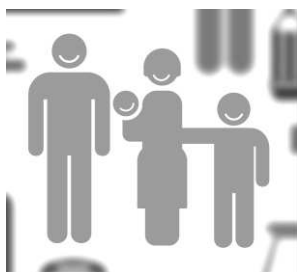
As condicionalidades do programa demonstram duplo sentido também, pois por um lado sobrecarrega as mulheres beneficiárias reafirmando estar em suas mãos a responsabilidade com os filhos e com a manutenção da família. Por outro lado tem importância significativa em relação à educação e saúde das crianças pobres. As condicionalidades são uma aposta na formação das futuras gerações dos filhos de famílias pobres, porém ter essa escolha representa deixar de lado a geração de adultos dessas famílias, onde encontramos em SAP beneficiárias jovens e de baixa escolaridade e que poderiam, por exemplo, dar continuidade em seus estudos. Mas da maneira que as preferências do programa estão desenhadas, centrando na formação das crianças e jovens, não se considera que as mães e pais poderiam continuar sua formação escolar, o que poderia representar uma maneira dos mesmos se capacitarem para sua inserção no mercado de trabalho.

Cabe ainda realizar algumas considerações sobre a gestão municipal. As gestoras demonstram em suas falas a noção de direitos, a compreensão da recente transformação dos conceitos inseridos nas políticas sociais que norteiam suas ações. Porém, conforme sinalizei, suas ações são perpassadas por suas crenças pessoais, pela moralidade do seu

privado permeando as ações sociais que desenvolvem. Pegar carona com elas para ir aos cursos nos bairros foi uma das maiores clarezas que tive em relação à confusão entre o privado e o público em suas funções. Ao sairmos de um dos cursos passamos por uma beneficiária na estrada. O aceno de mão veio acompanhado pela expressão “Ah coitada...ela tem tantos problemas[...]”. Foi aí que percebi que a maternidade não era só exercida pelas beneficiárias, mas também pelas gestoras. Elas carregam e expressam uma dupla função de cuidado: são elas quem ‘cuidam’ e operacionalizam o PBF, mas cuidam também das famílias beneficiárias. Neste ponto não consigo fugir da constatação de que o discurso feminista semeado na CF/88 ainda não brotou em SAP. De fato as bandeiras feministas estão muito distantes da realidade que vivenciei na cidade. Para aquelas mulheres, as beneficiárias e as gestoras, e arrisco dizer que pra grande parte da população feminina brasileira, a naturalização da maternidade, dos cuidados, do lar e das famílias faz parte da realidade de suas vidas e não se visualizam de outra maneira que não como mães. Ouvir de Violeta que as mães ficam sempre em segundo plano se tornou um fato recorrente para as mulheres. E nesse sentido não somente as beneficiárias, mas também as gestoras, quando se tornam ‘mães’ do programa e das famílias beneficiárias demonstraram deixar em segundo plano uma parte de suas vidas, trabalhando horas a fio, utilizando seus pertences pessoais para as RSE e fazendo do CRAS e da SDS uma extensão de suas casas.

A centralidade da família no PBF e no Plano Brasil Sem Miséria é a aposta para que a pobreza deixe de se reproduzir nas famílias pobres. Ao investigar o Plano Brasil Sem Miséria encontrei no material de divulgação uma imagem⁵⁹ que reproduzo abaixo:

⁵⁹ Imagem disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria/album_tecnico_final_modificado-internet.pdf> p. 04 e 14. Acesso em: 06 fev. 2013.



Selecionei essa imagem, pois acredito que ela fala muito sobre a concepção de família inserida nos programas. O pai, sem nenhum dos braços o ligando com o outro conjunto da imagem: a mãe segurando um bebê no colo e o filho se unindo a ela. Essa representação de família divulgada pelo governo federal demonstra o que temos na realidade de grande parte das famílias e o que não se busca questionar: a família nuclear, onde resta às mães as responsabilidades com os filhos, pois a elas é que os filhos estão ligados, e ao homem, resta o distanciamento confortável em não ter que assumir quaisquer responsabilidades com a criação dos filhos, como se os filhos fossem somente das mulheres, se distanciando das mudanças propostas desde a Constituição de 1988 em que a relação paterno-filial é determinada nos termos da relação socioafetiva tendo os filhos como os sujeitos de direito perante a lei, cabendo ao pai para além do prover material, atender as necessidades da psique e da moral⁶⁰. Se os programas tivessem mesmo a função de empoderar à família, como disseram as gestoras de SAP, caberia ligar o pai ao restante da família, ou seja, iniciar a partir do Estado, a discussão das divisões sexuais do trabalho e do cuidado doméstico, para também munir os pais de agência em suas famílias acompanhando assim o debate a cerca das mudanças da família sejam estas culturais, sociais, políticas ou ideológicas, pois a ligação entre pai e filhos não se basta da ligação genética, mas envolve o afeto, a vontade, o respeito e cuidado frente à relação (PEREIRA; SILVA, 2006). Cabe, portanto, ao Estado promover a afetividade e os cuidados

⁶⁰ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. ; SILVA, Cláudia Maria. Nem só de pão vive o homem. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.3, set/dez. 2006, p.667-680.

compartilhados no interior da família, por serem estes componentes principais da família atual que permite uma relação igualitária perante a sociedade.

A recente construção histórica das políticas sociais no Brasil enfrentou muitas portas pra chegar ao Bolsa Família e ao atual Plano Brasil Sem Miséria. As portas de entrada se delinearam institucionalmente e hoje temos quase 14 milhões de famílias inseridas no Bolsa Família. Esse número não é motivo de orgulho nem de comemorações, pois representa que cerca de 56 milhões de pessoas são pobres no Brasil. A focalização do PBF nos mais pobres entre os pobres é de fato significativa para iniciar o longo processo de incluir socialmente e produtivamente esses sujeitos. O comunicado do IPEA de setembro de 2012⁶¹ demonstra que no Brasil diminuiu a desigualdade de renda na década de 2001 – 2011 e afirma que o PBF é uma das causas da equidade, segundo o comunicado:

“A inédita redução da desigualdade observada na década passada pode ser decomposta pelas diversas fontes de renda captadas pela PNAD e retrabalhadas da seguinte forma: Trabalho (58%), Previdência (19%), Bolsa Família (13%), Benefício de Prestação Continuada (BPC 4%) e Outras Rendas (6%) como aluguéis e juros.” (IPEA, 2012, p. 08-09).

Como podemos visualizar o PBF foi responsável por 13% da redução das desigualdades de renda, mas o que mais favoreceu para a ocorrência dessa queda na desigualdade foi o acesso ao trabalho. Assim, as portas de saída da pobreza dependem de oportunidades no mercado de trabalho formal, e essa oportunidade está muito distante da realidade das famílias beneficiárias de SAP. A porta de saída proposta pela gestão municipal às mulheres beneficiárias do programa se refere, principalmente, aos cursos de artesanato, que não garantem um ingresso de renda substancial para que saiam da pobreza,

⁶¹ IPEA. **A década inclusiva (2001 – 2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Comunicado nº 155 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf>. Acesso em 06 fev.2013.

quando esses cursos tornados em ofício. Os cursos em SAP podem ser interpretados como armadilhas propostas pelo programa: as mulheres se tornam aliadas do Estado na manutenção de suas condições de vida socialmente desiguais, onde as rupturas das engrenagens do sistema capitalista, que necessita dos pobres para sua continuidade, não se encontram sequer estremecidas ou mesmo ameaçadas, e essa não se trata de uma pauta das conferências internacionais e nem do Programa Bolsa Família.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ricardo. A CF/88 e a sociedade no Brasil. In: CARDOSO JR., José Celso. **A constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas regional, urbana e ambiental**. Brasília: IPEA, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. [1958], Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BALTAR, Paulo. Formação, Estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil. In: DEDECCA, C. e PRONI, M. (orgs.) **Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido**. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 2006.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia, 1970.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. In: **Educação e Sociedade, Campinas**, vol.27, n.97 pp. 1137-1157, set./dez. 2006.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. [1966], Lisboa: Ed.DinaLivros, 3ª ed., 2010.

BILAC, Elisabete Doria. Mãe certa, Pai incerto: da construção social à Normatização jurídica da Paternidade e da Filiação. In: PEREIRA e SILVA, R.; AZEVEDO, J. C. (orgs.) **Direitos da Família: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Ed. LTr, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 29 jul. 2011.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 3ª edição, 1997.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e Políticas Públicas In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F.(Orgs.) **Família, redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

CEPAL. Pobreza, exclusión social y desigualdad distributiva. Capítulo I. In: **Panorama social da América Latina**, 2008.

CODATO, Adriano N., PERISSINOTTO, Renato M. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas de Marx”. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 13, 2001.

COHN, Amélia e FONSECA, Ana Maria. O Bolsa Família e a Questão Social. In: **Teoria e Debate**, nº 57, março/abril 2004.

CORTÉS, F.; ESCOBAR, A.; GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M. **Método científico y política social: a propósito de las evaluaciones cualitativas de programas sociales**. México, D.F.: El Colegio de México, 2008.

COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, H.; PISCITELLI, A.; MALUF, S.; PUGA, V. (orgs.) **Olhares Feministas**. Coleção Educação para todos, v.10. p. 51-81. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

COSTA, Delaine M. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família: implicações para o empoderamento e a autonomia das mulheres**. IBASE/REDES/FINEP, 2008. Disponível em: <www.ipe-undp.org>. Acesso em: 30 jun. 2011.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1988.

_____. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas – São Paulo, 10ª edição, Papirus Editora. Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico. 1994.

DÍAZ, Laura M. Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CATTANI, D. A.; CIMADAMORE, A.D.(orgs.) **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

DRAIBE, Sonia. Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis. **Anais do Taller Inter-Regional “Protección social en una era insegura: un intercambio sur-sur sobre políticas sociales alternativas en respuesta a la globalización”**. Santiago de Chile, PNUD/Cenda, 2002.

_____. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. In: **Tempo Social**. São Paulo: USP, v.15, n.2, pp.63-101, nov., 2003.

DURKHEIM, Emile. Da divisão do trabalho social. In: **Coleção Os Pensadores**. 2ªed., São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FEIJÓO, María del Carmen. De pobres mujeres a mujeres pobres. In: González de la Rocha, Mercedes (coord.) **Divergencias del modelo tradicional: Hogares de jefatura femenina en América Latina**. México: El Colegio del México: CIESAS-Occidente, 1999.

FLEURY, Sonia. A seguridade social e os dilemas da Inclusão Social. In: **RAP**, Rio de Janeiro, vol. 39 n.3 pp. 449-69, Maio/Junho – 2005. Disponível em: <http://peep.ebape.fgv.br/sites/peep.ebape.fgv.br/files/a_Seguridade_Social_e_os_Dilemas_da_Inclusao_Social.pdf>. Acesso em: 15 jan.2013.

FONSECA, Ana. M. M. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____. **Los Sistemas de Protección Social en America Latina: Un análisis de las transferencias monetarias condicionadas**, no 1º Seminário Internacional FAO, 2006. Disponível em: <<http://www.renda.nepp.unicamp.br/america.php>>.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2003.

GOHN, Maria da G. **Movimentos Sociais e Luta Pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOLDANI, Ana Maria. Las familias brasileñas y sus desafíos como factor de protección al final del siglo XX. In: GOMES, C. (org.) **Procesos sociales, población y familia: alternativas teóricas y empíricas en las investigaciones sobre la vida doméstica**. México: Flacso, 2005.

GOMES, Mônica Araújo e PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 2 n.10 p. 357-363, 2005.

GOUREVITCH, Peter. **Políticas estratégicas en tiempos difíciles: repuestas comparativas a las crisis económicas internacionales**. México: Fondo de cultura econômica, 1993.

HOVARTH JR., Miguel. **Direito Previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**, Brasil. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=27&uf=35>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunicado nº 75 **Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**, de 03 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110203_comunicadoipea75.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

_____. Comunicado nº 155 **A década inclusiva (2001 – 2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**, de 25 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf>. Acesso em 06fev.2013.

JACCOUD, Luciana. Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social. In: **Série Seguridade Social**. Texto para discussão n. 1372, IPEA. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1372.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

JELIN, Elisabeth. Las familias latinoamericanas en el marco de las transformaciones globales: Hacia una nueva agenda de políticas públicas. In: **CEPAL Reunión de Expertos: Políticas Hacia Las Familias, Protección e Inclusión Sociales**. Buenos Aires,

Argentina: CONICET-Facultad de Ciências Sociales Universidad de Buenos Aires, 28 y 29 de jun., 2005.

KINZO, Maria D'Alva. (2004). Partidos, eleições e democracia no Brasil Pós-1985. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 54, vol. 19, 2004.

LIMA, Sandra A. Barbosa. **Participação Social no Cotidiano**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

LOBO, Elizabeth. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. In: **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.1 n.2, 1987.

MARIANO, Silvana A.; CARLOTO, Cássia M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.17, n.3, p. 901-908, setembro-dezembro, 2009.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 2, 2004.
Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>.

MELO, Hildete P. **Gênero e Pobreza no Brasil**. SPM, Rio de Janeiro, 2004.

MILIBAND, Ralph. Poulantzas e o Estado Capitalista. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 27, 2008.

MILL, Stuart. **A sujeição das mulheres** [1869]. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, nº39. São Paulo: Editora Escala, 2006.

MONTALI, Lilia; TAVARES, Marcelo. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. In: **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 211-231, jul./dez. 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 8, n.2, Florianópolis, 2000.

NUNES, Edson. A construção do insulamento burocrático e do Corporativismo e a nacionalização do clientelismo. In: **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

OKIN, Susan M. Gênero: o público e o Privado. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 16, n.2, maio-agosto, 2008.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração da Conferência Mundial dos Direitos Humanos**. Viena, 1993. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência e Uma atualização da Teoria da Prática. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007.

PATRIOTA, Tania. Relatório da Conferência Internacional sobre população e Desenvolvimento- Plataforma de Cairo, 1994. In: **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**, 1994. Disponível em:

<http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/eventos_internacionais/onu/Relat%C3%B3rio%20Cairo.pdf>.

PEREIRA, Jordeana; SILVA, Sheyla; PATRIOTA, Lucia. Políticas sociais no contexto neoliberal: focalização e desmonte. In: **Qualit@s Revista Eletrônica** [Online], v. 5 n.3, 2006.

Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/64/56>>. Acesso em: 03 jan.2013.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. ; SILVA, Cláudia Maria. Nem só de pão vive o homem. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.3, p.667-680, set/dez. 2006.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Funções da Família. In: PERROT, M. (Org.) **História da vida privada, 4: Da revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIRES, D. C. Alves. e LONGO, L. A. F de Barros. A implementação do Bolsa Família e sua relação com a pobreza nas regiões brasileiras no período de 2004 e 2006. In: **Revista Bahia Análise de Dados**, Salvador, v.18, n. 1, abr/jun., 2008.

QUARESMA, Sílvia J., BONI, Valdete. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2 nº 1 (3), 2005.

RABOTNIKOF, Nora. Público – Privado. In: **Debate Feminista**. México, vol. 18, outubro, 1998.

REGO, Walquíria L. Bolsa Família: Limites e Alcances. In: **13º Congresso BIEN 2010: Renda Básica como instrumento de justiça e paz**, de 30 de junho a 02 de julho, FEA/USP, São Paulo – Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/BolsaFamiliaLimiteseAlcances_WalquiriaLeao.pdf>.

SADER, Eder. **Quando Novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLES, Vania; LÓPEZ, María de La Paz. Pobreza. Conceptuaciones cambiantes y realidades transformadas. In: KUPER, G. Z. (org.) **Sociología y cambio conceptual**. México: Siglo XXI Editores: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM: Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco, 2007.

SANTANA, Jomar Álace. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: **Seminário População, Pobreza e Desigualdade**, Belo Horizonte – Brasil, de 5 a 7 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/Se mPopPob07_1019.pdf>.

SARTI, Cynthia A. Feminismos e contexto: lições do caso brasileiro. In: **Cadernos Pagu**, n.16, 2001.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, In: **Mulher e Realidade: mulher e educação**. Porto alegre, vozes, v.20, n.2, jul./dez., 1995.

SILVA, Maria O. S.; YAZBEK, Maria; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Marcelo, M. C. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0699.pdf>.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda e Cidadania: saída é pela porta da frente**. Ed. Cortez: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2010.

VASCONCELOS, Eymard M. A Priorização da Família na Política de Saúde. In: **Revista Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 53, p. 6-19, set./dez., 1999.

VIANNA, Maria Lucia T. W. O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil. In: BRAVO, M.I.S.; PEREIRA, Potyara A.P. (orgs.) **Política Social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

_____. Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos. In: VIANA, A.L.D.; ELIAS, P.E.M.; IBAÑEZ, N. (orgs.) **Proteção social: dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec, 2005.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando o Brasil**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2010.

Sites consultados

BRASIL. Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, portal MSD. Disponível em: <www.mds.gov.br>.

BOLSA FAMÍLIA. In: BRASIL. Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, portal MSD. Disponível em: www.mds.gov.br/bolsafamilia

BRASIL. Governo Federal, **Plano Brasil Sem Miséria**. Disponível em: www.brasilemmiseria.gov.br

RELATÓRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. In: BRASIL. Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, portal MSD. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

GESTÃO DA INFORMAÇÃO. In: BRASIL. Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, portal MSD. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI_menu/internet.php